

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS
DANIELLA PAULA DE FREITAS

GESTÃO COMPARTILHADA DE POLÍTICAS PÚBLICAS: O CASO DOS INSTITUTOS
TECNOLÓGICOS DO ESTADO DE GOIÁS

GOIÂNIA

2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE DIREITO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

DANIELLA PAULA DE FREITAS

3. Título do trabalho

GESTÃO COMPARTILHADA DE POLÍTICAS PÚBLICAS: O CASO DOS INSTITUTOS
TECNOLÓGICOS DO ESTADO DE GOIÁS

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a)** consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
- b)** novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;

- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **José Querino Tavares Neto, Professor do Magistério Superior**, em 25/02/2021, às 09:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **DANIELLA PAULA DE FREITAS, Discente**, em 25/02/2021, às 18:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1899543** e o código CRC **6C623390**.

DANIELLA PAULA DE FREITAS

GESTÃO COMPARTILHADA DE POLÍTICAS PÚBLICAS: O CASO DOS INSTITUTOS
TECNOLÓGICOS DO ESTADO DE GOIÁS

Dissertação de mestrado apresentada, ao Programa de Pós-graduação em Direito e Políticas Públicas da Faculdade de Direito da Universidade Federal Goiás como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientador: Prof. Dr. José Querino Tavares Neto

GOIÂNIA

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Freitas, Daniella Paula de
GESTÃO COMPARTILHADA DE POLÍTICAS PÚBLICAS: O CASO
DOS INSTITUTOS TECNOLÓGICOS DO ESTADO DE GOIÁS
[manuscrito] / Daniella Paula de Freitas. - 2020.
CXXXV, 135 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. José Querino Tavares Neto.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Direito (FD), Programa de Pós-Graduação em Direito e
Políticas Públicas, Goiânia, 2020.

Bibliografia. Anexos.
Inclui gráfico.

1. Gestão compartilhada. 2. Organizações Sociais. 3. ITEGO. 4.
Avaliação de Políticas Públicas. I. Tavares Neto, José Querino, orient.
II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE DIREITO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 004/2020 Turma 3 da sessão de Defesa de Dissertação de **DANIELLA PAULA DE FREITAS**, que confere o título de Mestre(a) em **Direito e Políticas Públicas**, na área de concentração em **Direito da Administração e das Políticas Públicas**.

Ao/s dezessete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte, a partir da(s) 14h, por meio de videoconferência, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada “GESTÃO COMPARTILHADA DE POLÍTICAS PÚBLICAS: O CASO DOS INSTITUTOS TECNOLÓGICOS DO ESTADO DE GOIÁS”. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **José Querino Tavares Neto (PPGDP/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Clerilei Aparecida Bier (CCA/ESAG/EDUSC)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Diva Júlia Sousa Da Cunha Safe Coelho (PPGDP/UFG)**, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca não fizeram sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata aprovada pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **José Querino Tavares Neto**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) dezessete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **José Querino Tavares Neto, Professor do Magistério Superior**, em 25/02/2021, às 09:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Diva Júlia Sousa Da Cunha Safe Coelho, Professora do Magistério Superior**, em 25/02/2021, às 12:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Saulo De Oliveira Pinto Coelho, Coordenador de Pós-graduação**, em 17/03/2021, às 16:43, conforme horário



oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1899541** e o código CRC **2D378757**.

Referência: Processo nº 23070.052733/2020-53

SEI nº 1899541



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE DIREITO

DESPACHO

Visando concluir a formalização da Ata de defesa (doc. 1690990), e aplicando a prerrogativa (poder-dever) prevista na Instrução Normativa n. 001/2020 da PRPG-UFG, a Coordenação do PPGDP-UFG, após confirmação de concordância do membro externo da Banca de Defesa do Trabalho Final da mestranda Daniella Paula de Freitas, assinou a Ata em substituição a este.

(assinado eletronicamente)

Prof. Dr. Saulo de Oliveira Pinto Coelho

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas



Documento assinado eletronicamente por Saulo De Oliveira Pinto Coelho, Coordenador de Pós-graduação, em 29/01/2021, às 15:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 1834389 e o código CRC D9BDD36B.



PPGDP UFG <ppgdp.ufg@gmail.com>

Ata de defesa Daniella Freitas

2 mensagens

PPGDP UFG <ppgdp.ufg@gmail.com>

27 de janeiro de 2021 18:13

Para: clerilei@gmail.com

Cc: SAULO DE OLIVEIRA PINTO COELHO <saulocoelho@ufg.br>

Prezada professora,

Nos termos da IN PRPG UFG 001/2020, solicito concordância com o teor da Ata e autorização para que a coordenação assine por procuração.
Segue anexa a Ata de Defesa da Daniella Paula de Freitas assim como o inteiro teor da Instrução Normativa PRPG UFG 001/2020.

Atenciosamente,

Marcus Vinícius

--

Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas - Mestrado Profissional

Faculdade de Direito

Universidade Federal de Goiás

Telefone: +55 (62) 3209 6155 (Whatsapp wa.me/message/5E5R4GIMH6G4L1)

Site: <https://ppgdp.direito.ufg.br/>**2 anexos**

SEI_UFG - 1690990 - Ata de Defesa de Dissertação Daniella Paula de Freitas.pdf

72K



SEI_UFG_-_1254055_-_Instrução_Normativa.pdf

125K

clerilei <clerilei@gmail.com>

27 de janeiro de 2021 21:39

Para: PPGDP UFG <ppgdp.ufg@gmail.com>

De Acordo.

Profa.Dra. Clerilei A Bier

Enviado do meu Galaxy

----- Mensagem original -----

De : PPGDP UFG <ppgdp.ufg@gmail.com>

Data: 27/01/2021 17:13 (GMT-04:00)

Para: clerilei@gmail.com

Cc: SAULO DE OLIVEIRA PINTO COELHO <saulocoelho@ufg.br>

Assunto: Ata de defesa Daniella Freitas

DANIELLA PAULA DE FREITAS

GESTÃO COMPARTILHADA DE POLÍTICAS PÚBLICAS: O CASO DOS INSTITUTOS
TECNOLÓGICOS DO ESTADO DE GOIÁS

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Clerilei Aparecida Bier

Profa. Dra. Diva Júlia Safe Coelho

Prof. Dr. José Querino Tavares Neto – Orientador

DATA DA APROVAÇÃO: ____/____/____

GOIÂNIA

2020

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela inspiração e sustento durante todo o período do mestrado, não foram momentos fáceis, mas Ele me deu forças para seguir em frente. Agradeço ao meu orientador Dr. José Querino Tavares Neto que acreditou em mim desde o primeiro momento, sempre me incentivando e me dando liberdade para eu expor, no papel, os meus pensamentos, devo a ele a conclusão deste mestrado. Agradeço também a minha família por compreender os vários momentos de ausência por causa do grande volume de estudo e por suportar o meu estresse em decorrência dele, agora posso dizer, passou. Por fim, e não menos importante, agradeço ao PPGDP e aos meus colegas de turma por me acolherem, mesmo não sendo da área, e permitir a realização desse sonho.

RESUMO

Por se tratar de uma nova forma de gestão por parte da Administração Pública no trato das Políticas Públicas, a gestão compartilhada necessita ser pesquisada e estudada para que, mediante os dados levantados, seja verificado os seus resultados. Sendo assim, a presente pesquisa partiu da seguinte problemática: Quais foram os resultados quanto a eficácia, eficiência e efetividade apresentados pela gestão compartilhada entre o público e o privado na gestão dos Institutos Tecnológicos do Estado de Goiás (ITEGOS)? Para tanto, buscou-se avaliar os relatórios das atividades das Organizações Sociais IBRACEDS, FAESPE, REGER, CEGECON e CENTEDUC na gestão dos ITEGOS nos anos de 2017, 2018 e 2019, assim como os editais de oferta de cursos do ano de 2019, único ano já fechado em que todas as OSs estavam ativas e com dados disponíveis no portal de transparência. Constatou-se que o modelo de Políticas Públicas de gestão compartilhada, no geral, apesar de ser eficaz, apresenta baixa eficiência e não é efetiva no sentido de proporcionar impacto social e provocar mudança socioeconômica na vida dos alunos.

Palavras-chave: Gestão compartilhada; Organizações Sociais; ITEGO; Avaliação de Políticas Públicas.

ABSTRACT

As this is a new form of management by the Public Administration in dealing with Public Policies, shared management needs to be researched and studied so that, using the data collected, its results can be verified. Therefore, this research started from the following problem: What were the results regarding the effectiveness, efficiency and effectiveness presented by the management shared between the public and the private in the management of the Technological Institutes of the State of Goiás (ITEGOS)? To this end, we sought to evaluate the reports of the activities of the Social Organizations IBRACEDS, FAESPE, REGER, CEGECON and CENTEDUC in the management of ITEGOS in the years 2017, 2018 and 2019, as well as the announcements of courses offered in the year 2019, the single year already closed in which all OSs were active and with data available on the transparency portal. It was found that the Public Policy model of shared management, in general, despite being effective, has low efficiency and is not effective in the sense of providing social impact and causing socioeconomic change in the lives of students.

Keywords: Shared management; Social Organizations; ITEGO; Public Policy Evaluation.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - AS TRANSFORMAÇÕES DO ESTADO E SURGIMENTO DE UMA NOVA FORMA DE GESTÃO	17
CAPÍTULO II - GESTÃO COMPARTILHADA: REDE ITEGO	37
CAPÍTULO III - RESULTADOS DA GESTÃO COMPARTILHADA DA REDE ITEGO .	50
3.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS	50
3.1.1 Tipologia e caracterização da pesquisa	50
3.1.2 Coleta de dados e amostra	51
3.1.2.1 Resultados (eficácia e eficiência) da gestão compartilhada	51
3.1.2.2 Resultados da efetividade da gestão compartilhada	52
3.1.2.3 Custo do Estado com a Rede ITEGO (por aluno)	52
3.1.3 Tratamento de dados	53
3.1.3.1 Resultados (eficácia e eficiência) da gestão compartilhada	53
3.1.3.2 Resultados da efetividade da gestão compartilhada	54
3.1.3.3 Custo do Estado com a Rede ITEGO (por aluno)	54
3.1.4 Intercorrências durante a pesquisa	54
3.2 RESULTADOS E DISCUSSÕES	55
3.2.1 Resultados (eficácia e eficiência) da gestão compartilhada	55
3.2.2 Resultados da efetividade da gestão compartilhada	66
3.2.2.1 OS IBRACEDS	66
3.2.2.2 FAESPE.....	79
3.2.2.3 REGER	87
3.2.2.4 CEGECON	100
3.2.2.5 CENTEDUC	111
3.2.3 Custo do Estado com a Rede ITEGO (por aluno).....	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	126
ANEXO I – LEGISLAÇÃO ESTADUAL	133
ANEXO II – ENTIDADES JÁ QUALIFICADAS COMO ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, NO ÂMBITO DO ESTADO DE GOIÁS	134
ANEXO III – DISTRIBUIÇÃO DOS COTECs	138
ANEXO IV - MAPA DE INDICADORES DE AVALIAÇÃO DE QUALIDADE	139
ANEXO V - SYSCORE.....	0

INTRODUÇÃO

Com o abandono das ideias do Estado de Bem-Estar Social e o advento do neoliberalismo, duas mudanças importantes aconteceram: a redução no tamanho do Estado, no qual as atividades não exclusivas do Estado são privatizadas, e a introdução do conceito de Estado-Empresário em que administração pública é submetida à eficiência, à eficácia, à criatividade e à competitividade, além de tratar os usuários dos serviços públicos como consumidores. No Brasil, essas duas mudanças (redução no tamanho do Estado e o conceito de Estado-Empresário) vieram se consolidar por meio Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. O Plano Diretor buscou reverter a gradual deterioração dos serviços públicos, definindo objetivos e diretrizes para a reforma da Administração Pública. Também buscou implantar uma Administração Pública “gerencial, baseada em conceitos atuais de administração e eficiência, voltada para o controle dos resultados e descentralizada para poder chegar ao cidadão” (BRASIL, 1995, p.10), dando ênfase na produtividade do serviço público.

No Plano Diretor foi definida a gestão compartilhada, cujo Estado passa às Organizações Sociais (OS) a gestão dos serviços não-exclusivos do Estado, permitindo, assim, sua descentralização, entendendo que os serviços poderão ser mais eficientemente realizados pelas Organizações Sociais, por meio do financiamento estatal. Desta forma, o Poder Executivo concede autorização legislativa para a celebração dos contratos (BRASIL, 1995), cabendo às OS, com autonomia financeira e administrativa, gerir os recursos de forma eficiente, batendo as metas e os indicadores definidos no contrato de gestão. Em contrapartida o Estado realiza repasses monetários para subsidiar o trabalho destas instituições.

Por se tratar de uma nova forma de gestão por parte da Administração Pública no trato das Políticas Públicas, a gestão compartilhada necessita ser pesquisada e estudada para que, mediante os dados levantados, seja verificado os seus resultados. Sendo assim, a presente pesquisa partiu da seguinte problemática: Quais foram os resultados quanto a eficácia, eficiência e efetividade apresentados pela gestão compartilhada entre o público e o privado na gestão dos Institutos Tecnológicos do Estado de Goiás (ITEGOS)? Para tanto, buscou-se avaliar os relatórios das atividades das Organizações Sociais IBRACEDS, FAESPE, REGER, CEGECON e CENTEDUC na gestão dos ITEGOS, nos anos de 2017, 2018 e 2019, assim como os editais de oferta de cursos do ano de 2019, único ano já fechado em que todas as OSs estavam ativas e com dados disponíveis no portal de transparência.

Antes de realizar a avaliação propriamente dita, priorizamos conhecer a Política Pública de gestão compartilhada verificando as fases apontadas por Wu et al (2014)

(agendamento; formulação; tomada de decisão; implementação e avaliação). Na fase do agendamento analisamos o que levou o governo a considerar esse assunto como pauta para o agendamento, abordando desde o surgimento do Estado até o advento do Neoliberalismo. Em seguida buscamos compreender a fase da formulação da Política, por meio do levantamento das leis criadas, possibilitando que a gestão compartilhada fosse administrativamente viável e tecnicamente sólida. Para esclarecer a fase da tomada de decisão, foi abordado o processo de publicização dos Institutos Tecnológicos do Estado de Goiás (ITEGOS) e da publicação dos Chamamentos Públicos. Na sequência, para compreendermos a fase de implementação, foram abordados os contratos de gestão com as OSs selecionadas, assim como a divisão em regionais.

Por fim, para executar a última fase apontada por Wu et al (2014), a chamada avaliação da Política Pública, foram mensuradas a eficácia, a eficiência e a efetividade social apresentadas por Jannuzzi (2016). Para avaliar a eficácia, ou seja, o cumprimento dos procedimentos programados (conformidade processual), foram analisados o número de vagas ofertadas nos ITEGOS, dividido pelo número de vagas definidos no contrato de gestão. A Eficiência, relacionada à qualidade do gasto público frente a outros usos que o mercado poderia fazer, foi avaliada por meio da mensuração da quantidade de horas-aulas realizadas comparada com meta de horas-aulas definidas em contrato. Por fim, a efetividade, que é a busca de maior impacto social das Políticas Públicas, foi verificada por meio do levantamento dos cursos ofertado, a aderência à realidade local e a capacidade de mudança socioeconômica proporcionada aos alunos.

Para analisar a capacidade de mudança socioeconômica proporcionada aos alunos foram utilizados o apontamento de Platão (2019) em que o conhecimento proporciona liberdade; o conceito de desigualdade e exclusão abordado por Santos (2006), cujo o próprio capitalismo gera a desigualdade e a exclusão, mas também desenvolve mecanismos para mantê-los sobre controle, dentro de padrões aceitáveis e o desenvolvimento como liberdade, apontado por Sen (2010), no qual só se pode considerar que houve progresso (desenvolvimento) quando houve também o aumento das liberdades das pessoas. Trata-se, portanto, de uma pesquisa empírica porque é baseada em observações do mundo, buscando evidências dos fatos contemporâneos (EPSTEIN E KING, 2013).

O objetivo Geral da pesquisa é mensurar os resultados obtidos por meio da gestão compartilhada entre o Governo do Estado de Goiás e as Organizações Sociais no que tange à Educação Profissional Tecnológica e Desenvolvimento Tecnológico, na gestão dos ITEGOS. Como objetivos específicos buscamos: compreender o conceito e os aspectos da gestão

compartilhada na ordem da Educação Profissional Tecnológica e Desenvolvimento Tecnológico em Goiás; analisar os resultados obtidos pelas Organizações Sociais FAESPE, REGER, CENTEDUC, IBRACEDS e CEGECON na gestão dos ITEGOS e comparar com as metas estabelecidas no contrato de gestão; comparar o custo do Governo do Estado com os ITEGOS (por aluno) com o custo por aluno na educação básica e aferir o impacto dos ITEGOS nas empresas da região.

Esta pesquisa trabalha com a seguinte hipótese: O modelo de gestão compartilhada entre o Governo do Estado de Goiás e as Organizações Sociais, aplicado à Educação Profissional Tecnológica e Desenvolvimento Tecnológico, constitui-se numa possibilidade de concepção de Políticas Públicas mais eficientes, mas não efetivas. A partir dessa hipótese básica temos as seguintes hipóteses secundárias: O custo por aluno na rede ITEGO, após o contrato de gestão, manteve-se equiparado ao custo que o Estado tem em manter um aluno na educação básica; A mão de obra formada pelos ITEGOS se caracteriza como mão de obra operacional para ocupar subempregos; O impacto dos ITEGOS para as empresas da região nas quais eles estão inseridos não é significativo; Os ITEGOS não promovem inovação tecnológica.

Para avaliar a eficácia e a eficiência da gestão compartilhada entre o Governo do Estado de Goiás e as Organizações Sociais IBRACEDS, FAESPE, REGER, CEGECON e CENTEDUC, no que tange à gestão da rede ITEGO, nos anos de 2017, 2018 e 2019, foi empregada a estatística descritiva com o objetivo de verificar os repasses realizados pelo governo, a eficácia e a eficiência da gestão dos ITEGOS pelas Organizações Sociais, bem como o alcance dos indicadores definidos no contrato de gestão, possibilitando a verificação das hipóteses levantadas no parágrafo anterior. Também foi comparado os resultados das OS com o objetivo de verificar o *ranking* entre elas, no que se refere à qualidade da gestão.

Para analisar a efetividade dos cursos oferecidos pelos ITEGOS e seu impacto na sociedade, foi realizado o levantamento dos cursos, além da quantidade das vagas ofertadas no ano de 2019 em cada um dos ITEGOS e COTECs pertencentes a cinco regionais, bem como traçado um comparativo com o perfil dos municípios em que foram ofertados. Os dados coletados foram trabalhados de forma a saber quais foram os cursos mais ofertados, se eles estão em conformidade com o perfil do município e se esses cursos possuem um potencial de mudança na realidade socioeconômica dos alunos, possibilitando verificar o restante das hipóteses descritas acima.

CAPÍTULO I - AS TRANSFORMAÇÕES DO ESTADO E SURGIMENTO DE UMA NOVA FORMA DE GESTÃO

Quanto à origem e função do Estado, existem diversas interpretações, entre elas as mais difundidas foram as apresentadas pelos “naturalistas”, pelos “contratualistas” e as interpretações defendidas por Karl Marx (2009).

A teoria naturalista tinha como principal defensor o filósofo grego Aristóteles, que dizia que “o homem é naturalmente um animal político destinado a viver em sociedade” (ARISTÓTELES, 2007, p.16). Para essa teoria, o Estado é um desenvolvimento inevitável e natural dos agrupamentos humanos, buscando nele a cooperação e os benefícios coletivos, bem como os benefícios individuais recíprocos.

A teoria contratualista defendia que o Estado era o resultado de uma escolha e não algo natural e inevitável, como apresentava a teoria naturalista, mas sim uma escolha racional. Os contratualistas compreendiam “que as pessoas decidiram viver em coletividade, partilhando regras de convivência” (RIBEIRO, 2017, p.6). Hobbes, Locke e Rousseau são os três precursores desta teoria que, embora discordem entre si, quanto à constituição do Estado, concordam que o Estado é uma construção social a partir de um contrato, sendo assim, os três autores formam a base da teoria contratualista.

Entre os três, Hobbes foi o primeiro a questionar as teorias naturalistas. Para ele, o Estado natural não é tranquilo, mas propício às guerras recorrentes, visto que, se num Estado natural tudo é para todos, de forma igual, quando um quiser o mesmo que o outro, a guerra está instalada, já que ambos possuem direitos iguais à mesma coisa em questão. Hobbes (2004, p.87) argumenta que a paz somente poderia ser alcançada mediante a união que é “a submissão da vontade de todos os homens à vontade de um ou de um conselho (...)” e isso só é possível “quando cada homem está obrigado, por um contrato, para com todos os outros, a não resistir à vontade daquele homem ou conselho; ou seja, que não recusará o uso da riqueza e da força deste contra qualquer outro (...)”. Hobbes não obteve grande aceitação em sua época porque, para ele, não importava se a sociedade submetesse à vontade de um soberano, ou seja, não havia problema do Estado ser absolutista, desde que cessasse a guerra entre os homens, o que ia contra os movimentos da época.

John Locke, por sua vez, defendia um modelo antiabsolutista. Essa é a principal diferença em relação às teorias de Hobbes. Também defendia a igualdade entre todos, independentemente de sua origem, tendo todos as mesmas vantagens da natureza, sem o dever de subordinação e sujeição uns aos outros, o que ia contra a monarquia. No entanto, Locke

entendia que a fruição do direito de liberdade é muito incerto e vulnerável, o que “faz com que ele [o homem] deseje abandonar esta condição, que, embora livre, está repleta de medos e perigos contínuos; e não é sem razão que ele solicita e deseja unir em sociedade com outros” (LOCKE, 1999, p.156), sujeitando ao domínio e controle de um poder, o poder político. Assim, transferindo o poder, antes privado para o público, à proteção da propriedade, cuja relação estava ligada à vida, à liberdade e aos bens, devendo, por isso, punir qualquer ofensa a ela dirigida, por meio da criação e execução de leis para a defesa da comunidade. Suas teorias deram início ao sentido de soberania popular e também ao liberalismo porque, de certa forma, limitava o poder do Estado ao cumprimento dos contratos reduzindo, assim, o seu tamanho.

Já Rousseau (1997, p.25-26) defendia que “o homem nasceu livre e, não obstante, está acorrentado em toda a parte”. Ou seja, o homem nasceu livre, “mas é justamente o contrato social que os aprisionam. Então ele buscou estabelecer a legitimidade do contrato social” (RIBEIRO, 2017, p.20). Rousseau defende que o Estado tem o papel de reduzir as desigualdades sociais criadas pela divisão do trabalho e pela propriedade privada, além de promover a manutenção da liberdade. Por meio do contrato social as pessoas perderam a liberdade natural, mas ganharam a liberdade civil. No entanto, acreditava que o povo só seria verdadeiramente livre se participassem da elaboração de suas leis e se houvessem mecanismos de participação efetiva do povo. Para este contratualista, o exercício da soberania do Estado é o exercício da soberania do povo, visto que representa sua vontade geral. Ele também trouxe duas grandes contribuições para a época: a primeira foi a identificação da desigualdade entre os homens como fruto das relações sociais e a segunda foi a abertura do espaço para a exigência de uma sociedade em que o povo determina o poder.

Hobbes, Locke e Rousseau cada uma ao seu tempo e com suas próprias teorias, formaram o que chamamos de teoria contratualista, cuja crença é que o Estado tenha nascido mediante um contrato social firmado pela razão, perante o qual as pessoas abriram mão da liberdade natural para viverem em comunidade, seguindo regras definidas neste contrato (GAMBA, 2017). Cabe ressaltar que o pensamento da teoria contratualista pondera que o Estado é formado pelo povo, ou seja, que é um poder do povo para o povo, não se trata de um Estado absolutista, mas sim um Estado onde o povo determina o poder. É a partir desse ponto que Karl Marx apresenta as suas teorias e críticas. Segundo ele:

É sempre nas relações imediatas entre os mestres das condições de produção e os produtores diretos que deve-se buscar o segredo íntimo, o fundamento escondido de toda a estrutura social, assim como a forma política das relações de soberania e dependência, ou seja, a forma de Estado numa época histórica dada. (MARX, 2010, p. 1962-1963)

Para Marx, o Estado é o produto das sociedades e sua organização econômica. Segundo ele, as formas de Estado, assim como as relações jurídicas, só podem ser explicadas pelas condições materiais da vida, que se vestem com o nome de ‘sociedade civil’ (MARX, 2009). O autor defende, ainda, que é sob a comunidade econômica e as relações de poder que repousa a estrutura política da comunidade, sendo assim, para entender a política da comunidade, necessitamos compreender as relações de poder existentes e a economia do local. Marx foca suas críticas não em questões econômicas, mas em questões políticas, ou seja, em assuntos que tratam do poder e da dominação.

A criação e a execução das leis que Locke e Rousseau defendiam ser necessárias para o Estado manter a sociedade civil em ordem, de forma igualitária, de acordo com Marx, não atingiram esse objetivo, pelo contrário, serviram de instrumentos de pilhagens das terras do povo comum, privilegiando os “mestres das condições de produção”, não tratando todos de forma igualitária. Marx denuncia que o Estado, ao contrário de governar para o povo, é subordinado aos monopólios os quais têm por objetivo maiores lucros. Segundo ele, por causa da centralização e concentração de capital nas mãos de “gigantes” o Estado intervém na economia a favor dos monopólios, privilegiando as classes sociais abastadas. Ou seja, para Marx, o Estado é essencialmente classista, representando apenas a classe abastada e não a sociedade em sua totalidade.

Observando as relações de poder e o papel atual do Estado, constatamos que Marx acertou em dizer que o Estado representa as classes abastadas e que é subordinado aos monopólios. Isso pode ser observado por meio das medidas econômicas tomadas pelo Executivo e que beneficiam principalmente os grandes empresários ou os grandes grupos de empresas. Da mesma forma a isenção de tributos sobre as riquezas enquanto os tributos para a classe C, D e E não param de crescer. Outro ponto que deixa essa situação clara são as mudanças nas leis trabalhistas que beneficiam o empregador e deixam as relações de trabalho cada vez mais precárias. O mesmo pode ser dito da reforma da previdência que afetou principalmente as classes baixas, já que as classes mais altas recorrem aos investimentos a longo prazo e à iniciativa privada, pois não dependem da previdência governamental. Também foram excetuadas as forças armadas, uma vez que quase não foram afetadas. É certo que o Estado tem o papel de reduzir as desigualdades sociais criadas pela divisão do trabalho e pela propriedade privada, além de promover a manutenção da liberdade, conforme dito por Rousseau. Entretanto, na prática, isso não acontece.

Após este breve relato das interpretações “naturalistas”, “contratualistas” e de Karl Marx sobre a origem e função do Estado, é importante abordar também as diferentes

estruturas políticas de Estado, desde o Estado Feudal até o Estado Pós-Neoliberal. O feudalismo predominou durante o período medieval, do Século V até o Século XV, caracterizado pela relação vassalo versus amo. Existia entre eles uma espécie de contrato, no qual o servo oferecia a seu Senhor “fidelidade, conselho e ajuda militar e material”. Em contrapartida, o Senhor devia a seu servo “fidelidade, proteção e sustento”, geralmente por meio da concessão de uma porção de terra (DELLAGNEZZE, 2012, p.4).

Estes contratos eram firmados de forma voluntária, em público, por meio de rituais e visava a sobrevivência de ambos. Poderiam ser desfeitos, desde que o servo devolvesse a seu Senhor a terra concedida. Porém, se a iniciativa partisse do Senhor, o “ato deveria ser feito embasado pelo Conselho da Corte” (DELLAGNEZZE, 2012, p.4). Na hipótese, também, de uma das partes descumprirem o contrato, poderia haver uma sanção, a excomunhão pela Igreja. Apesar de a estrutura do Estado Feudal ter durado um longo período (dez séculos) os acontecimentos mundiais da época fizeram com que essa estrutura se tornasse inadequada para a nova realidade. Com o renascimento comercial e urbano, ocorrido principalmente após o Século XV, novidades foram surgindo, como os diferentes grupos sociais, entre eles a burguesia e a classe operária. Também as atividades bancárias, a produção e o comércio em larga escala. Aliado às grandes navegações e à Revolução Industrial europeia surgia, então, o capitalismo, como um novo sistema econômico.

Com a crise do feudalismo e a expansão comercial, a burguesia, como nova classe social, expropriando espaços, disputa o domínio político com os nobres, para tanto, apoia, na Europa, a concentração de poder, ou seja, os Estados Absolutistas, caracterizados pelo poder e autoridade suprema. Nesse Estado, o monarca controlava tudo (o Estado, a moeda, os impostos, os exércitos, as fronteiras dos países), além de utilizar de políticas mercantilistas para intervir na economia. Também surgiu, nessa época, o conceito de Estado soberano, firmado pelo Tratado de Westfália, no qual “cada Estado é uma unidade completamente independente que não está sujeita a nenhuma autoridade maior” (DELLAGNEZZE, 2012, p.5). Nos Estados Absolutistas também foi criada a Justiça Real, sobrepondo-se à justiça existente no Estado Feudal.

Para justificar o absolutismo, várias teorias surgiram, entre elas as teorias de Nicolau Maquiavel (1469-1527), conhecido como o fundador da ciência política moderna; as teorias de Thomas Hobbes (1588-1679), defendendo que a paz somente poderia ser alcançada mediante a união que se caracterizava pela “ submissão da vontade de todos os homens à vontade de um ou de um conselho (...)” (HOBBS, 2004, p.87); e as teorias de Jacques Bossuet (1627-1704), que defendia que a autoridade do Rei era sagrada, pois emanava de

Deus. No entanto, o Estado Absolutista, ao contrário do Estado Feudal, não perdurou por muito tempo, enfraqueceu-se com a Revolução Francesa de 1789 e chegou ao fim com as revoluções Liberais do Século XIX (DELLAGNEZZE, 2012). A doutrina liberal¹, que posteriormente veio formar o Estado Liberal, em sua construção, deparou-se com problemas estruturais diferentes, dependendo do local em que foi formada, por este motivo, pode-se dizer que existem vários pensamentos liberais, no entanto, conservam a mesma essência, que é a proteção dada aos indivíduos, apesar de possuírem muitos aspectos diferentes.

Moraes (2014, p. 271) aborda o liberalismo econômico “como doutrina que prega as virtudes de mercado natural autorregulado contra os males da intervenção estatal” e o liberalismo jurídico “cujo foco está na concepção de um Estado que garanta os direitos dos indivíduos contra o uso arbitrário do poder pelos governantes”. Por um lado, limitou os poderes do Estado e por outro, deu mais liberdade aos cidadãos, atribuindo segurança jurídica nas trocas mercantis e à iniciativa privada, a liberdade de realização de qualquer atividade que tivesse potencial lucrativo. Para os ideais liberais, a igualdade entre as partes traria o equilíbrio entre os contratantes, também não haveriam limitações quanto ao conteúdo dos contratos, que seriam redigidos baseados exclusivamente na vontade das partes, desde que estivessem em comum acordo.

A eficácia do Estado na manutenção da segurança social estaria sempre ligada ao cumprimento das leis, as quais deveriam estar orientadas por valores representados pelos referidos direitos inalienáveis. Assim, estar-se-ia diante de uma sociedade racional, na medida em que a vida social estaria estabelecida, pelas leis, simplificando a própria tarefa do Estado, pois estariam reguladas as relações dos indivíduos entre si e desses com o Estado - por isso a noção de um contrato social. (MELLO, 1998, p. 700)

No Estado Liberal, as leis eram concebidas de forma geral e abstrata, baseando-se na igualdade e no abstencionismo econômico. A ação do Estado só era legítima quando fosse realmente necessária e se limitava a preservar a segurança individual dos cidadãos, ou seja, as relações eram bem definidas, como aponta Mello (1998) na citação anterior. No entanto, Miranda (1997) faz uma crítica, pois, segundo ele, a consolidação desse modelo estatal foi idealizada em prol dos interesses da burguesia, podendo concluir que o Estado Liberal é um

¹ De acordo com Dellagnezze (2012, p. 7 e 8), os principais idealizadores do pensamento liberal “foram o inglês John Locke (1632- 1704), os franceses Charles Louis de Secondat, baron de La Brède et de Montesquieu, (1688-1755), que pregou a separação dos Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário, na obra, *De l’esprit des lois– Do Espírito das Leis*, de 1751); Voltaire (1694-1778), o suíço Jean Jacques Rousseau (1712-1778), e o prussiano Immanuel Kant (1724-1804)”.

Estado Burguês, o que vai ao encontro das críticas apontadas por Karl Marx². O ideal de que o mercado livre seria a garantia da igualdade não foi comprovado na prática, principalmente no que diz respeito à classe operária, o que levou a um mercado de trabalho repleto de mão de obra barata, causando a pauperização das massas e uma desigualdade socioeconômica. Neste contexto, e com o advento da Primeira Guerra Mundial, o espírito liberal é abalado e começa a surgir um movimento voltado à criação do Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*).

O abandono dos ideais puramente liberalistas se deu por dois motivos: primeiro pelas mudanças estruturais na economia (o capitalismo monopolista) e segundo pelas pressões das massas (reivindicação de direitos trabalhistas, previdenciários e sociais), causados pelas mudanças na estrutura social. O papel do Estado, que antes se limitava à manutenção da paz e da segurança, passou a abranger também o Bem-Estar Social e econômico, cabendo ao Estado uma intervenção efetiva nos setores econômicos, sociais e culturais. “A propriedade individual dos meios de produção dá lugar à sociedade por ações e a liberdade contratual é limitada, principalmente no que toca ao contrato de trabalho” (MORAES, 2014, p.274). O Estado assume o papel interventivo e promocional, buscando construir uma sociedade menos desigual e de livre pensamento, para tanto, precisava assegurar aos cidadãos o acesso à educação e à cultura (ANGNES et al, 2011). No entanto, o Estado de Bem-Estar Social “não foi capaz de assegurar a justiça social nem a autêntica participação democrática do povo no processo político” (SILVA, 1988, p. 21).

Como tentativa de fundar uma sociedade democrática, surge então, o Estado Democrático de Direito. Tal forma de organização política do Estado é uma particularidade brasileira, firmada pela Constituição de 1988. A caracterização do Estado Democrático de Direito vai muito além de juntar os dois conceitos (Estado Democrático e Estado de Direito), traz em si um novo conceito “que incorpora um componente revolucionário de transformação do *Status quo*”. De acordo com Silva (1988, p. 21), o fato de a expressão ‘Democrático’ vir logo após a expressão ‘Estado’, qualifica o Estado e “irradia os valores da democracia sobre todos os seus elementos constitutivos e, pois, também, sobre a ordem jurídica”.

Ainda de acordo com Silva (1988) são princípios do Estado Democrático de Direito: o princípio da constitucionalidade, que se funda na legitimidade de uma constituição rígida, emanada da vontade popular; o princípio democrático, baseado numa democracia

² Marx denuncia que o Estado, ao contrário de governar para o povo, é subordinado aos monopólios, que têm por objetivo, maiores lucros. Segundo ele, por causa da centralização e concentração de capital nas mãos de “gigantes”, o Estado intervém na economia a favor dos monopólios, privilegiando as classes sociais abastadas. Ou seja, para Marx, o Estado é essencialmente classista, representando apenas a classe abastada e não a sociedade em sua totalidade (MARX, 2009).

representativa, participativa, pluralista e que garanta a vigência e a eficácia dos direitos fundamentais; o sistema de direitos fundamentais individuais, coletivos, sociais e culturais; o princípio da justiça social, incluindo a ordem econômica e social; o princípio da igualdade; o princípio da divisão dos poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário); o princípio da legalidade e o princípio da segurança jurídica. Caracterizando como tarefa fundamental do Estado Democrático de Direito, a superação das desigualdades sociais e regionais, bem como a instauração de um regime democrático que realize a justiça social.

Apesar da Constituição de 1988 ser considerada rígida e a constitucionalidade ser considerada um princípio do Estado Democrático de Direito, foi previsto no texto da Constituição brasileira uma forma de alteração, as chamadas Proposta de Emenda à Constituição (PEC). As PECs, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, podem ser apresentadas pelo Presidente da República (Poder Executivo), por um terço dos deputados federais ou senadores ou por mais da metade das assembleias legislativas (Poder Legislativo). De acordo com o sítio da Presidência da República, foram 107 emendas constitucionais, sendo a primeira no ano de 1992, mais de três anos após a promulgação da referida Constituição e a última em 02 de julho de 2020.

Essa quantidade de Ementas Constitucionais aprovadas acaba por descaracterizar a Constituição de 1988. Sendo assim, será que ela ainda mantém os princípios democráticos, os princípios da justiça social (superando as desigualdades sociais e regionais) e os sistemas de direitos apontados por Silva (1988)? Para entender um pouco mais sobre essa temática, é importante verificar o que autores como Sader (2003) e Santos (2006) abordam sobre o assunto.

Sader (2003, p.311) afirma que a característica mais marcante do século XX foi a extensão da democracia e que “a virada do século, no entanto, viu a humanidade num processo de brutal concentração de poder, de degradação das condições sociais da grande maioria da população mundial e de acelerada perda de legitimidade dos sistemas políticos”. Já Santos (2006) relata a crise do contrato social da modernidade, apontando três critérios principais que, ao mesmo tempo, são critérios de inclusão e exclusão. O primeiro deles é que o contrato social inclui apenas os indivíduos e suas associações, deixando a natureza fora dele, na qual ela é ameaçada ou transformada em recurso. O segundo critério é o da cidadania territorialmente fundada, em que há uma distinção entre os que são cidadão e os não cidadãos, incluindo neste segundo grupo as mulheres (fato que vem mudando nos últimos anos), os estrangeiros, os imigrantes e as minorias étnicas, mesmo que estes vivam juntos do primeiro grupo. E o terceiro critério é o comércio público dos interesses, fazendo a separação do

espaço público e do privado, sendo objeto do contrato apenas os interesses exprimíveis da sociedade civil.

Na visão de Santos (2006, p.321) o Estado de Bem-Estar Social, característico do mundo liberal, “deixou de ser possível porque deixou de ser necessário e não o contrário”, por isso o seu fim. A articulação que no Estado de Bem-Estar Social se dava entre o princípio de Estado, princípio do mercado e o princípio da comunidade, com a queda do muro de Berlim, veio a se transformar em “uma nova articulação, mais direta e mais íntima, entre o princípio do Estado e o princípio do mercado”, excluindo da articulação o princípio da comunidade, surgindo aí, o neoliberalismo³. Com isso, transformando o jogo de soma positiva em jogo de soma zero, no qual para um ganhar (princípio de mercado) o outro obrigatoriamente tem que perder (princípio da comunidade). Neste caso, os processos de exclusão social passaram a dominar sobre os de inclusão social. Para Santos (2006, p.322) “o fim do reformismo social [Estado de Bem-Estar Social] determinou o início do movimento para a reforma do Estado”, o neoliberalismo, e em países periféricos em que o Estado era autoritário, como o caso do Brasil, as forças progressistas concentraram suas tarefas na transição democrática, traduzindo-se na Constituição Brasileira de 1988.

(...) Este movimento [a reforma do Estado] conheceu duas fazes principais. A primeira assentou paradoxalmente na ideia de que o Estado é irreformável. O Estado é inerentemente ineficaz, parasitário e predador, por isso a única reforma possível e legítima consiste em reduzir o Estado ao mínimo necessário ao funcionamento do mercado. O potencial de fracasso e de dano do Estado só pode ser reduzido reduzindo o tamanho e o âmbito do Estado. (...) Distingue-se então entre as funções que são exclusivas do Estado das que o Estado foi tomando por usurpação ou concorrência de outras instâncias não estatais de regulação social, com a implicação de que o Estado deve ser confinado às suas funções exclusivas. (SANTOS, 2006, p.322)

Enquanto a primeira fase da reforma do Estado (neoliberalismo) focou na redução do seu tamanho, a segunda fase, apresentada por Santos (2006) como o Estado reformável, teve como concepções o Estado-empresário e o Estado-novíssimo-movimento-social. A concepção do Estado-empresário é bem próxima da primeira fase da reforma e tem como foco a privatização das funções não exclusivas do Estado e a submissão da administração pública a critérios de eficiência, de eficácia, de criatividade e de competitividade, além de tratar os usuários dos serviços públicos como consumidores. Na concepção do Estado-novíssimo-movimento-social o Estado passa por transformações profundas, emergindo daí uma nova

³ A ideologia do neoliberalismo preconiza a firme convicção de combater toda e qualquer política governamental baseada na orientação Keynesiana do estado de bem-estar-social (ou Estado providência), considerado pelos pensadores de orientação neoliberal destruidor das liberdades dos cidadãos e da competição. Alertavam que a sobrecarga do Estado levaria impreterivelmente à ingovernabilidade das democracias. Portanto, fazia-se necessidade urgente limitar a participação política, distanciar a sociedade e o sistema político e subtrair as decisões políticas administrativas ao controle público. (SOUZA, 2004, p. 465)

forma de organização política, ainda mais vasta que o próprio Estado. Nela o Estado é o articulador e “integra um conjunto híbrido de fluxos, redes e organizações em que se combinam e interpenetram elementos estatais e não estatais, nacionais, locais e globais”, caracterizando com isso, a mudança da qualidade da força do Estado, deixando de ter o controle da regulação social e passando a ter o controle da meta-regulação sobre os “agentes não estatais que, por subcontratação política, adquirem concessões de poder estatal” (SANTOS, 2006, p.338). Nesse ponto, o terceiro setor emerge com um papel importante na Reforma do Estado.

A Reforma do Estado tratada por Santos (2006), foi consolidada no Brasil por meio do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (BRASIL, 1995). Como justificativa para a reforma, o texto do documento do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (brasileiro) apresenta o aumento significativo no custeio da máquina administrativa (pessoal, bens e serviços), aliado ao aumento da ineficiência dos serviços públicos; o loteamento dos cargos públicos da administração indireta; o engessamento do aparelho estatal, estendendo as regras burocráticas rígidas adotadas no núcleo estratégico do Estado aos serviços do Estado e às empresas estatais; a perda da autonomia do Poder Executivo para tratar da estruturação dos órgãos públicos e retirada da flexibilidade operacional da administração indireta. Uma justificativa bem pertinente e em consonância com a justificativa apontada por Santos (2006) para explicar o Estado Irreformável, que veio, em sua segunda fase, transformar-se em Estado Reformável.

Voltando ao texto do documento do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (BRASIL, 1995, p.10), com o objetivo de reverter a gradual deterioração dos serviços públicos, o texto em questão definiu objetivos e diretrizes para a reforma da Administração Pública, buscando implantar uma Administração Pública “gerencial, baseada em conceitos atuais de administração e eficiência, voltada para o controle dos resultados e descentralizada para poder chegar ao cidadão”. Além de dar ênfase na produtividade do serviço público, buscando, com isso, melhorar não só a organização do Estado e o seu pessoal, mas também todo o seu sistema institucional legal e as suas finanças. Não chegando ao extremo do Estado mínimo proposto pelo neoliberalismo, mas reestruturando sua gestão para que as atividades exclusivas do Estado sejam oferecidas de forma mais eficientes e as atividades não exclusivas

sejam direcionadas às organizações públicas não estatais, do modelo organizações sociais (OS)⁴.

A entrada do terceiro setor na Reforma do Estado, por meio das organizações sociais, já na segunda fase apontada por Santos (2006), pode ser lida como uma oportunidade para o retorno do princípio da comunidade à articulação com o princípio do Estado e com o princípio do mercado, como ocorreu no Estado de Bem-Estar Social, vindo a ser um agente de reforma democrática. No entanto, Santos (2006, p.339) vê essa possibilidade com cautela porque, segundo ele, “o terceiro setor pode contemporizar facilmente, quer com o autoritarismo do Estado, quer com o autoritarismo do mercado”. Sendo assim, o autor apresenta, não a entrada do terceiro setor como um agente de reforma do Estado, mas sim um novo paradigma de regulação social que veio suplantar o paradigma anterior baseado no poder soberano do Estado, a governação. Para ele, a governação como matriz regulatória, pressupõe uma política de direito e de direitos que tende a agravar a crise da legitimidade do Estado.

Segundo Santos (2006) a matriz governação⁵ surgiu para corrigir os fracassos do mercado ocorridos no ponto alto do neoliberalismo. Momento em que o Estado se retirou do setor social e da regulação econômica, passando para a lei do mercado a regulação econômica e social, período marcado também pela proliferação das organizações da sociedade civil (OSCs), designadas de terceiro setor, cuja finalidade consistia em satisfazer as necessidades humanas cujo mercado não consegue dar resposta e o Estado já não está em condição de satisfazer, o que se vê acontecendo no Brasil, por exemplo. De acordo com o autor, os diferentes processos que explicam o surgimento das OSCs conduziram a dois tipos principais de sociedade civil: a sociedade civil liberal, constituída pelas OS que lutaram contra o regime político autoritário; e a sociedade civil subalterna e contra hegemônica, construída pelos movimentos sociais e pelas OSCs que mantêm em equilíbrio estável o macro e o micro, o público e o privado, o social e o político, o formal e o informal, centrando-se, para tanto, nas causas profundas do sofrimento humano que se propõem minorar.

Considerando que a governação aceita a participação da sociedade civil, não como um todo, mas de uma forma selecionada, a sociedade civil liberal é admitida a participar da

⁴ As OS são “associações civis sem fins lucrativos, que não são propriedade de nenhum indivíduo ou grupo e estão orientadas diretamente para o atendimento do interesse público” (BRASIL, 1997, p.13), vêm atender um modelo de parceria entre Estado e sociedade e são pertencentes ao terceiro setor.

⁵ “Assim concebida, a governança constitui um modelo de exercício do poder de aplicação geral, transponível para todos os níveis e em todas as esferas de organização social. Correlativamente, a lógica da governança tende a penetrar o conjunto do direito, tanto privado como público: a ideia de que convém associar os diferentes atores à elaboração da norma e preferir o consenso à coerção é atualmente comumente admitida (...)” (CHEVALLIER, 2005, p. 145).

governança (lembrando que só as suas organizações partilham os valores subjacentes à parceria e à coordenação autorregulada) enquanto a sociedade civil subalterna e contra hegemônica não é aceita. A razão para a última não ser aceita é que para a matriz da governança, a resolução de problemas e a coesão social são mais fáceis de atingir quando a política e a ideologia não interferem no prosseguimento de objetivos e de interesses comuns. A matriz da governança tem por premissa a necessidade de incrustar a sociedade na economia e não o contrário, ou melhor, cabe às empresas selecionar os valores e princípios com os quais se sentem capazes de funcionar. Em face de tudo isso, o autor diz que a governança é uma forma geneticamente modificada de direito e de governo, que procura se tornar resistente a duas perigosas pragas: as pressões populares por um lado e as mudanças imprevisíveis das regras do jogo da acumulação de capital, por outro lado, causadas pela regulação estatal ou interestatal.

Ao abordar as lutas sociais no quadro da governança, Santos (2006) relembra que a relação histórica entre democracia e capitalismo não é uma relação linear. A democracia, a princípio, girava em torno da redistribuição social, mas ao longo do século XX foi privada do seu potencial redistributivo e se tornou completamente compatível com o capitalismo, de tal forma que ambos presidem o novo modelo global das questões políticas e sociais, um modelo imposto em âmbito mundial pela globalização neoliberal, pelas políticas de ajustamento estrutural e pela guerra neocolonial. O fato é que, a questão da redistribuição afigura-se mais séria do que antes, chegando a algumas regiões do mundo a um índice de exploração tão elevado e com mecanismos brutais utilizados para obtê-los que parece estarmos em uma nova época de acumulação primitiva do capital. Mais dramática ainda está a situação da população não sujeitas à exploração, com modos de vida muito deteriorados, impelidos à degradação social e ambiental e declaradas populações descartáveis.

Situações causadas em decorrência da receita triádica formada pela privatização, mercantilização e liberalização que fez surgir uma nova forma de governo indireto em que atores econômicos poderosos detêm um poder grandioso e desobrigado de qualquer responsabilidade, controlando desse modo os meios de subsistência básicos das pessoas, desde bens como água e energia, passando pelas sementes, pela segurança e pela saúde, potencializando a desigualdade e a exclusão. Mesmo que na modernidade ocidental a concepção de desigualdade e exclusão tenham “de ser justificadas como exceções ou incidentes de um processo societal que lhes não reconhece a legitimidade, em princípio” (SANTOS, 2006, p.259), estão presentes em grande escala e são frutos do próprio desenvolvimento capitalista. Apesar de que os princípios aceitos “oficialmente” sejam os da

igualdade, da liberdade e da cidadania, conhecidos como princípios emancipatórios da vida social.

Santos (2006) faz uma distinção clara entre desigualdade e exclusão, apesar de mostrar que muitas vezes vêm em forma de combinações complexas. Para o autor a desigualdade se refere ao nível mais baixo do sistema hierárquico de integração social, mas faz parte dele, está dentro e é muito importante e indispensável, permite a exploração do capital/trabalho, tendo como grau extremo a escravização. Já a exclusão se refere à hierarquização de segregação, nesse caso, quem está em baixo, está fora, totalmente excluído. Não faz parte, não é importante e é dispensável. O grau extremo da exclusão é o extermínio, como aconteceu com várias tribos indígenas brasileiras e ameaçam grupos minoritários no país. Apesar do próprio capitalismo gerar a desigualdade e a exclusão, também desenvolve mecanismos para mantê-los sobre controle, dentro de padrões aceitáveis. Por um lado, evita que a desigualdade e a exclusão aumentem demasiadamente e cheguem ao extremo, mas por outro, reduz as possibilidades de emancipação social que o mesmo sistema capitalista possibilita. A contradição entre os princípios de emancipação (igualdade e inclusão social) e os princípios da regulação (desigualdade e exclusão) apontada por Santos (2006).

O conceito de desigualdade e exclusão apontado por Santos (2006) é visível em todo o mundo e a ideia de que o capitalismo gera a desigualdade e exclusão é perceptível. O conceito de redistribuição de renda não combina com o capitalismo que vivemos atualmente, primeiro porque o consumismo impera e as riquezas estão concentradas nas mãos dos donos dos grandes monopólios, sendo assim, se o dinheiro está concentrado, não é possível que cheguem a todos da mesma forma. Outro ponto é que, para manter esse sistema, precisa-se de pessoas que vendam seus trabalhos a baixo custo para que os poderosos possam ter mais lucro, sendo assim, é importante que exista a desigualdade para que o sistema possa ser mantido, por isso ela é importante para o capitalismo, infelizmente. Dessa forma, instituições são criadas para formar trabalhadores que ocuparão subempregos, porque eles são necessários para manter o sistema. Para aqueles que não podem contribuir com o seu trabalho “quase escravo” resta a exclusão, que na visão de muitos dos grandes donos do capital poderiam realmente ser exterminados porque não são produtivos, são a escória da sociedade.

O advento do espaço eletrônico tão presente na vida moderna, em decorrência da quarta evolução tecnológica⁶, cria um espaço-tempo virtual de âmbito global e de duração

⁶ A primeira revolução industrial iniciou com a introdução da máquina a vapor nos séculos 18 e 19. A segunda revolução industrial foi caracterizada pela introdução da energia elétrica no final do século 19 e início do século 20. A terceira revolução industrial deu-se pelo desenvolvimento de semicondutores, mainframes, computadores

instantânea que Santos (2006, p.284) denomina de “avatar de uma nova metamorfose do sistema de desigualdade e do sistema de exclusão”. Uma nova forma de organização destes sistemas. Ainda não se sabe se todo esse desenvolvimento tecnológico e o acesso à comunicação acentuará ou minimizará a desigualdade e a exclusão, pelo fato de ser um ambiente ainda incontrolável pela sua instantaneidade. Por outro lado, é sabido que, apesar de ainda não ser possível controlar esse ambiente, poucas empresas no mundo controlam os endereços eletrônicos e os domínios da internet, mais uma vez, mostrando a concentração de poder nas mãos de poucos. Santos (2006) aponta que é possível constatar que “as autoestradas da informação não vão servir por igual todos os países, todas as cidades, todas as regiões, todos os grupos sociais que constituem a sociedade civil global”, criando assim, uma sociedade civil íntima, aquela servida pelas autoestradas da informação e a sociedade incivil, “constituída por uma subclasse tecnológica excluída do acesso e de tudo o que ele torna possível”.

Santos (2006) mostra que é possível identificar duas manifestações desse espaço público oposicional (a autoestrada da informação): o espaço eletrônico como bem de consumo e a própria produção do espaço eletrônico. No espaço eletrônico como bem de consumo os cidadãos e os movimentos sociais podem estar em contato e se comunicar de forma autônoma, sem depender das mensagens governamentais, das organizações políticas tradicionais e das grandes mídias. Na produção do espaço eletrônico surgem os “pronetários” (SANTOS, 2006, p.286) uma classe de operários ou cooperativistas do ciberespaço, capazes de criar produtos livres e gratuitos para a massa dos desassistidos. O autor aponta ainda que “é possível que as duas funções do espaço eletrônico, de produção de desigualdade e de exclusão, por um lado, e de subversão oposicional, por outro, possam, por algum tempo, coexistir” (SANTOS, 2006, p.286).

Apesar de não sabermos ao certo se desenvolvimento tecnológico e o acesso à comunicação acentuará ou minimizará a desigualdade e a exclusão, é possível verificar, na prática, que a tendência é muito maior para a primeira opção. Muitos bairros ou municípios afastados dos grandes centros não são servidos pelos sinais de internet, ficando à margem dos acontecimentos da sociedade que circulam hoje em tempo real. Se você não tem acesso à internet, pode perder o *time* das oportunidades ou nem ficar sabendo das possibilidades. Além

personais e internet no início de 1960. Por fim, a quarta e mais atual revolução industrial é marcada pelo crescimento exponencial da capacidade de computação e combinação de tecnologias físicas, digitais e biológicas surgidas a partir dos anos 2000. As principais tecnologias utilizadas na quarta revolução industrial são: Inteligência artificial, robótica, biotecnologia, neurotecnologia, blockchain, internet das coisas (IoT) e impressão em três dimensões (3D), (MAGALHÃES e VENDRAMINI, 2018).

da internet, também há os canais pagos que possibilitam às pessoas ter acesso a várias plataformas de informações, não ficando à mercê de poucas fontes que podem proporcionar conhecimento pobre e manipulado. Também permitem ter acesso a vários canais de entretenimento, o que não é possível para as classes menos abastadas devido ao elevado valor do serviço. A partir disso, vemos surgir os chamados “pronetários” apresentados por Santos (2006, p. 286), que pirateiam os canais pagos e possibilitam o acesso aos menos favorecidos a um preço cessionável. Quanto a tecnologia aplicada às empresas, poucas delas de pequeno porte conseguem pagar por tais acessos e as grandes, que a fazem, dominam cada vez mais o mercado, sufocando as pequenas.

O conceito de desigualdade e exclusão apontado por Santos (2006) nos remete ao Mito da Caverna, no qual Platão, reproduzindo os ensinamentos de Sócrates, seu mestre, mostra que o conhecimento proporciona liberdade, mas que poucos têm acesso e que a maioria acaba por reforçar o “*Status quo*” de se manter na ignorância, prisioneiros⁷, bem relacionado com o que abordamos no parágrafo anterior. Para manter a classe dos desiguais e excluídos submissas e sem causar problemas, dentro dos limites aceitáveis pelo próprio sistema capitalista, como vimos anteriormente, é necessário limitar o acesso ao conhecimento, porque o conhecimento traz liberdade e o sistema não precisa de tantas pessoas livres. Sendo assim, criam estruturas capazes de oferecer o mínimo de conhecimento necessários para que as pessoas exerçam o seu importante papel na sociedade, contudo, não o suficiente para proporcionar mudança na sua condição. Isso é tão condicionado na população que, assim como no mito da caverna de Platão, quando se deparam com a possibilidade, preferem não sair e manter na ignorância. Outros, quando querem, não encontram as possibilidades devido à estrutura do sistema pensada para não proporcionar suas emancipações. Poucos conseguem, apesar de todas as dificuldades, ultrapassar as barreiras e serem senhores da própria vida, alcançando a liberdade.

Sen (2010) também aborda o tema e concorda com o pensamento de Platão no sentido de que o conhecimento gera liberdade, mas faz sua própria associação do que seja liberdade. Para o autor, o mundo em que vivemos é cheio de privações, de destituição e de opressão, e o desenvolvimento se concentra na superação desses problemas, ou seja, na eliminação de privações de liberdade. Por outro lado, é importante compreender que existem diferentes formas de liberdade e que o indivíduo é o agente central para lidar com as privações. No entanto, as oportunidades sociais, políticas e econômicas limitam e restringe de

⁷ Ver Mito da Caverna (PLATÃO, 2019).

forma inexorável a condição de agente, as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer essa liberdade. Cabe ressaltar que o desenvolvimento, tratado pelo autor, possui uma abordagem mais ampla do que as restritas visões de desenvolvimento, como o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), o aumento das rendas individuais, da industrialização, do avanço tecnológico, entre outros. O conceito de desenvolvimento adotado por Sen (2010) se refere ao processo de expansão das liberdades reais das pessoas, como por exemplo, acesso à educação e à saúde, a liberdade de participação em discussões e averiguações públicas entre outras.

Sen (2010) faz a distinção de duas atitudes gerais a respeito do processo de desenvolvimento. Uma considera que para haver o desenvolvimento, o processo deve ser duro e feroz, a custas de muito suor e lágrimas, sendo necessários negligenciar as necessidades dos pobres e seus direitos políticos e civis para depois, ao conseguir o objetivo (o desenvolvimento), afrouxar as medidas, afastando as diretrizes institucionais inflexíveis e oferecendo respostas às dificuldades enfrentadas pelas massas, além dar o “luxo” da democracia. No entanto, ainda nesse pensamento, é preciso tomar cuidado para que essas medidas não sejam tomadas muito cedo, o ideal é que ocorra somente quando o desenvolvimento houver produzido frutos suficientes. A outra atitude geral mostra uma perspectiva alternativa que vê o desenvolvimento como um processo amigável, com trocas mútuas de benefícios. Nesta perspectiva, ele é visto como um processo de expansão das liberdades reais em que as pessoas podem desfrutar, perspectiva esta, adotada pelo autor.

De acordo com Sen (2010), a liberdade é central para o processo de desenvolvimento porque só se pode considerar que houve progresso quando houver também o aumento das liberdades das pessoas, o que ele chama de “razão avaliatória”. Outro motivo pelo qual o autor considera a liberdade como ponto central para o progresso de desenvolvimento é que esse desenvolvimento depende inteiramente da condição de agente livre e sustentável das pessoas, o que ele chama de “razão da eficácia”. Ou seja, liberdade humana, em geral, é não apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas os meios principais. A liberdade como o fim primordial (razão avaliatória) é distinguida por Sen (2010, p.47) como o papel construtivo da liberdade no desenvolvimento. Esse papel construtivo está relacionado à importância da liberdade substantiva do enriquecimento da vida humana, ou seja, incluem capacidades elementares como “ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão.”

Já a liberdade como principal meio (razão da eficácia) é distinguida como o papel instrumental da liberdade no desenvolvimento. “O papel instrumental da liberdade concerne

ao modo como diferentes tipos de direitos, oportunidades e intitamentos [entitlements] contribuem para a expansão da liberdade humana em geral e, assim, para a promoção do desenvolvimento” (SEN, 2010, p.48). O autor apresenta cinco tipos de liberdades instrumentais que, além de contribuir para a capacidade geral de uma pessoa viver mais livremente, também tem inter-relações entre si, ou seja, um efeito complementar umas às outras, contribuindo imensamente para promover liberdades de outros tipos. As liberdades instrumentais são: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. Assim alude o autor,

Liberdades políticas (na forma de liberdade de expressão e eleições livres) ajudam a promover a segurança econômica. Oportunidades sociais (na forma de serviços de educação e saúde) facilitam a participação econômica. Facilidades econômicas (na forma de oportunidades de participação no comércio e na produção) podem ajudar a gerar a abundância individual, além de recursos públicos para os serviços sociais. Liberdades de diferentes tipos podem fortalecer umas às outras. (SEN, 2010, p.20)

As liberdades políticas se referem às oportunidades que as pessoas têm em escolher quem deve governar, escolher entre diferentes partidos, poder fiscalizar e criticar as autoridades, ter liberdade de expressão, incluindo liberdade política e de imprensa, ou seja, direitos políticos associados à democracia, mas também os direitos civis. As facilidades econômicas “são as oportunidades que os indivíduos têm para utilizar recursos econômicos com propósito de consumo, de produção e de troca” (SEN, 2010, p.50), o que se traduz no intitamento econômico; à medida que aumenta a renda e a riqueza de um país, aumenta também o intitamento econômico da população, no entanto, as rendas adicionais geradas não são distribuídas uniformemente, mas a maneira que essa distribuição é feita, seja ela na forma de renda propriamente dito ou na forma de crédito, faz toda a diferença. As oportunidades sociais influenciam a liberdade substantiva de o indivíduo viver melhor, não só no sentido de ter uma vida mais saudável, mas também de ter uma participação mais efetiva em atividades econômicas e políticas, o que pode ser tolhido se a pessoa não tiver acesso à educação, ser analfabeta por exemplo, ou não ter acesso à saúde.

As garantias de transparência, que também fazem parte das liberdades instrumentais, referem-se às necessidades de sinceridade que as pessoas podem esperar, mas essa liberdade de agir com sinceridade está diretamente relacionada à liberdade de lidar uns com os outros sob garantia de dessegredo e clareza, o que tem um papel muito importante como inibidores da corrupção, da irresponsabilidade financeira e de transações ilícitas. Por fim, a segurança protetora, a última das liberdades instrumentais, visa proporcionar uma rede de segurança social para socorrer as pessoas que se encontram no limiar da vulnerabilidade ou que possam sucumbir a uma grande privação em detrimento de mudanças materiais que

possam afetar a sua vida, impedindo que a população afetada seja reduzida à fome ou à miséria, o que inclui benefícios aos desempregados, suplemento de renda, distribuição de alimentos em crises de fome coletivas, empregos públicos de emergência, entre outros.

O conceito de desenvolvimento adotado para fins deste trabalho, considera as liberdades dos indivíduos seus elementos constitutivos básicos, como descrito acima. Para tanto, a Políticas Públicas pode ser um agente capaz de expandir essas capacidades, entenda-se “capacidades [capabilities] das pessoas de levar o tipo de vida que elas valorizam” (SEN, 2010, p.26), por outro lado, as próprias Políticas Públicas podem ser influenciadas pela capacidade de participação do povo. As Políticas Públicas podem ser definidas como um conjunto de programas e ações governamentais, financiadas com recursos orçamentários ou por benefícios de natureza financeira, tributária ou creditícia, que tenha como finalidade a provisão de bens e serviços à sociedade (BRASIL, 2018), “são programas de ação governamental visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados” (BUCCI, 1996, p. 241). De acordo com a autora, é importante compreender essa nova forma de ação estatal, conforme se verifica abaixo.

As políticas públicas emergem como temática, em diversas áreas acadêmicas, com diferentes denominações (Análise de Políticas Públicas, Gestão de Políticas Públicas, Administração Pública, “campo de públicas” etc.), como resposta a essa crise, como demonstram reflexões conceituais e metodológicas similares a que aqui se empreende (MARQUES; FARIA, 2013; FREY, 2000; FARRANHA; SOARES; MIRANDA, 2019). Busca-se entender as novas configurações do Estado, seus papéis e modos de ação, não mais redutíveis à estrutura monolítica tradicional que ocupava o centro único da esfera política e atuava como fonte exclusiva do Direito. Documentar, analisar e compreender de forma sistemática esses novos padrões de ação estatal, em sua dimensão jurídica, constitui razão de ser da abordagem Direito e Políticas Públicas. Seu objeto é a ação governamental coordenada e em escala ampla, para atuar sobre problemas complexos, em estratégias juridicamente informadas, para estender as conquistas civilizatórias a todas as pessoas. (BUCCI, 2019, p. 809)

Fazendo uma relação entre a visão de Sen (2010) e Bucci (1996) sobre as Políticas Públicas, pode-se dizer que os objetivos socialmente relevantes descritos por Bucci seriam o papel das Políticas Públicas de expandir/aumentar as capacidades das pessoas em conseguir a liberdade, tão defendida por Sen como fim e meio do desenvolvimento. Dado o importante papel assumido pelas Políticas Públicas, tanto na visão de Sen quanto na visão de Bucci, ela precisa ser avaliada. Figueiredo e Figueiredo (1986) cita as questões instrumentais e morais como as principais razões para avaliar as Políticas Públicas. Para os autores, as questões

instrumentais estão relacionadas ao processo de produção do produto físico⁸, resultante das Políticas Públicas, no que tange ao volume e qualidade, bem como os impactos causados por ele. Já as questões morais se referem à probidade dos gestores e dos usuários na gestão do programa e na apropriação dos seus benefícios (moralidade administrativa), bem como se os propósitos da política são condizentes com os princípios de justiça política e social minimamente aceitos (moralidade política).

A avaliação da Política Pública é de tal significância que Pinto (2008), Schmidt (2008) e Wu et al (2014) a colocam como uma das fases que compõe as Políticas Públicas. Para Pinto (2008) as fases das Políticas Públicas são a formulação, implementação e avaliação. Já Schmidt (2008) as definem como a percepção e definição do problema, inserção na agenda política, formulação, implementação e avaliação. Wu et al (2014) define as fases das Políticas Públicas como sendo o agendamento, formulação, tomada de decisão, implementação e avaliação. É importante frisar que os três autores não são antagônicos, divergem na quantidade e no nome das fases, mas de modo geral, seguem a mesma direção, ver quadro 5.

Quadro 5 – Fases das Políticas Públicas

Pinto (2008)	Schmidt (2008)	WU et al (2014)
<ul style="list-style-type: none"> • Formulação Ouvir a comunidade, delimitar o problema, definir indicadores e metas quantitativas, ou seja, planejar • Implementação Execução das ações definidas no planejamento • Avaliação Verificação entre o planejado e o executado 	<ul style="list-style-type: none"> • Percepção e definição do problema Identificação e definição do problema que deve vir da sociedade • Fase de inserção da agenda política • Formulação • Implementação Por meio da Administração Pública • Avaliação Quanto à sua efetividade, eficácia, eficiência e legitimidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Agendamento Processo pelo qual os governos decidem quais questões precisam de sua atenção • Formulação Considerando que devem ser politicamente aceitáveis, administrativamente viáveis e tecnicamente sólidas • Tomada de decisão É a função de Política Pública em que se decide tomar um curso de ação (ou não ação) para tratar de um problema de políticas • Implementação • Avaliação

Fonte: Pinto (2008), Schmidt (2008) e Wu et al (2014).

⁸ Para Figueiredo e Figueiredo (1986), as Políticas Públicas têm como propósito gerar um produto físico (tangível) e um impacto que pode ser tanto físico (tangível) quanto subjetivo, que venham alterar as atitudes, os comportamentos e/ou as opiniões da sociedade.

Todos os autores citados no quadro, compreendem que as Políticas Públicas são compostas de fases e que, para compreendê-las, é importante conhecer desde a identificação da necessidade, presente na primeira fase de todos eles até a última em que os autores concordam até mesmo com o nome, a fase da avaliação. No entanto, para fins desta pesquisa, adota-se as fases apresentadas por Wu et al (2014) com o objetivo de melhor explicar a Política Pública de gestão compartilhada. Sendo assim, buscou-se nessa primeira etapa da pesquisa, mostrar as transformações do Estado que levaram ao neoliberalismo e colocaram em pauta a necessidade da “gestão compartilhada”, levando os governos a decidam que essa pauta precisava de sua atenção. As demais fases dessas Políticas Públicas, formulação, tomada de decisão, implementação e avaliação são mostradas no decorrer do trabalho.

Existem muitas definições de avaliações de Políticas Públicas e muitos autores apresentam a forma de fazê-las, como por exemplo Schmidt (2008), Barcellos (2008) e Pinto (2008). Os três autores, apesar de apresentarem o assunto, cada um à sua forma, no geral, apresentam a avaliação de Políticas Públicas com o mesmo objetivo, ou seja, avaliar a eficácia e a eficiência das Políticas Públicas, bem como se elas atingem o que foi proposto e quanto de recurso foi utilizado para atingir o resultado. Antes das considerações dos autores citados acima, Figueiredo e Figueiredo (1986) já abordava que a avaliação de Políticas Públicas se enquadrava em dois tipos básicos, a avaliação de processos, que visava aferir a eficácia da política, ou seja, se a implementação estava de acordo com as diretrizes e se as metas estavam sendo atingidas e a avaliação de impacto, visando aferir os efeitos do programa sobre a população alvo, a relação de causalidade entre a política e as alterações nas condições sociais.

Jannuzzi (2016) apresenta três valores estruturantes para a avaliação de Políticas Públicas, a eficácia (voltada ao cumprimento dos procedimentos programados, ou seja, a conformidade processual), a eficiência (voltada para a qualidade do gasto público frente a outros usos que o mercado poderia fazer) e a efetividade social (relacionada ao aprimoramento em busca de maior impacto social das Políticas Públicas). É possível perceber uma similaridade nos conceitos de avaliação de Políticas Públicas abordadas por Figueiredo e Figueiredo (1986), Schmidt (2008), Barcellos (2008), Pinto (2008) e Jannuzzi (2016), todos eles muito pertinentes. Entretanto, para fins desta pesquisa, foram adotados como medidas para avaliar o resultado da Política de Gestão Compartilhada os valores estruturantes apresentados por Jannuzzi (2016).

Contudo, antes de proceder a avaliação propriamente dita da Política Pública de gestão compartilhada, percorremos as etapas das Políticas Públicas apresentadas por Wu et al (2014), como dito anteriormente. Entendendo que a fase do agendamento já foi explicada

mostrando como surgiu a demanda para essa política. No próximo tópico será apresentada a etapa da formulação da Política por meio da criação de leis possibilitando que a gestão compartilhada fosse administrativamente viável e tecnicamente sólida, seguido da fase de tomada de decisão por meio da publicização dos Institutos Tecnológicos do Estado de Goiás (ITEGOS) e dos Chamamentos Públicos. Na sequência a fase de implementação por meio do contrato de gestão com as OS e a fase da avaliação da Política Pública de Gestão Compartilhada por meio da mensuração da eficácia, da eficiência e da efetividade social apresentadas por Jannuzzi (2016).

CAPÍTULO II - GESTÃO COMPARTILHADA: REDE ITEGO

Como apresentado anteriormente, na fase do agendamento, o Plano Diretor trouxe objetivos e diretrizes para a reforma da Administração Pública, buscando implantar uma Administração Pública “gerencial, baseada em conceitos atuais de administração e eficiência, voltada para o controle dos resultados e descentralizada para poder chegar ao cidadão” (BRASIL, 1995, p.10), dando ênfase na produtividade do serviço público. No Plano Diretor foi definido a gestão compartilhada, na qual o Estado passa às Organizações Sociais (OS) a gestão dos serviços não exclusivos do Estado, permitindo sua descentralização, entendendo que os serviços poderão ser mais eficientemente realizados pelas Organizações Sociais, por meio do financiamento estatal. Dessa forma, o Poder Executivo concede autorização legislativa para a celebração dos contratos (BRASIL, 1995), cabendo às OS, com autonomia financeira e administrativa, gerir os recursos de forma eficiente, batendo as metas e os indicadores definidos no contrato de gestão. Em contrapartida o Estado realiza repasses monetários para subsidiar o trabalho desenvolvido.

Nesse contexto a primeira lei que trata da qualificação das entidades como Organizações Sociais foi criada em 1998, Lei nº 9.637 (BRASIL, 1998), ver quadro 1. Para que uma entidade seja qualificada como Organização Social no âmbito da União, primeiramente é necessário que a natureza social de seus objetivos seja dirigido ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura ou à saúde. Além de comprovar, no registro de seu ato constitutivo, a atuação em uma dessas áreas, também precisa que sua finalidade seja não lucrativas e que seus excedentes sejam revertidos às atividades da própria empresa, bem como ter um conselho de administração e uma diretoria definidos em estatuto, ter a participação no órgão colegiado superior de representantes do Poder Público e da comunidade com notória capacidade profissional e idoneidade moral, por fim ter definido a composição e atribuição da diretoria, a obrigação de publicar anualmente os relatórios financeiros e de execução do contrato de gestão no Diário Oficial da União (D.O.U), além de outros requisitos dispostos na Lei.

Quadro 1 – Leis Federais das Organizações Sociais

LEGISLAÇÃO FEDERAL		
Nº DA LEI	PUBLICAÇÃO NO D.O.U	EMENTA
13.019	01/08/2014	Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nos 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999.
9.637	18/05/1998	Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção o de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.

Fonte: CASA CIVIL, 2019.

Mesmo comprovando em seu ato constitutivo todas as questões descritas acima, também é necessário que haja a aprovação do Ministro de Estado da Administração Federal e Reforma do Estado quanto à conveniência e oportunidade de sua qualificação como Organização Social, além da aprovação do Ministro ou titular de órgão supervisor ou regulador da área de atividade correspondente ao seu objeto social. Quanto à criação do Programa Nacional de Publicização, a Lei nº 9.637/98 (BRASIL, 1998) institui o contrato de gestão, que é o instrumento de parceria firmado entre o Poder Público e a Organização Social qualificada. Nesse instrumento é definido entre as partes, as atribuições, as responsabilidades e as obrigações, a especificação do programa de trabalho proposto, as metas a serem atingidas e os prazos de execução, os critérios objetivos de avaliação de desempenho, assim como os indicadores de qualidade de produtividade.

De acordo com a referida Lei, a fiscalização do contrato de gestão será exercida pelo órgão ou entidade supervisora da área de atuação correspondente à atividade fomentada. Quanto ao fomento das atividades sociais, poderão ser destinados recursos orçamentários e bens públicos (mediante permissão de uso, sem necessidade de licitação) necessários ao cumprimento do contrato de gestão. Também serão assegurados às organizações sociais os créditos previstos no orçamento e as respectivas liberações financeiras, além de serem

cedidos, em caráter facultativo, os servidores da União para as Organizações Sociais, nesse caso, com ônus para o Poder Executivo.

Nas disposições finais da Lei nº 9.637/98 (BRASIL, 1998) é descrito que as Organizações Sociais que absorverem atividades da área da saúde de entidade Federal extinta⁹, devem seguir os princípios do Sistema Único de Saúde e as entidades que absorverem as atividades de rádio e televisão educativa, poderão comercializar os seus intervalos.

Após a criação da Lei nº 9.637/98 de âmbito Federal, outras leis surgiram para estabelecer e definir normas e preceitos da parceria público-privado, instituída pelo contrato de gestão, é o caso da Lei 13.019/14, ver quadro 1. Os Estados brasileiros também criaram suas normas para dispor sobre as Organizações Sociais, o que pode ser analisado no quadro 2.

Das 27 unidades federativas (26 Estados e o Distrito Federal), 24 possuem leis específicas, entre elas, o Distrito Federal, sendo que o primeiro Estado a criar lei sobre o tema, antes mesmo do Governo Federal, foi o Pará com a Lei nº 5.980/96 publicada no D.O.U na data do dia 19 de julho de 1996 e o último o Estado do Maranhão, com a Lei nº 10.924/18. O Rio Grande do Sul possui o Projeto de Lei nº 44 /16, mas ainda não foi aprovado e os Estados do Acre e Roraima ainda não criaram as suas normas.

As leis estaduais são semelhantes à Lei nº 9.637/98 descrita acima. Na maioria dos Estados, a primeira normativa que trata da qualificação das Organizações Sociais já engloba entidades das áreas do ensino, da pesquisa científica, do desenvolvimento tecnológico, da proteção e preservação do meio ambiente, da cultura e da saúde. No entanto, dois Estados criaram lei específica para tratar das Organizações Sociais voltada à saúde e outra para abranger as demais áreas, como é o caso do Estado do Pernambuco e do Rio de Janeiro.

No Estado do Pernambuco a Lei nº 15.210/13 delimita os assuntos relacionados à saúde e a Lei nº 11.743/00 aborda as demais áreas. No Estado do Rio de Janeiro a Lei nº 6.043/11 delimita os assuntos relacionados à saúde e a Lei nº 6.470/13 abrange as outras áreas. Cabe ressaltar que as leis apresentadas aqui são as primeiras criadas, existindo leis posteriores que as complementaram ou até as modificaram, ver quadro 2.

Quadro 2 – Leis Estaduais das Organizações Sociais

⁹ Para a implementação da OS é necessário extinguir as entidades estatais que executavam os serviços públicos, e transferir tal execução para entidades qualificadas como OS, utilizando para isso, o contrato de gestão. Neste caso, as entidades estatais não se transformam ou são convertidas em OS, elas deixam de existir, se tornam não entidades, ou seja, são publicizadas (BRASIL, 1997).

ESTADOS	LEGISLAÇÃO	DATA	LINK DE ACESSO
Pará (PA)	Lei nº 5.980	19/07/1996	http://www.pge.pa.gov.br/sites/default/files/lo5980.pdf
Ceará (CE)	Lei nº 12.781	30/12/1997	https://www.al.ce.gov.br/legislativo/tramitando/lei/12781.htm
São Paulo (SP)	Lei Complementar nº 846	04/06/1998	https://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/169706/lei-complementar-846-98
Pernambuco (PE)*	Lei nº 11.743	20/01/2000	http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=119&tipo=TEXTORIGINAL
	Lei nº 15.210	19/12/2013	https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=1932&tipo=TEXTATUALIZADO
Amapá (AP)	Lei nº 599	25/04/2001	http://www.al.ap.gov.br/ver_texto_lei.php?iddocumento=16736
Bahia (BA)	Lei nº 8.647	29/07/2003	http://www.saeb.ba.gov.br/arquivos/File/Lei_8647_29_de_Julho_de_2003.pdf
Sergipe (SE)	Lei nº 5.217	15/12/2003	https://sedetec.se.gov.br/wp-content/uploads/2018/11/LEIN521.pdf
Mato Grosso (MT)	Lei Complementar nº 150	08/01/2004	http://www.saude.mt.gov.br/upload/legislacao/150-%5B1706-120110-SES-MT%5D.pdf
Santa Catarina (SC)	Lei nº 12.929	04/02/2004	http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2004/12929_2004_Lei.html#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.929%2C%20de%2004%20de%20fevereiro%20de%202004&text=Institui%20o%20Programa%20Estadual%20de,Sociais%20e%20estabelece%20outras%20provid%C3%AAsncias.&text=3%C2%BA%20A%20qualifica%C3%A7%C3%A3o%20da%20entidade,ato%20do%20Governador%20do%20Estado.
Rio Grande do Norte (RN)	Lei Complementar nº 271	29/02/2004	https://www.normasbrasil.com.br/norma/lei-complementar-271-2004-rn_241978.html
Piauí (PI)	Lei nº 5.519	13/12/2005	http://legislacao.pi.gov.br/legislacao/default/ato/12435
Goiás (GO)	Lei nº 15.503	28/12/2005	https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/80592/lei-15503
Distrito Federal (DF)	Lei nº 4.081	04/01/2008	http://www.sinj.df.gov.br/sinj/DetalhesDeNorma.aspx?id_norma=56879#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20qualifica%C3%A7%C3%A3o%20de,Federal%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias.
Espírito Santo (ES)	Lei Complementar nº 489	22/07/2009	http://www3.al.es.gov.br/legislacao/norma.aspx?id=26183
Rondônia (RO)	Lei nº 2.387	07/01/2011	http://www.rondonia.ro.gov.br/supel/institucional/legislacao/
Tocantins (TO)	Lei nº 2.472	07/07/2011	https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=171721
Rio de Janeiro (RJ)*	Lei nº 6.043	19/09/2011	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/b24a2da5a077847c032564f4005d4bf2/c8d2df9a2566fd0e83257911005f4c7a?OpenDocument
	Lei nº 6.470	12/06/2013	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/c8aa0900025feef6032564ec0060dfff/ab628d96e152222083257b8900615037?OpenDocument
Paraíba (PB)	Lei nº 9.454	06/10/2011	https://paraiba.pb.gov.br/diretas/saude/arquivos-1/legislacao/lei-9454.pdf
Paraná (PR)	Lei Complementar nº 140	04/12/2011	https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=144732
Amazonas (AM)	Lei nº 3.900	12/07/2013	https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=256542#:~:text=As%20pessoas%20jur%C3%ADdicas%20de%20direito%20privado%20qualificadas%20como%20organi

			za%C3%A7%C3%B5es%20sociais,a%20cargo%20do%20Poder%20Executivo.&text=Art.,-3%C2%BA%20O%20Conselho
Mato Grosso do Sul (MS)	Lei nº 4.698	20/07/2015	https://www.normasbrasil.com.br/norma/lei-4698-2015-ms_287233.html
Alagoas (AL)	Lei nº 7.777	22/01/2016	https://sapl.al.al.br/norma/1164
Minas Gerais (MG)	Lei nº 23.081	10/08/2018	https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=23081&comp=&ano=2018
Maranhão (MA)	Lei nº 10.924	04/09/2018	http://stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=5304
Acre (AC)	Não encontrado ¹⁰		
Roraima (RR)	Não encontrado ¹¹		
Rio Grande do Sul (RS)	Projeto de Lei nº 44 /2016 ¹²		http://www.al.rs.gov.br/legislativo/ExibeProposicao/tabid/325/SiglaTipo/PL/NroProposicao/44/AnoProposicao/2016/Origem/Px/Default.aspx

Fonte: dados da pesquisa.

No Estado de Goiás, a primeira legislação voltada ao assunto foi a Lei 15.503/06 publicada no D.O.U dia 09 de janeiro de 2006, dispondo sobre a qualificação de entidades como Organizações Sociais Estaduais, disciplinando o procedimento de chamamento e seleção públicos e dando outras providências. Depois da publicação da Lei 15.503/06, sete Decretos foram criados, o primeiro em outubro de 2015 e o último em fevereiro de 2016, além de quatro portarias e um despacho, ver Anexo I.

Até o ano de 2019 o Estado de Goiás contava com 104 qualificações de Organizações Sociais divididas nas seguintes áreas: Educação (22); Saúde (38); Cultura (8); Esporte e Lazer (2); Assistência Social (1); Serviços Sociais e Auxiliares (Unid. Prisional) (1); Integração Social do Menor Infrator (4); Educação Profissional e Tecnológica (17); Pesquisa Científica (4) e Desenvolvimento Tecnológico (7), ver Anexo II.

Dentre as 104 entidades qualificadas como Organizações Sociais, 15 conseguiram a qualificação em mais de uma área de atuação, ver quadro 3. É interessante verificar que duas (GTR e IDTECH) são qualificadas em 6 áreas distintas de atuação e outras três (IBRACEDS, ECMA e REGER), em 4 áreas distintas. Apesar da quantidade de Organizações qualificadas no Estado de Goiás e da variedade de áreas em que foram permitidas as qualificações, apenas 17 contratos de gestão foram firmados em 4 áreas distintas: Cultura (1);

¹⁰ Não foi encontrada nenhuma lei que regulamenta as Organizações Sociais no Estado do Acre até a data do dia 26 de novembro de 2020.

¹¹ Da mesma forma, não foi encontrada nenhuma lei que regulamenta as Organizações Sociais no Estado do Roraima até a data do dia 26 de novembro de 2020.

¹² O Projeto de Lei nº 44/2016 foi arquivado em 26/12/2018.

Assistência Social (1); Educação Profissional e Tecnológica e Desenvolvimento Tecnológico (5) e Saúde (11).

O contrato de gestão da área da Cultura foi firmado com a entidade Elysium Sociedade Cultural e é regida pela Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte do Estado de Goiás (ELYSIUM, 2020).

Quadro 3 – Entidades com mais de uma qualificação

ENTIDADE COM MAIS DE UMA QUALIFICAÇÃO		
ENTIDADE	QUANTIDADE	ÁREAS DE QUALIFICAÇÃO
Grupo Tático Resgate (GTR)	6	Educação Saúde Cultura Esporte e lazer Educação profissional e tecnológica Desenvolvimento tecnológico
Instituto de Desenvolvimento Tecnológico e Humano - IDTECH -	6	Educação Saúde Serviços sociais e auxiliares (unid. Prisional) Integração social do menor infrator Educação profissional e tecnológica Pesquisa científica
Instituto Brasileiro de Cultura, Educação, Desporto e Saúde (IBRACEDS)	4	Educação Saúde Cultura Educação profissional e tecnológica
Instituto de Educação, Cultura e Meio Ambiente (ECMA)	4	Educação Cultura Educação profissional e tecnológica Desenvolvimento tecnológico
Instituto Reger de Educação, Cultura e Tecnologia - Instituto REGER	4	Saúde Educação profissional e tecnológica Pesquisa científica Desenvolvimento tecnológico
Fundação Antares de Ensino Superior, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (FAESPE)	3	Educação Educação profissional e tecnológica Pesquisa científica
Instituto Consolidar	3	Educação Saúde Integração social do menor infrator
Elysium Sociedade Cultural	3	Cultura Educação profissional e tecnológica Desenvolvimento tecnológico
Instituto Brasil Central de Educação e Saúde (IBCES)	2	Educação Cultura
Instituto Brasileiro de Educação e Gestão Ambiental (EBEG)	2	Educação Educação profissional e tecnológica
Instituto de Educação e Cidadania (IEC)	2	Educação Educação profissional e tecnológica

Instituto de Gestão em Educação (IDGE)	2	Educação Cultura
Associação de Ensino Profissionalizante	2	Educação profissional e tecnológica Desenvolvimento tecnológico
Centro de Soluções em Tecnologia e Educação (CENTEDUC)	2	Educação profissional e tecnológica Desenvolvimento tecnológico
Instituto Blaise Pascal (IBP)	2	Educação profissional e tecnológica Desenvolvimento tecnológico

Fonte: CASA CIVIL, 2019.

O contrato de gestão da área da Assistência Social foi firmado com a entidade Organização das Voluntárias de Goiás (OVG) e é regida pela Secretaria de Estado da Administração do Estado de Goiás – antiga Secretaria de Estado da Gestão e Planejamento (OVG, 2019).

Já os contratos firmados na área da Educação Profissional e Tecnológica e Desenvolvimento Tecnológico foram firmados com as seguintes entidades: Instituto Brasileiro de Cultura, Educação, Desporto e Saúde – IBRACEDS; Fundação Antares de Ensino Superior, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (FAESPE); Instituto Reger de Educação, Cultura e Tecnologia; Centro de Gestão em Educação Continuada (CEGECON); Centro de Soluções em Tecnologia e Educação (CENTEDUC); e é regido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação (SEDI, 2019).

Por fim, os contratos de gestão da área da saúde foram firmados com as entidades Instituto CEM – Centro Hospitalar de Atenção e Emergências Médicas; Instituto de Gestão Por Resultados (IGPR); Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico por Imagem (FIDI); Instituto Sócrates Guanaes (ISG); Instituto de Desenvolvimento Tecnológico e Humano (IDTECH); Instituto Brasileiro de Gestão Hospitalar (IBGH); Fundação de Assistência Social de Anápolis (FASA); Associação Goiana de Integralização e Readaptação (AGIR); Instituto de Gestão e Humanização (IGH); Associação Comunidade Luz da Vida; Instituto Haver; e é regido pela Secretaria de Estado da Saúde (SES, 2020).

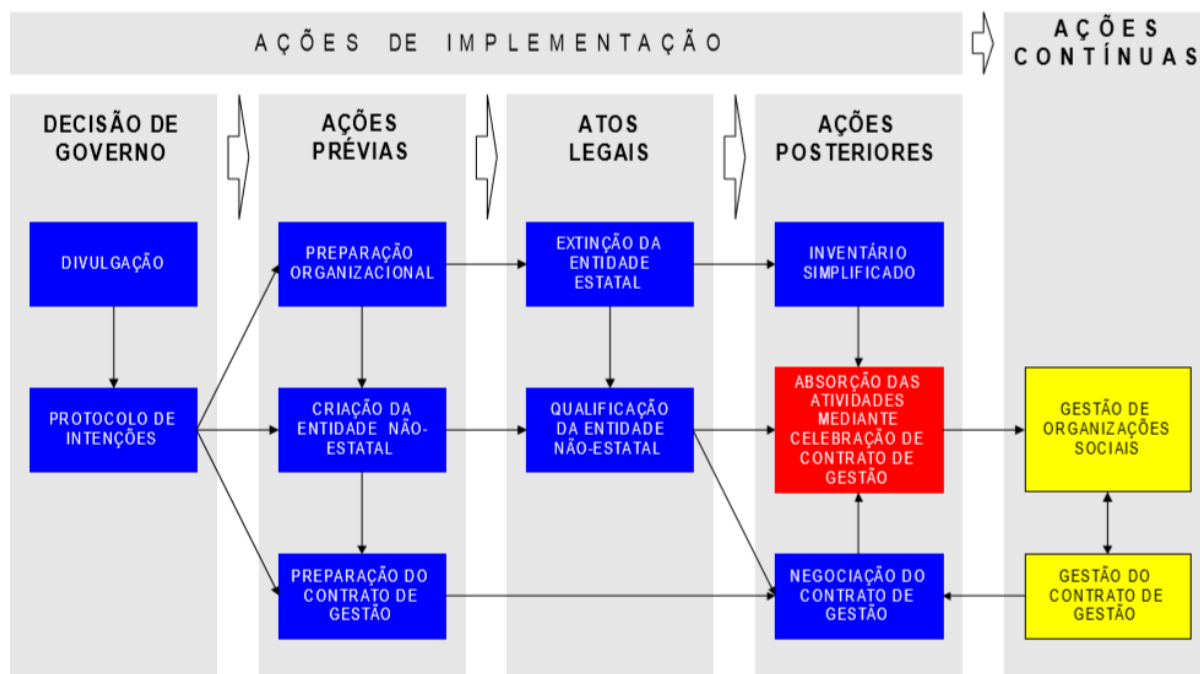
O fato do Estado de Goiás possuir maior quantidade de contratos de gestão firmados com OS da área de saúde parece seguir uma tendência brasileira, pelo menos é o que aponta as publicações científicas existentes sobre o assunto.

Para que o contrato de parceria (gestão compartilhada) seja celebrado, existe todo um processo de implementação conhecido como publicização. De acordo com o Plano Diretor, (BRASIL, 1997, p.17) “publicização refere-se à produção não-estatal de bens públicos, por entidades situadas no âmbito do denominado terceiro setor (setor de serviços não orientado para o lucro)”. Para a implementação da OS é necessário extinguir as entidades estatais que executavam os serviços públicos e transferir tal execução para entidades

qualificadas como OS, utilizando para isso, o contrato de gestão. Nesse caso, as entidades estatais não se transformam ou são convertidas em OS, mas deixam de existir, tornam-se não entidades, ou seja, são publicizadas.

O processo de publicização é mostrado na Figura 2. A primeira etapa é composta por: a) Ações de implementação, que abrangem a decisão do Governo em disponibilizar determinados serviços para o modelo de gestão compartilhada, incluindo a divulgação e o protocolo de intenções; b) Ações prévias, abrangendo a preparação da organização estatal, a criação da OS (organização não-estatal) e a preparação do contrato de gestão que vai direcionar todo o trabalho da Organização Social; c) Atos legais, compostos pela extinção da entidade estatal e a qualificação da OS; d) Ações posteriores são o último item da primeira etapa e engloba o inventário simplificado da organização estatal que está sendo extinta, a absorção da atividade pela OS, via assinatura do contrato de gestão e a negociação do mesmo contrato.

Figura 2 – Processo de Implementação das Organizações Sociais



Fonte: BRASIL, 1997, p.18.

A segunda etapa do processo de implementação das OS abrange a gestão de organizações sociais que precisa ter o foco no cidadão, a ênfase em resultados, o controle social e flexibilidade. O outro item da segunda etapa é a gestão do contrato que inclui

relatórios de avaliação, acompanhamento e ações corretivas. A avaliação ocorre de forma contínua e inclui cumprimento de metas e indicadores, acompanhado de perto pela SED.

Na primeira etapa do processo de publicização (Ações de Implementação) acontece a qualificação da entidade não estatal em organização social. Para regulamentar essa qualificação no Estado de Goiás, no dia 28 de dezembro de 2005 foi decretada e sancionada a Lei Estadual nº 15.503/05. Nela o Chefe do Executivo é responsável por qualificar as OS, o que pode acontecer a qualquer tempo, desde que seja no prazo máximo de 15 dias corridos anteriores à data da avaliação de capacidade técnica para a área em que a entidade pretende se qualificar. A lei também versa sobre a responsabilidade do Poder Público em estimular a qualificação do maior número possível de entidades para que aconteça uma concorrência justa.

Para que a entidade seja qualificada como OS é necessário comprovar o registro de seu ato constitutivo, não ser qualificada pelo Estado de Goiás como organização da sociedade civil de interesse público e atuar essencialmente nas seguintes áreas: assistência social, cultura, educação, desenvolvimento tecnológico, gestão de atendimento ao público, gestão de serviços sociais e auxiliares em unidades prisionais, integração social do menor infrator e garantia de seus direitos individuais e sociais, pesquisa científica, proteção e preservação do meio ambiente, saúde, educação profissional e tecnológica, esporte e lazer, assistência técnica e extensão rural (GOIÁS, 2006).

Após a qualificação das OS se realiza o chamamento público para a celebração do contrato de gestão. O chamamento público contempla a publicação do edital que deve conter os seguintes itens: a) descrição detalhada da atividade a ser executada e dos bens, recursos e equipamentos a serem destinados ao fim pretendido; b) critérios objetivos para seleção da proposta no que se refere à eficiência técnica, operacional e de gestão; c) exigências relacionadas com a comprovação de regularidade jurídica e fiscal; d) o prazo para a apresentação da proposta, que deve ser de, no mínimo, 30 dias após a publicação do edital.

Sendo a OS selecionada para a celebração do contrato de gestão, a entidade passa a ser fiscalizada pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás. A fiscalização envolve, segundo Resolução Normativa 13, (GOIÁS, 2017), inspeções, auditorias e acompanhamento, tanto com relação à qualificação da OS, quanto da formalização e da execução do contrato de gestão. Em relação à fiscalização da execução do contrato, são realizadas avaliações periódicas (trimestrais), servindo para apontar possíveis desvios e adequações necessárias para obtenção de melhores resultados, e avaliações anuais para mensurar o real desempenho da OS e o alcance das metas definidas no contrato de gestão.

Os Institutos Tecnológicos do Estado de Goiás (ITEGOS) foram uma das entidades públicas publicizadas e foram criados pela Lei nº 18.931 de 08 de julho de 2015 para formar a Rede Pública Estadual de Educação Profissional. Na época da sua criação contavam com 25 unidades espalhadas por todo o Estado, compostas, em sua maioria, pelos antigos Centros de Educação Profissional (CEPs)¹³. Esses Institutos foram vinculados aos recursos do orçamento setorial e aos servidores da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação (SED), além de parcerias firmadas com municípios e outros órgãos e instituições interessadas. Toda a estrutura, acervo, sistema e pessoal necessário para a execução dos serviços foram transferidos dos CEPs aos ITEGOS.

Em 2016, o Governo de Goiás, por meio da SED, buscou a celebração de Contrato de Gestão Compartilhada, objetivando transferir a administração e operacionalização da Rede Pública Estadual de Educação Profissional (Rede ITEGO) para as Organizações Sociais (OS). Dessa forma o Governo do Estado realizaria repasses monetários para subsidiar o trabalho das Organizações Sociais que teriam autonomia financeira e administrativa para gerir os recursos de forma eficiente, cumprindo as metas e indicadores definidos no contrato de gestão. O objetivo do Governo com este contrato de gestão compartilhada era permitir maior flexibilidade e agilidade nas ações e melhor atendimento das demandas da sociedade por parte da Rede ITEGO.

Para tanto, a SED dividiu o Estado em cinco regionais (no que tange à Rede ITEGO) e tornou público cinco Instrumentos de Chamamento (um para cada regional) a fim de selecionar Organizações Sociais qualificadas em educação profissional tecnológica e desenvolvimento tecnológico. As OS selecionadas para celebrar os contratos com o Governo do Estado foram: IBRACEDES, FAESPE, REGER, CEGECON e CENTEDUC, ver quadro 4.

¹³ Os CEPs foram instituídos pelas Leis nº 14.885/2004, 15.222/2005, 16.602/2009, 16.704/2009 e 16.819/2009, e revogadas pela lei nº 18.931 de 08 de julho de 2015.

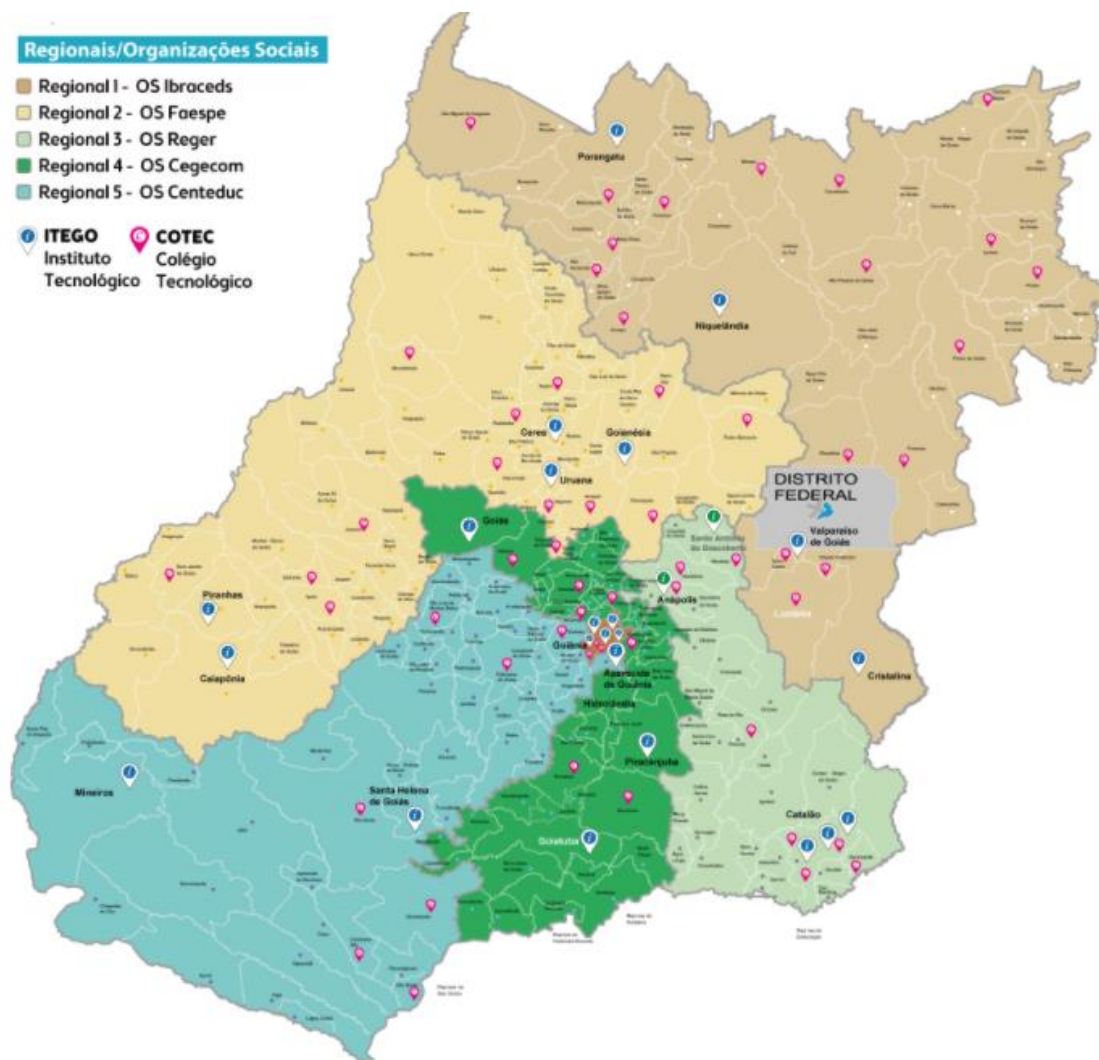
Quadro 4 – Distribuição inicial dos ITEGOS

Regional 1		Regional 2		Regional 3		Regional 4		Regional 5	
IBRACEDS		FAESPE		REGER		CEGECON		CENTEDUC	
Cidade	ITEGO	Cidade	ITEGO	Cidade	ITEGO	Cidade	ITEGO	Cidade	ITEGO
Cristalina	Genervino Evangelista da Fonseca	Caiapônia	Ruth Vilaça Correia Leite Cardoso	Anápolis	Governador Onofre Quinan	Goiânia	Basileu França	Aparecida de Goiânia	Dr. Luiz Rassi
Niquelândia	Paulo Rocha	Ceres	Célio Domingos Mazzonetto	Catalão	Labibe Faiad	Cidade de Goiás	Goyandira Ayres do Couto	Goiânia	Sebastião de Siqueira
Porangatu	Maria Sebastiana da Silva	Goianésia	Governador Otávio Lage	Catalão	Aguinaldo de Campos Netto	Goiatuba	Jerônimo Carlos do Prado	Goiânia	José Luiz Bittencourt
Santo Antônio do Descoberto	Sarah Luísa Lemos Kubitschek de Oliveira	Piranhas	Fernando Cunha Júnior			Piracanjuba	Wilson Cavalcante Nogueira	Mineiros	Raul Brandão de Castro
Valparaíso	Paulo Renato de Souza	Uruana	Celso Monteiro Furtado			Itaberaí	Aparecido Donizete Rodrigues	Santa Helena de Goiás	Luiz Humberto de Menezes
Formosa	Carmem Dutra de Araújo	Jaraguá	Irtes Alves de Castro			Itumbiara	Jerônimo Carlos do Prado	Palmeiras	Padre Antônio Vermey

Fonte: SEDI (2019).

Cada OS assumiu uma regional com seus respectivos ITEGOS (quadro 4) e COTECs (Anexo III) visando a operacionalização das ações de educação profissional, incluindo atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, por meio de cursos e programas de formação inicial continuada ou qualificação profissional, educação profissional técnica de nível médio e educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação nas modalidades presencial e a distância. Bem como a operacionalização das ações de desenvolvimento e inovação tecnológica (DIT). A figura 3 apresenta a divisão geográfica das regionais.

Figura 3 – Divisão geográfica das regionais



Fonte: SEDI (2019).

Percebe-se que a divisão das regionais não segue a mesma divisão das regiões de Goiás. A regional 1 inclui os ITEGOS da região nordeste e parte das regiões norte e entorno do Distrito Federal. A regional 2 inclui os ITEGOS que estão em parte das regiões oeste, noroeste, norte, centro e entorno do Distrito Federal. A regional 3 inclui os ITEGOS da região sudeste, parte das regiões sul e centro. Já a regional 4 inclui os ITEGOS que estão localizados em parte das regiões sul, centro e noroeste, incluindo Goiânia que também é compartilhada com a próxima regional. Por fim a regional 5 inclui os ITEGOS que estão na região sudeste e parte das regiões oeste, noroeste, centro (incluindo Goiânia) e sul.

O motivo pelo qual as regionais foram distribuídas dessa forma não foi encontrado. No *site* da SEDI, nos documentos de chamamento público e nos contratos de gestão só são informadas as divisões e nada se aborda quanto ao motivo dessa distribuição.

Logo abaixo são apresentados os resultados da gestão compartilhada da Rede ITEGO, assim como os caminhos percorridos para alcançá-los.

CAPÍTULO III - RESULTADOS DA GESTÃO COMPARTILHADA DA REDE ITEGO

No capítulo 3 foram vinculados os aspectos metodológicos, ou seja, os caminhos percorridos para se chegar aos resultados e os próprios resultados e discussões em que foram feitas as análises dos dados. É o capítulo mais longo do trabalho por abranger a maior parte da pesquisa empírica em si, conforme descrito abaixo.

3.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Em uma pesquisa, os meios que são utilizados e a maneira pela qual são alcançadas informações para se chegar à resposta é chamada de metodologia (GERHARDT e SOUZA, 2009). Sendo assim, pretende-se nesse ponto, mostrar os caminhos percorridos para responder a problemática deste trabalho e confirmar ou refutar as hipóteses apresentadas na introdução.

3.1.1 Tipologia e caracterização da pesquisa

Na primeira parte do trabalho foi utilizada a pesquisa bibliográfica, por meio de consulta sobre os temas pertinentes em livros e artigos publicados bem como a pesquisa documental, envolvendo o “uso de textos e registros que se apresentam a partir de uma fonte material” (REGINATO, 2017, p. 194), principalmente de documentos virtuais, tão comuns após o surgimento da internet. Na segunda parte atuamos sobre a pesquisa empírica com abordagem qualitativa/quantitativa, considerando que a pesquisa empírica é baseada em observações do mundo, conforme explana Epstein e King (2013).

(...) Nessa comunidade, a palavra “empírico” passou a possuir um significado particularmente restrito – associado puramente com “técnicas e análises estatísticas” ou com dados quantitativos. Mas a pesquisa empírica, como cientistas naturais e sociais reconhecem, é muito mais ampla do que essas associações sugerem. A palavra “empírico” denota evidência sobre o mundo baseada em observação ou experiência. Essa evidência pode ser numérica (quantitativa) ou não-numérica (qualitativa); nenhuma é mais “empírica” que a outra. O que faz uma pesquisa ser empírica é que seja baseada em observações do mundo – em outras palavras, dados, o que é apenas um termo para designar fatos sobre o mundo. Esses fatos podem ser históricos ou contemporâneos, ou baseados em legislação ou jurisprudência, ou ser o resultado de entrevistas ou pesquisas, ou os resultados de pesquisas auxiliares arquivísticas ou de coletas de dados primários. (EPSTEIN E KING, 2013, p. 11)

De acordo com Epstein e King (2013), as pesquisas empíricas de qualidade compartilham duas características, a existência de um ou mais objetivos específicos (coletar dados e/ou resumir dados e/ou fazer inferências descritivas ou casuais) e regras gerais para alcançá-lo (a replicabilidade da pesquisa, ser um empreendimento social no sentido de aprender sobre o mundo e apresentar incerteza sobre todo o conhecimento e toda a inferência

na pesquisa¹⁴). Considerando que a pesquisa desenvolvida neste trabalho possui os três objetivos apontados por Epstein e King (2013), ou seja, houve a coleta de dados, os dados foram resumidos e foi realizada inferência descritiva, além de ser uma pesquisa replicável, que nos permite conhecer sobre o mundo e, ao mesmo tempo, traz incerteza sobre as conclusões, haja visto a impossibilidade de esgotar o assunto, sendo assim, é possível afirmar que se trata de uma pesquisa empírica. Mais detalhes sobre os caminhos percorridos são descritos abaixo.

3.1.2 Coleta de dados e amostra

O objeto desta pesquisa abrange as cinco Organizações Sociais (IBRACEDS, FAESPE, REGER, CEGECON e CENTEDUC) que são responsáveis pela gestão dos Institutos Tecnológicos do Estado de Goiás (ITEGOS), por meio da gestão compartilhada. Para compreender se essa parceria entre o público e o privado trouxe resultados positivos e verificar as hipóteses apresentadas na introdução, a pesquisa foi dividida em três diferentes partes, com corte temporal e métodos de coleta e análises de dados diferentes para cada uma delas, a saber:

3.1.2.1 Resultados (eficácia e eficiência) da gestão compartilhada

Nesta primeira parte, buscou-se avaliar os resultados (eficácia e eficiência) da gestão compartilhada, os repasses realizados pelo governo, o alcance dos indicadores definidos no contrato de gestão e o *ranking* entre as OSs no que se refere à qualidade da gestão. Como corte temporal da pesquisa foram utilizados os anos de 2017, 2018 e 2019, por se tratar dos anos 1, 2 e 3 do contrato de gestão. Se optou por não englobar o ano 4 (2020) por ainda não possuir disponíveis os dados completos, visto que o ano ainda não havia se encerrado até a conclusão desta pesquisa.

Os dados foram coletados por meio dos Relatórios Consubstanciados de Análise de Execução nº 001, 002, 003, 004 e 005 de 2018, referentes ao ano de 2017 (ano 1 do contrato de gestão), dos Relatórios Finais nº 001, 002, 003 e 004 de 2019¹⁵, referentes ao ano de 2018 (ano 2 do contrato de gestão) e dos Relatórios da Comissão de Avaliação nº 19, 20, 21 e 22 de 2019 e nº 6 de 2020, referentes ao ano de 2019 (ano 3 do contrato de gestão).

¹⁴ “Afinal, os fatos que conhecemos relacionam-se aos fatos que não conhecemos, mas gostaríamos de conhecer, somente por suposições que jamais poderemos verificar completamente” (EPSTEIN E KING, 2013, p. 63).

¹⁵ O Relatório Final da OS IBRACEDS não foi utilizado porque estava suspensa liminarmente de janeiro a dezembro de 2018.

Todos disponíveis no *site* da Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação do Governo do Estado de Goiás (SEDI), antiga SED, bem como nos *sites* das OS.

3.1.2.2 Resultados da efetividade da gestão compartilhada

Nesta segunda parte, buscou-se analisar os cursos presenciais oferecidos pelos ITEGOs e seu impacto na sociedade por meio do levantamento das ofertas de cursos, da quantidade de vagas ofertadas em cada um dos ITEGOs e COTECs pertencentes às cinco regionais e do perfil dos municípios em que as vagas foram ofertadas.

Como corte temporal da pesquisa foi utilizado o ano de 2019. Optou-se por utilizar somente este ano por ter sido o único ano com dados disponíveis e que todas as OSs estavam ativas. A Resolução Normativa n.º 013/2017 - TCE/GO, em que trata da obrigatoriedade de manter as informações relativas à execução do Contrato de Gestão passou a vigor a partir de janeiro de 2018, por esse motivo não existem dados disponíveis do ano de 2017. Já no ano de 2018, apenas duas OSs possuíam dados completos disponibilizados, as demais estiveram com o contrato suspensos durante boa parte do ano. Por fim, não foi englobado o ano de 2020 porque a pesquisa se encerrou antes de finalizar o referido ano.

Os dados sobre os cursos foram coletados nos editais de oferta de cursos disponíveis nos sites das OSs. Quanto ao perfil dos municípios, os dados foram coletados no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Mauro Borges (IMB).

3.1.2.3 Custo do Estado com a Rede ITEGO (por aluno)

A última parte da pesquisa avaliou se o custo por aluno na rede ITEGO, após o contrato de gestão, manteve-se equiparado ao custo do Estado em relação ao investimento no aluno da educação básica. Como corte temporal da pesquisa, foi utilizado os anos de 2017, 2018 e 2019, o mesmo usado para analisar a eficiência e a eficácia da gestão compartilhada (item 3.1.2.1).

Os dados sobre o custo do Estado com a Rede ITEGO foram coletados nos mesmos Relatórios utilizados no item “3.1.2.1”. Já os dados sobre o custo do Estado com a educação básica foram coletados por meio dos Relatórios do Órgão Central do Sistema de Controle Interno, exercícios 2017, 2018 e 2019, disponíveis no portal da transparência do Governo do Estado de Goiás e nas Sinopses Estatísticas da Educação Básica dos anos de 2017, 2018 e 2019, disponíveis no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

3.1.3 Tratamento de dados

Assim como na coleta de dados e amostra, o tratamento de dados também ocorreu de forma diferente para cada uma das três partes da pesquisa, a saber:

3.1.3.1 Resultados (eficácia e eficiência) da gestão compartilhada

Os relatórios¹⁶ encaminhados pelas OSs à SEDI apresentam percentuais (%) de alcance das metas definidas no contrato de gestão organizados em metas quantitativas e qualitativas.

Nas metas quantitativas, avaliaram-se a eficácia e a eficiência das OSs. Para avaliar a eficácia, utilizam-se o número de vagas ofertadas nos ITEGOS, dividido pelo número de vagas definidos no contrato de gestão, aplicados os respectivos pesos e multiplicado por 100. Cabe ressaltar que as vagas ofertadas possuem pesos diferenciados, dependendo do tipo de curso. Cursos tecnológicos possuem peso 0,30; cursos técnicos possuem peso 0,25; cursos de qualificação possuem peso 0,15; cursos de capacitação peso 0,10 e atividades DIT/APA peso 0,20 (SED, 2016).

Para avaliar a eficiência (método utilizado apenas nos anos 2 e 3, não tendo assim, dados do ano 1 para comparação) se utilizou o número de horas-aulas executados nos ITEGOS dividido pelo número de horas-aulas definidos no contrato de gestão, aplicados os respectivos pesos e multiplicado por 100 (SEDI, 2019b). Tanto para a avaliação da eficácia, quanto da eficiência e do alcance dos indicadores, os resultados foram dispostos da seguinte forma: realização de 85% a 100% considerada meta atingida totalmente; realização de 61% a 84,9% considerada meta atingida parcialmente e; resultados abaixo de 60,9% considerada meta não atingida. Quando a meta anual global, que é calculada pelas médias aritméticas das metas quantitativas e qualitativas, enquadra-se em meta não atingida, há uma penalidade (para as OS) de 3%, calculada sobre o valor total repassado pelo parceiro público. Quando a meta anual global se enquadra em meta parcialmente atingida, a penalidade é de 1,5%, calculada sobre o valor total repassado pelo parceiro público (SED, 2016).

Já as metas qualitativas foram dispostas nos relatórios apresentados pelas OSs à SEDI da seguinte forma: por meio do alcance dos indicadores estabelecidos no Mapa de Indicadores de Avaliação de Qualidade (ver Anexo IV) e pelo SYSCORE¹⁷, realizado apenas

¹⁶ Relatórios Consubstanciados de Análise de Execução nº 001, 002, 003, 004 e 005 de 2018, Relatórios Finais nº 001, 002, 003 e 004 de 2019 e Relatórios da Comissão de Avaliação nº 19, 20, 21 e 22 de 2019 e nº 6 de 2020.

¹⁷ O SYSCORE é um *Business Inteligence* (BI) contratado pela Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização dos Serviços Públicos (AGR) para o monitoramento contínuo de indicadores de desempenho conforme Chamamento, ver Anexo V. As perspectivas utilizadas no SYSCORE possuem estreita

no segundo e no terceiro ano do contrato. Após a coleta de todos esses indicadores, foram utilizadas planilhas do Excel para tabular e gerar os gráficos apresentados nos resultados e discussão.

3.1.3.2 Resultados da efetividade da gestão compartilhada

Os dados coletados nos editais de oferta de cursos presenciais foram tabulados utilizando planilhas do Excel. Primeiramente ranqueando os cursos para conhecer os mais ofertados, após encontrados os percentuais por tipos de curso, passou-se ao ranqueamento das cidades com mais ofertas. Ao encontrar os municípios com mais oferta de cursos, procedeu-se a tabulação dos dados desses municípios e da identificação do seu perfil. Na sequência, cruzaram-se os dados dos cursos com os dados dos municípios para analisar se os cursos ofertados estão em conformidade com o perfil do município e se esses cursos possuem potencial de mudança na realidade socioeconômica dos alunos. Como referencial para realizar a análise da mudança socioeconômica dos alunos, foram usados os autores Santos (2006) e Sen (2010).

3.1.3.3 Custo do Estado com a Rede ITEGO (por aluno)

Para a tabulação dos dados referente a aplicação de recursos do Estado vinculados à educação e à quantidade de matrículas realizadas nos estabelecimentos de ensino do Estado, assim como os valores repassados às OSs e o número de matrículas realizadas, foram utilizadas tabelas do Excel com aplicação dos seguintes indicadores: $RI = RE/QA$; $EM = RE/QA$.¹⁸

3.1.4 Intercorrências durante a pesquisa

Devido a pandemia da Covid-19 e os vários protocolos decorrentes, as pesquisas de campo foram inviabilizadas. No entanto, o trabalho não foi prejudicado, uma vez que as alternativas apresentadas possibilitaram atingir o objetivo esperado. Isso foi possível por existirem dados primários disponíveis na internet, que trabalhados, possibilitou atingir os objetivos iniciais. Os resultados encontrados a partir da análise dos dados da pesquisa são apresentados a seguir.

correspondência com os indicadores definidos no Mapa de Indicadores de Avaliação de Qualidade do contrato de gestão (ver Anexo IV).

¹⁸ Lê-se: Rede ITEGO (RI); Recursos específicos (RE); Quantidade de alunos matriculados (QA); Ensino médio (EM). Rede ITEGO é igual aos recursos específicos divididos pela quantidade de alunos matriculados ($RI = RE/QA$). Ensino médio é igual aos recursos específicos divididos pela quantidade de alunos matriculados ($EM = RE/QA$).

3.2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

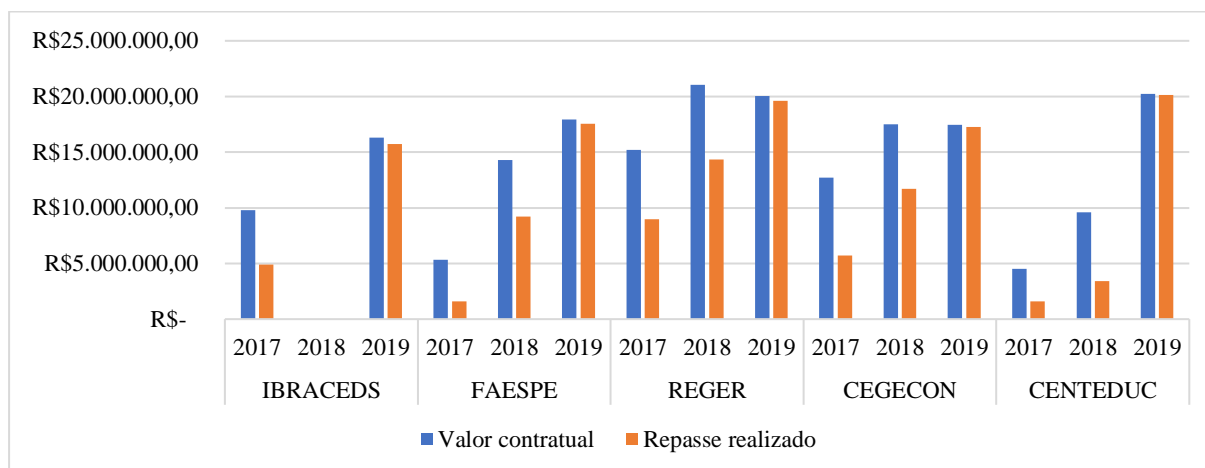
Vários autores defendem a importância de se avaliar as Políticas Públicas, muitos deles abordados no capítulo 1 deste trabalho, mas partiremos dos três valores estruturantes apresentados por Jannuzzi (2016). O autor esclarece que para se avaliar as Políticas Públicas é necessário verificar a eficácia, a eficiência e a efetividade dessas políticas. Entende-se como eficácia o cumprimento dos procedimentos programados, nesse caso, a mensuração das vagas ofertadas nos institutos geridos pelas OSs comparando com a meta de vagas pré-fixadas em contrato de gestão. Como eficiência se entende a qualidade do gasto público frente a outros usos que o mercado poderia fazer deles, sendo assim, avaliamos a quantidade de horas-aulas realizadas comparando com meta de horas-aulas definidas em contrato, porque não basta só ofertar vagas e receber por elas, mas é necessário que estes alunos realmente frequentem as aulas, além de comparar os gastos do Estado com o aluno na Educação Básica frente aos gastos do Estado com os alunos na Rede ITEGO, uma vez que constatada a má aplicação do recurso, ele pode ser destinado a outra área da educação que reflita maior eficiência.

Por fim, a avaliação da efetividade social, relacionada ao aprimoramento em busca de maior impacto social das Políticas Públicas, foi verificada por meio do levantamento dos cursos ofertados, a aderência à realidade local e a capacidade de mudança socioeconômica proporcionada aos alunos. Os resultados relacionados à eficácia e à eficiência são apresentados no item “3.2.1”, já os resultados sobre a efetividade social são apresentados no item “3.2.2”. Quanto a avaliação da eficácia e da eficiência mostrados a seguir, antes de examinar propriamente esses dois pontos, faz-se necessário uma análise dos repasses realizados, justamente porque se vamos cobrar os resultados de uma parte, no caso das OSs, precisamos verificar se a outra parte está cumprindo com o acordado, no caso se o Estado está fazendo os repasses financeiros.

3.2.1 Resultados (eficácia e eficiência) da gestão compartilhada

Analisando os repasses às Organizações Sociais apresentados nos relatórios e demonstrados no gráfico 1, dois pontos podem ser elencados: primeiramente as OSs não apresentaram valores contratuais iguais. Observa-se que, tanto no ano de 2017 quanto no 2018, a OS REGER apresentou os maiores valores contratuais, em contrapartida, a OS CENTEDUC apresentou os menores valores. Pelo contrato de gestão, a diferença de valores dessas duas OS deviria ser de apenas 1% a mais para a OS REGER, mas fazendo os cálculos a partir dos dados apresentados no gráfico 1, abaixo, essa diferença chega a 70% em 2017 e 54% em 2018.

Gráfico 1 – Repasses



Fonte: Gráfico elaborado a partir dos dados coletados no site da SEDI

Essa discrepância de valores se dá pelo fato de que a OS CENTEDUC, além de ter começado as atividades em junho de 2017, enquanto as outras começaram em abril de 2017, também passou por um período de efeito suspensivo judicial de suas atividades entre outubro de 2017 e junho de 2018. O mesmo aconteceu com a OS FAESPE que, além de ter começado as atividades em junho de 2017, também passou por um período de efeito suspensivo judicial entre outubro de 2017 e março de 2018. Por isso as OSs CENTEDUC e FAESPE apresentaram os menores valores contratuais.

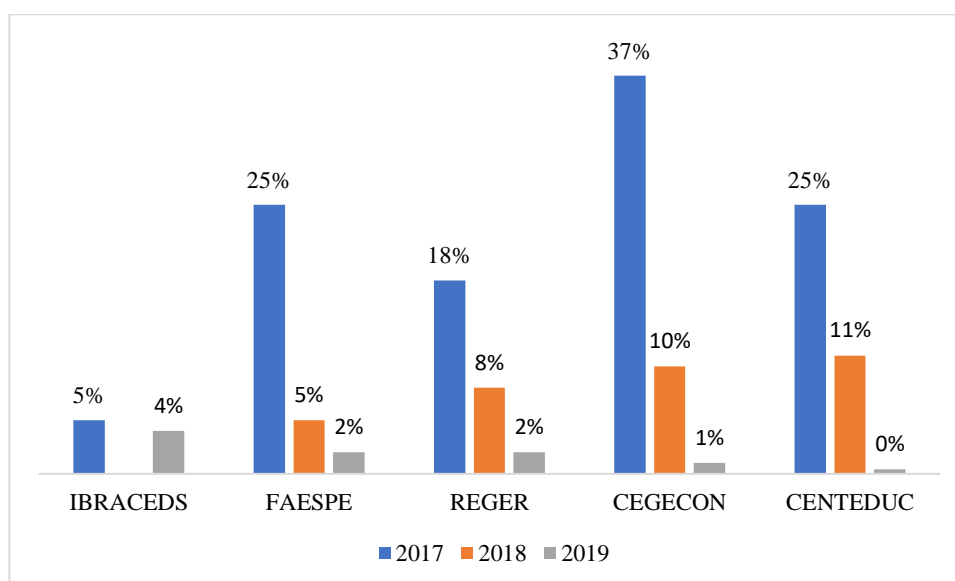
Já no ano de 2019, período no qual todas as OSs estavam ativas, os valores contratuais não alteraram muito entre si, ficando com uma média de variação de 11%, diferente dos anos de 2017 e de 2018 que tiveram média de variação de 47% e 34%, respectivamente. Essa diferença entre os valores contratuais de cada OS é referente ao alcance das metas, ou seja, se o alcance das metas foi parcial, o valor contratual também será parcial. Outra diferença em relação aos anos anteriores ocorreu com a OS CENTEDUC que apresentou o maior valor contratual (sendo que nos anos pretéritos ela tinha apresentado os menores valores) e a OS IBRACEDS¹⁹ que apresentou o menor valor. Ainda analisando o

¹⁹ A Comissão de Avaliação dos Contratos de Gestão sugeriu à Subsecretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio do Despacho nº 67/2019 (link SEI 6190809), que uma consulta fosse formulada à Procuradoria Setorial desta Pasta sobre a possibilidade de sobrestamento das 22ª e 23ª parcelas (relativas a janeiro e fevereiro/2019) do duodécimo da OS IBRACEDS, uma vez que não houve execução de ofertas. Tal sugestão foi devidamente acatada por aquela Subsecretaria, conforme Memorando 06/2019 (link SEI 63037810), remetendo os autos à Procuradoria Setorial que emitiu o Parecer nº 84/2019 (link SEI 6523830) e opinou: "Pela necessidade imediato do sobrestamento de pagamento das Parcelas 22 e 23 do Contrato de Gestão em tela" (SEDI, 2020c). Sendo assim, o valor contratual da OS que deveria ser de R\$ 19.521.892,55, foi de R\$ 16.324.808,45 porque R\$ 3.197.084,10 foram sobrestado. Por isso a OS ficou em último lugar no *ranking* dos repasses.

gráfico 1, o segundo ponto a ser elencado é a discrepância entre os valores contratados e os valores realmente recebidos e que essa diferença foi reduzida no decorrer dos anos.

Essa divergência entre os valores contratados e os valores recebidos se dá por dois motivos: existência de glosas e pendências de pagamento por parte do parceiro público. Glosa se refere à prestação de contas realizadas pelas OSs e que não são aceitas pelo parceiro público como cumprimento do contrato firmado entre as partes, seja pelas atividades não estarem claras nos relatórios ou pelo parceiro público entender que as atividades realizadas não possuem relação com o que deveria ser realizado. Assim ocorre as glosas que são descontadas no pagamento, ver gráfico 2.

Gráfico 2 – Glosas



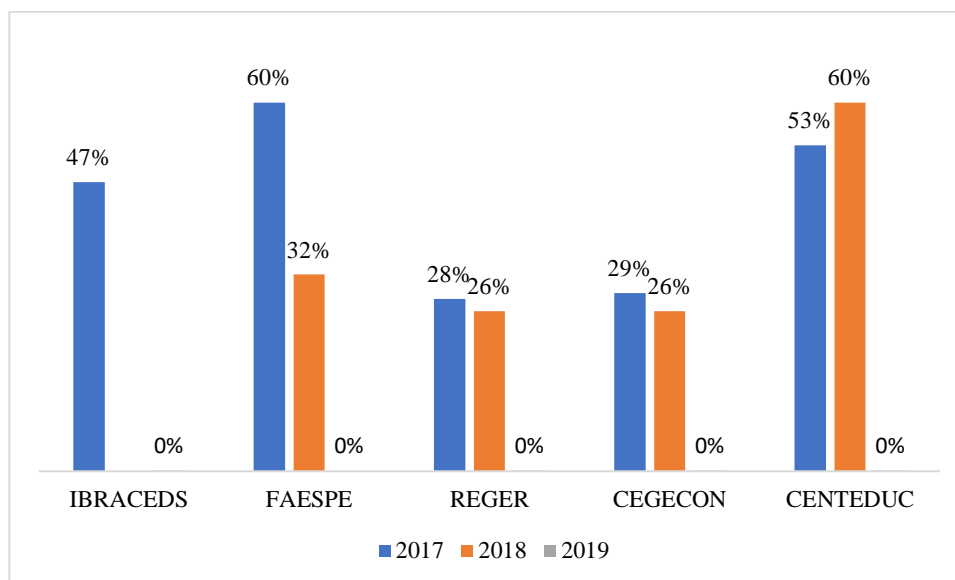
Fonte: Gráfico elaborado a partir dos dados coletados no site da SEDI

O gráfico 2 mostra as glosas ocorridas nos anos de 2017, de 2018 e de 2019 em cada uma das OSs. Nota-se que no ano de 2017 o percentual de glosas foi bastante elevado, chegando a 37% com a OS CEGECON. Já a OS IBRACEDS se destaca pelo menor percentual de glosa no mesmo ano, 5%. Analisando o mesmo gráfico é possível perceber também que houve uma redução considerável no ano de 2018. Excluindo a OS IBRACEDS que não foi analisada no ano de 2018 por estar suspensa, todas as outras reduziram em mais de 50% a incidência de glosas. Por se tratar do segundo ano de gestão, é possível que tenham aprendido com os erros ocorridos nos relatórios do ano anterior.

O resultado do terceiro ano de contrato (2019) mostra que o aprendizado realmente ocorreu, havendo uma redução considerável em relação ao ano anterior. Essa

redução aconteceu em todas as OSs, até mesmo na OS IBRACEDS, que esteve suspensa durante a maior parte do ano de 2018, nas outras OSs a redução foi novamente superior a 50%, levando em consideração o ano anterior. Considerando todos os anos, a OS CEGECON obteve a maior redução no percentual de glosa, saindo de 37% no ano de 2017 e chegando a 1% em 2019. Percebe-se que não só o parceiro privado melhorou, mas também o parceiro público (o Estado), é o que observamos a seguir no gráfico 3.

Gráfico 3 – Repasses pendentes



Fonte: Gráfico elaborado a partir dos dados coletados no site da SEDI

Quanto aos repasses pendentes, o gráfico 3 mostra que a incidência é considerável. No ano de 2017 as OSs FAESPE e CENTEDUC se destacaram por permanecerem com mais de 50% dos repasses do ano pendentes com o parceiro público. Contudo, é importante observar que as OSs que ficaram com as maiores pendências são as mesmas que tiveram as atividades suspensas judicialmente a partir de outubro de 2017. Também vale destacar os 47% de repasses pendentes da OS IBRACEDS no ano de 2017. Já no ano de 2018 também ocorreram elevados percentuais de pendências de repasses, destacando a OS CENTEDUC que ficou com 60% de repasse pendente e teve suas atividades suspensas até junho de 2018.

Mesmo as OSs que não tiveram suspensão das atividades (REGER e CEGECON) também ficaram com repasses pendentes nos anos de 2017 e de 2018, apesar do percentual reduzir de um ano para o outro, a redução foi pequena. Ao considerarmos o ano de 2019 o quadro muda consideravelmente, chegando a 0% de pendências nos repasses. Todos os

repasses foram realizados dentro no mesmo ano, fato que não ocorreu nos dois anos anteriores. Cabe ressaltar, também, que no ano de 2019, além dos repasses “dentro do prazo”, também foram realizados os repasses atrasados referente ao ano de 2018, somados em R\$ 18.805.869,54, não contabilizados nos gráficos anteriores. Em seguida, observaremos o panorama dos atrasos nos repasses no quadro 5.

Quadro 5 – Atraso nos repasses (meses)

ATRASOS NOS REPASSES (meses)												
	Média			Moda			Mínimo			Máximo		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019
IBRACEDS	2,3		0,6	3,4,0		1	0		0	4		1
FAESPE	5,5	2,1	1,8		3	3	1	1	0	8	3	3
REGER	2,3	3,2	1,8	2	3	3	0	1	0	4	6	3
CEGECON	1,7	1,6	1,8	0,1,2	1	3	0	1	0	4	3	3
CENTEDUC	8,0	2,5	1,8		3	3	1	1	0	12	3	3
Média	4,0	2,4	1,5				0,4	1,0	0,0	6,4	3,8	2,6

Fonte: Quadro elaborado a partir dos dados coletados no site da SEDI

Além dos repasses pendentes, foi possível apurar por meio dos relatórios apresentados pelas OS à SEDI, os atrasos nos repasses (quadro 5). A mesma evolução nos indicadores observados em relação aos repasses pendentes, também é possível observar em relação aos atrasos nos pagamentos. Que os pagamentos de 2019 realizados pelo Estado às OSs foram feitos dentro no mesmo ano, já foi dito nos parágrafos anteriores, no entanto, podemos observar que a média de atrasos, mesmo que dentro do próprio ano, também reduziu. A média das médias de atraso saiu de 4 meses em 2017 para 1,5 mês em 2019.

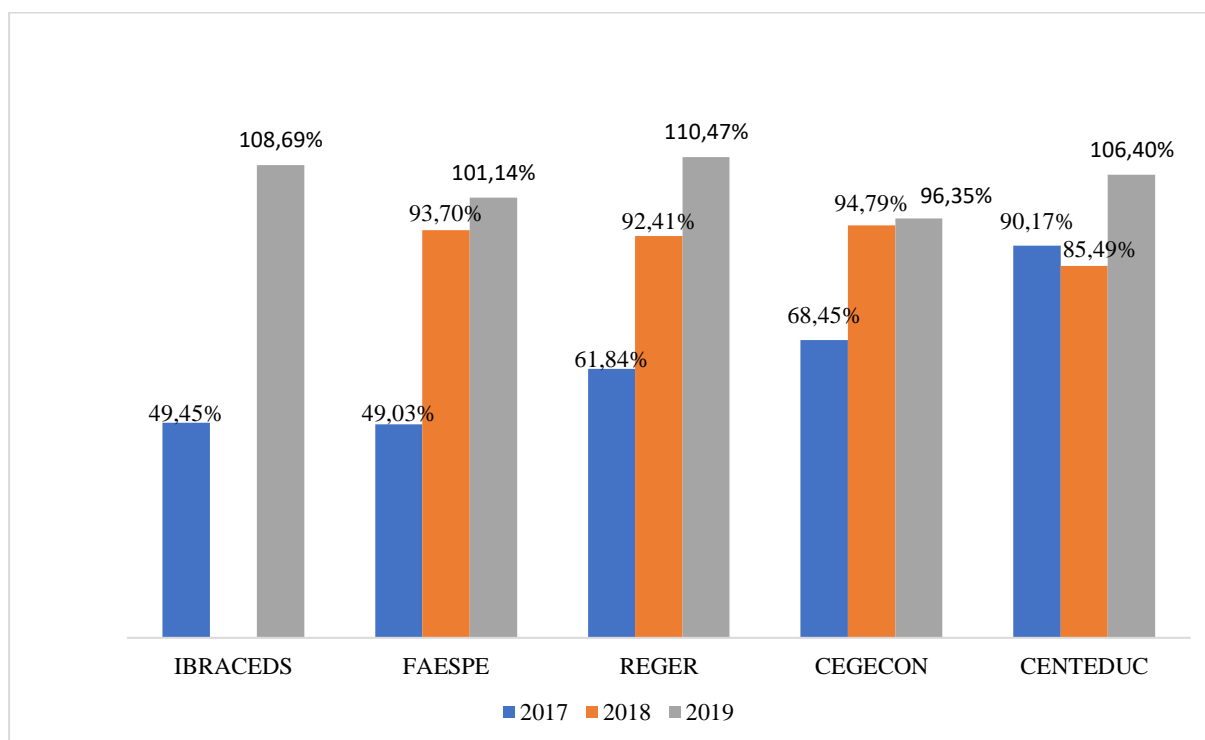
A Média das mínimas, ou seja, o tempo mínimo de atraso que era de 0,4 mês em 2017 foi para 0 mês em 2019, o que significa que para todas as OSs não tiveram atrasos durante alguns meses no ano, três para ser mais exato (10, 11 e 12 de 2019). E a média das máximas (a média do máximo de tempo de atraso) que era de 6,4 meses, passou para 2,6 meses em 2019. Cabe frisar que o máximo de atraso ocorrido foi em 2017 com a OS CENTEDUC, chegando a 12 meses de atraso. Já em 2019 o máximo ocorrido foi de 3 meses. O motivo dos atrasos por parte do parceiro público pode ser vários, desde o atraso na entrega dos relatórios por parte das OSs até mesmo a liberação do dinheiro por parte do Estado.

O gráfico 4, abaixo, mostra os resultados referentes à eficácia da gestão dos ITEGOS pelas OSs apresentados nos relatórios e calculados por meio da mensuração das vagas ofertadas nos institutos, comparando com a meta de vagas pré-fixadas em contrato.

Percebe-se que, no ano de 2017, as OSs IBRACEDS e FAESPE atingiram percentual inferior a 60,9% das metas estipuladas, o que as colocaram em condição de OS que tiveram a meta não atingida. As OSs REGER e CEGECON se enquadraram na faixa de 61% a 84,9%, ficando, assim, com meta atingida parcialmente. Apenas a OS CENTEDUC teve a meta atingida totalmente por estar na faixa de 85% a 100%.

Cabe ressaltar que a classificação das OSs nas faixas de “meta não atingida” e “meta atingida parcialmente” repercute em penalidades asseguradas no contrato de gestão. Sendo assim, no ano de 2017 as OSs IBRACEDS e FAESPE tiveram a aplicação da penalidade de 3% sobre o valor do repasse realizado pelo governo. As OSs REGER e CEGECON também foram penalizadas, porém, mais brandamente, com 1,5% do valor do repasse. Tais penalidades, se ocorreram de acordo com o contrato, foram descontadas da remuneração de todos os diretores das OSs penalizadas, a partir do mês subsequente à aplicação da penalidade, respeitando o limite de 30% do valor mensal da remuneração dos diretores, seguindo até a quitação do débito (SEDI, 2019b). No entanto, não foi objetivo desse trabalho, verificar se essa parte do contrato foi cumprida ou não.

Gráfico 4 – Eficácia (novas vagas preenchidas/meta definida em contrato)



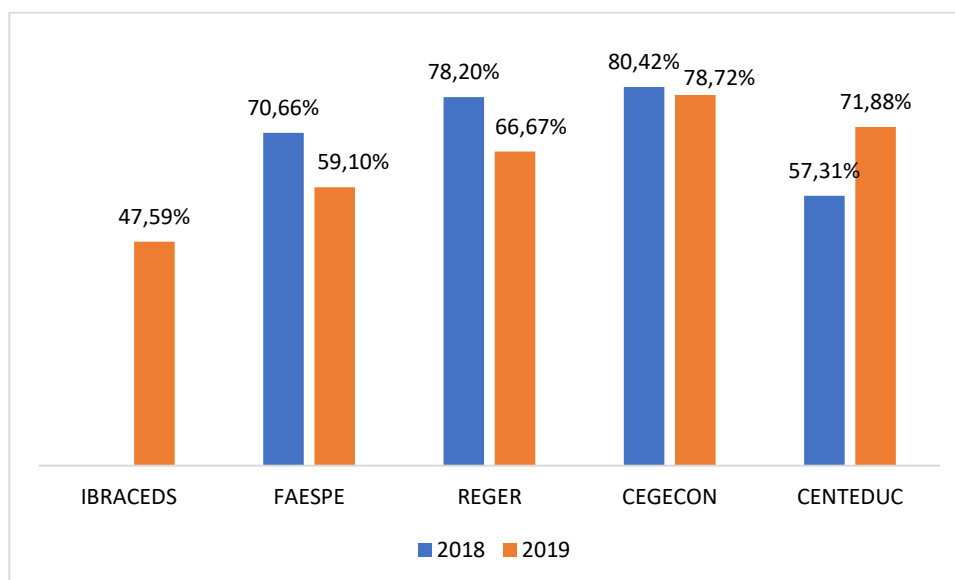
Fonte: Gráfico elaborado a partir dos dados coletados no site da SEDI

Ainda tratando do ano de 2017, é importante ressaltar que a OS CENTEDUC esteve ativa apenas durante três meses, após esse período ficou com suas atividades suspensas judicialmente, mesmo assim, foi a única que atingiu totalmente as metas.

Esse resultado leva a um questionamento: Será possível atingir a meta de todo o período (ano 1 do contrato) em apenas três meses incompletos de funcionamento? Um dos possíveis motivos se deu pelo fato dessa OS possuir em seu contrato um dos ITEGOs mais atuantes do Estado, o ITEGO em Arte Basileu França, situado em Goiânia e um dos referenciais em artes no município. Mesmo com a suspensão da OS, o ITEGO continuou em funcionamento e as ofertas de cursos, bem como as matrículas realizadas foram computadas.

Em 2018, a OS CENTEDUC teve suas atividades normalizadas e novamente atingiu a meta estipulada no contrato. No entanto, o seu desempenho em relação ao ano anterior apresentou regressão, o que pode ser reflexo do ano anterior em suspensão. Tirando ela e a OS IBRACEDS que ficou suspensa durante todo o ano de 2018, todas as demais melhoraram consideravelmente o seu desempenho em relação ao indicador de eficácia. Tendência confirmada no ano seguinte (2019) em que todas melhoraram ainda mais a sua eficiência, quatro delas superando a margem de 100%, o que nem sempre demonstra algo positivo, porque pode caracterizar gastos públicos (recursos financeiros, humanos e materiais) desnecessários. Somente a OS CEGECON ficou com a margem menor do que 100%, mesmo assim, atingiu as metas definidas em contrato. Abaixo observamos a mensuração da eficiência das OSs, conforme gráfico 5.

Gráfico 5 – Eficiência (horas-aulas realizadas/meta definida em contrato)



Fonte: Gráfico elaborado a partir dos dados coletados no site da SEDI

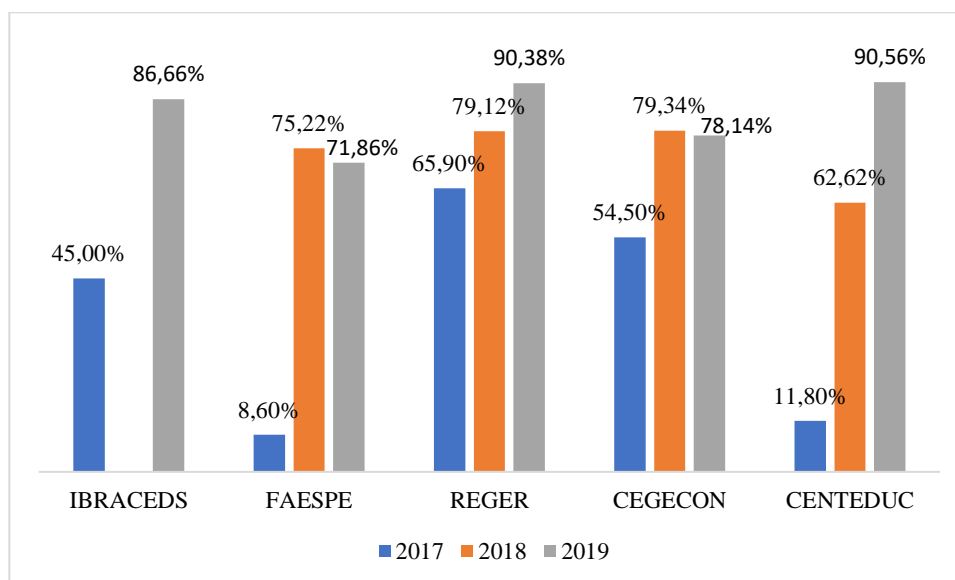
Como apresentado nos aspectos metodológicos, a eficiência das OSs na gestão dos ITEGOS foi mensurada a partir das horas-aulas realizadas, comparando com meta de horas-aulas definidas em contrato. Tanto em relação à meta de quantidade de vagas, quanto de horas aulas, cabe pontuar que são diferentes para cada OS. As metas não são as mesmas, assim como os repasses não o são. Mas, partindo do percentual de atingimento das metas, é possível compará-las sem incidir em erros. A eficiência passou a ser medida apenas no ano 2 (2018) do contrato de gestão, por isso não aparecem os dados do ano 1 (2017), ver gráfico 5.

No ano de 2018, as OSs FAESPE, REGER e CEGECON tiveram a meta de eficiência atingida parcialmente, já a OS CENTEDUC não atingiu a meta pré-estabelecida em contrato. O que não é bom, visto que a eficiência, segundo Jannuzzi (2016), avalia a qualidade do gasto público. Nesse caso, houve muita oferta de cursos (de acordo com os indicadores de eficácia), mas poucas horas-aulas efetivamente realizadas. Esse cenário piora no ano de 2019. As OSs FAESPE e REGER tiveram uma redução considerável nos indicadores de eficácia em comparação ao ano anterior. A OS CEGECON também apresentou redução, mas em proporção menor.

Já a OS CENTEDUC foi a única que apresentou evolução no indicador de eficiência e uma evolução considerável. Como a OS IBRACEDS estava suspensa no ano de 2018, não possuía dados do ano anterior para comparação, de qualquer forma, foi a OS que apresentou a menor porcentagem de atendimento da meta, 47,59%. Sendo assim, em 2019, duas OSs não atingiram as metas (IBRACEDS e FAESPE) e três atingiram as metas parcialmente (REGER, CEGECON E CENTEDUC).

O próximo tópico a ser analisado se refere ao alcance dos indicadores definidos no Mapa de Indicadores de Avaliação de Qualidade, definidos no contrato de gestão, ver Anexo IV. O percentual de alcance dos indicadores é mostrado abaixo, no gráfico 6.

Gráfico 6 – Alcance dos indicadores



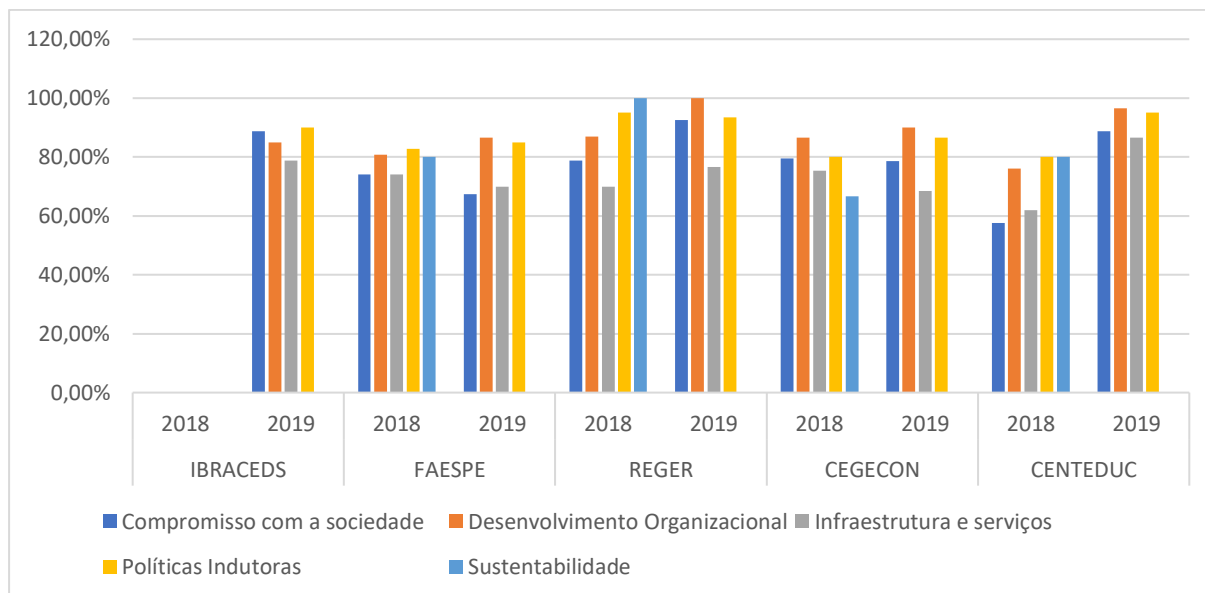
Fonte: Gráfico elaborado a partir dos dados coletados no site da SEDI

A avaliação do alcance dos indicadores, gráfico 6, enquadra-se nas metas qualitativas, visando avaliar não a quantidade, mas os aspectos intrínsecos, detalhados. Quanto ao alcance dos indicadores, em 2017 as OSs FAESPE e CENTEDUC não atingiram a meta, provavelmente pelo motivo exposto anteriormente, pois começaram suas atividades após as outras OSs e tiveram suas atividades suspensas judicialmente. As OSs IBRACEDS, REGER e CEGECON atingiram a meta parcialmente. Em 2018, todas as OSs exceto a IBRACEDS que estava suspensa judicialmente, atingiram a meta parcialmente. Em 2019, três OSs atingiram a meta totalmente (IBRACEDS, REGER e CENTEDUC) e duas atingiram a meta parcialmente (FAESPE e CEGECON).

No alcance dos indicadores é importante analisar o desempenho das OSs separadamente. A OS IBRACEDS obteve um desempenho ruim no primeiro ano (2017) de avaliação, 45%, já no segundo ano em que foi avaliada (2019), a porcentagem de alcance quase dobrou, atingindo 86,66%. A OS FASPE conseguiu aumentar o percentual do alcance dos indicadores de 8,6%, em 2017, para 75,22%, em 2018, um aumento considerável, mas não conseguiu manter a tendência de crescimento em 2019, uma vez que teve um desempenho menor do que o ano anterior. A OS REGER melhorou o alcance dos indicadores gradativamente, ano após ano. O mesmo aconteceu com a OS CENTEDUC, contudo o crescimento foi bem acentuado de um ano para outro, passando de um percentual de 11,8%, em 2017, para 62,62%, em 2018 e alcançando 90,56%, em 2019. Por fim, a OS CEGECON seguiu o padrão de comportamento da FAESPE, obtendo um crescimento maior entre o

primeiro e o segundo ano, porém, com uma pequena queda entre o segundo e o terceiro ano de avaliação. No gráfico seguinte veremos a mensuração do SYSCORE²⁰.

Gráfico 7 – SYSCORE



Fonte: Gráfico elaborado a partir dos dados coletados no site da SEDI

No quesito SYSCORE, indicador avaliado a partir do segundo ano do contrato de gestão, também enquadrado nas metas qualitativas, avaliou-se o compromisso com a sociedade, o desenvolvimento organizacional, a infraestrutura e o serviço, as políticas indutoras e a sustentabilidade. De modo geral, em 2018, percebe-se que a OS REGER obteve as melhores notas, destoando negativamente no quesito infraestrutura e serviço. A OS FAESPE aparece em segundo lugar com percentuais próximos entre os itens, destoando um pouco nos pontos compromissos com a sociedade e infraestrutura e serviços. A OS CEGECON aparece em terceiro, chamando a atenção para melhoria no quesito sustentabilidade. Por último aparece a OS CENTEDUC, com pontos fracos nos itens compromisso com a sociedade e infraestrutura e serviço.

No ano de 2019 a OS IBRACEDS atingiu a meta parcialmente no item infraestrutura e serviço, nos demais itens avaliados atingiu a meta totalmente. A OS FAESPE apresentou evolução em relação ao ano anterior no quesito desenvolvimento organizacional e

²⁰ O SYSCORE é um *Business Inteligence* (BI) contratado pela Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização dos Serviços Públicos (AGR) para o monitoramento contínuo de indicadores de desempenho conforme Chamamento, ver Anexo V. As perspectivas utilizadas no SYSCORE possuem estreita correspondência com os indicadores definidos no Mapa de Indicadores de Avaliação de Qualidade do contrato de gestão (ver Anexo IV).

políticas indutoras, no entanto, baixou o padrão quanto ao compromisso com a sociedade e infraestrutura e serviço. A OS REGER elevou seu percentual de alcance das metas em todos os itens, menos no quesito políticas indutoras, no qual apresentou uma pequena queda. A OS CEGECON aumentou o alcance das metas em relação ao ano anterior nos quesitos desenvolvimento organizacional e políticas indutoras, mas regrediu em relação ao compromisso com a sociedade e infraestrutura e serviço. Já a OS CENTEDUC melhorou de forma considerável todos os indicadores avaliados. O indicador de sustentabilidade, avaliado no ano de 2018, não foi aplicado no ano de 2019, por isso não apareceu no gráfico. Logo abaixo, no quadro 6, observaremos o comparativo geral das OSs.

Quadro 6 – Comparativo geral

	IBRACEDS	FAESPE	REGER	CEGECON	CENTEDUC
2017					
Glosas	5%	25%	18%	37%	25%
Repases pendentes	47%	60%	28%	29%	53%
Média de atrasos (meses)	2,3	5,5	2,3	1,7	8,0
Eficácia	49,45%	49,03%	61,84%	68,45%	90,17%
Indicadores	45,00%	8,60%	65,90%	54,50%	11,80%
TOTAL	47,23%	28,82%	63,87%	61,48%	50,99%
2018					
Glosas		5%	8%	10%	11%
Repases pendentes		32%	26%	26%	60%
Média de atrasos (meses)		2,1	3,2	1,6	2,5
Eficácia		93,70%	92,41%	94,79%	85,49%
Eficiência		70,66%	78,20%	80,42%	57,31%
Indicadores		75,22%	79,12%	79,34%	62,62%
SYSCORE*		78,32%	86,16%	77,64%	71,12%
TOTAL		79,48%	83,97%	83,05%	69,14%
2019					
Glosas	4%	2%	2%	1%	0%
Repases pendentes	0%	0%	0%	0%	0%
Média de atrasos (meses)	0,6	1,8	1,8	1,8	1,8
Eficácia	108,69%	101,14%	110,47%	96,35%	106,40%
Eficiência	47,59%	59,10%	66,67%	78,72%	71,88%
Indicadores	86,66%	71,86%	90,38%	78,14%	90,56%
SYSCORE*	85,65%	77,25%	90,65%	80,90%	91,75%
TOTAL	82,15%	77,34%	89,54%	83,53%	90,15%

Fonte: Quadro elaborado a partir dos dados coletados no site da SEDI

Fazendo um comparativo geral das OSs (quadro 6), considerando a eficácia, a eficiência, os indicadores e o SYSCORE, é possível ordená-los por meio do desempenho alcançado (*ranking*). De acordo com as metas definidas para o ano de 2017 a OS REGER ficou em primeiro lugar e a OS CEGECON em segundo, ambas atingindo as metas parcialmente, o que, pelo menos em contrato, resultaria a elas uma penalidade de 1,5% sobre o valor do repasse. O terceiro lugar ficou com a OS CENTEDUC, o quarto lugar com a OS IBRACEDS e o quinto com a OS FAESPE. As três últimas não atingiram a meta no ano de 2017, recebendo assim a penalidade de 3% sobre o valor repassado pelo parceiro público.

No ano de 2018 o primeiro lugar ficou novamente com a OS REGER, o segundo lugar com a OS CEGECON, o terceiro com a OS FAESPE e o quarto e último lugar com a OS CENTEDUC, considerando a suspensão da OS IBRACEDS. Todas as OSs ativas em 2018 atingiram a meta parcialmente, recebendo assim a penalidade de 1,5% do valor do repasse. Já em 2019, o primeiro lugar do *ranking* ficou com a OS CENTEDUC e o segundo lugar com a OS REGER, ambas chegaram ao máximo do enquadramento (alcance total das metas). O terceiro lugar ficou com a OS CEGECON, o quarto lugar com a OS IBRACEDS e o quinto e último lugar com a OS FAESPE. As últimas três, enquadrando-se nas metas atingidas parcialmente.

3.2.2 Resultados da efetividade da gestão compartilhada

Visto os resultados de dois dos valores estruturantes apresentados por Jannuzzi (2016), a eficácia e a eficiência da Política Pública de Gestão Compartilhada, neste tópico abordou-se a avaliação da sua efetividade por meio da análise dos cursos ofertado, a aderência à realidade local e a capacidade de mudança socioeconômica proporcionada aos alunos. Não coube aqui avaliar o alcance das metas estabelecidas no contrato de gestão que, como apresentado no gráfico 4, foram batidas, mas sim, analisar de forma qualitativas os cursos ofertados. O resultado individual de cada uma das Organizações Sociais é mostrado a seguir.

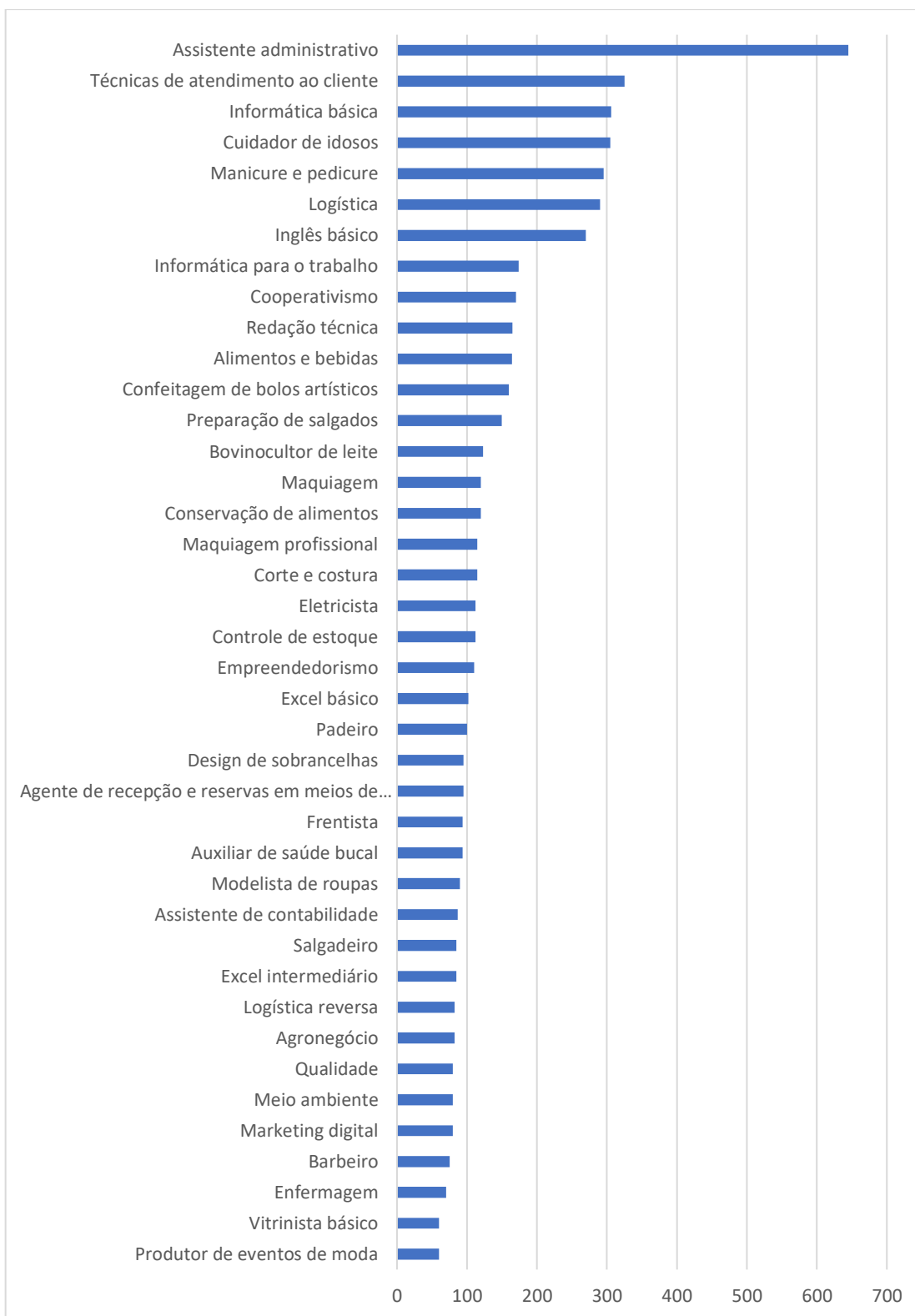
3.2.2.1 OS IBRACEDS

O Instituto Brasileiro de Cultura, Educação, Desporto e Saúde (IBRACEDS) celebrou com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação (SEDI) o Contrato de Gestão nº 03/2017-SED em atendimento ao Chamamento Público nº 005/2016-SED, assumindo seis ITEGOs e dezessete COTECs vinculados a Regional 1. Ver quadro 4 e anexo III.

Para a análise da efetividade da gestão da OS em relação aos cursos presenciais ofertados por meio dos ITEGOs e COTECs vinculados à regional de sua responsabilidade, foram coletados dados dos 57 editais de divulgação de cursos publicados no ano de 2019.

Os ITEGOs que estão sob gestão da IBRACEDS ofereceram, no ano de 2019, 100 cursos distintos, totalizando 8.182 vagas ofertadas. No gráfico 8 é possível verificar os 40 cursos com mais vagas disponibilizadas, porém, para fazer a análise proposta neste trabalho, priorizamos os 10 primeiros cursos do ranking. Esses cursos são tanto do tipo capacitação, quanto de qualificação profissional e de técnico de nível médio. O que diferencia os tipos de cursos é o tempo de duração e, conseqüentemente, a profundidade do conhecimento compartilhado. As durações são, respectivamente: 2 meses; 5 meses e 2 anos. Os 10 primeiros cursos estão divididos da seguinte forma: Capacitação²¹ (Informática básica, Manicure e pedicure, Técnica de atendimento ao cliente, Inglês básico, Redação técnica, Informática para o trabalho); Qualificação profissional (Cuidador de idoso, Assistente administrativo e Inglês básico) e Técnico de nível médio (Cooperativismo e Logística), ver gráfico 8.

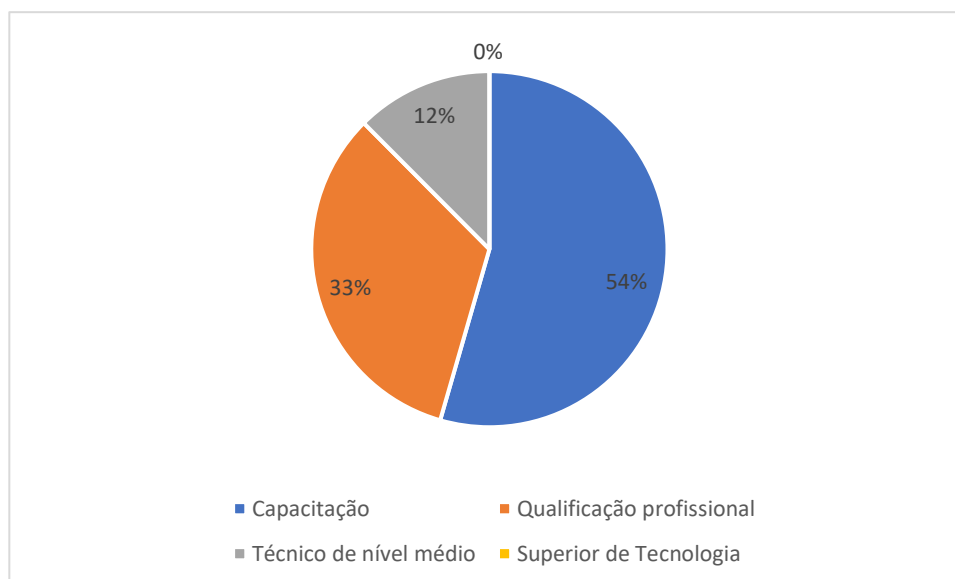
²¹ Os cursos de capacitação e qualificação profissional são considerados cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), instituído pelo Decreto 5.154/04. Compreendem as ofertas de capacitação, de aperfeiçoamento, de especialização e de atualização profissional e tem como objetivo o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social. São considerados cursos de capacitação aqueles que possuem carga horária entre 40 e 156 horas e cursos de qualificação profissional aqueles com carga horária entre 160 e 400 horas. No entanto, para fins de pagamento do setor público à OS, foi definido no contrato de gestão, 100 horas para os cursos de capacitação e 200 horas para os cursos de qualificação profissional. Os cursos técnicos de nível médio compreendem as habilitações técnicas e objetivam garantir a formação técnico-profissional numa determinada ocupação existente no mercado de trabalho. Destinam-se a matriculados e egressos do ensino médio regular e pode conter de 800 a 1.559 horas de acordo com a Lei nº 11.741/08, no entanto, o Estado paga à OS por aluno/matricula, diferentemente das outras duas modalidades (SED, 2016).

Gráfico 8 – *Ranking dos Cursos Ofertados - IBRACEDS*

Fonte: IBRACEDS (2020).

De acordo com o levantamento realizado, a maior parte dos cursos ofertados são do tipo capacitação, com 4.456 vagas, o que equivale a 54%. Ver gráfico 9. Em seguida os cursos de qualificação profissional, com 2.706 vagas, representando 33% do total. Por último o curso técnico de nível médio com 1020 vagas, o que representa 12%. Fazendo uma análise sob a ótica dos conceitos abordados por Platão (2019) em que o conhecimento proporciona liberdade e o conceito de desigualdade e exclusão abordado por Santos (2006), tendo a maioria dos cursos ofertados enquadrados no tipo capacitação, com duração de 100 horas, mesmo sendo cursos como informática básica e inglês básico, com um tempo tão curto, será possível transmitir conhecimento aos alunos a ponto de lhes proporcionar liberdade? Ou será que esses cursos são para reforçar a desigualdade, mantendo as pessoas no nível mais baixo do sistema hierárquico de integração social, dando um pouquinho de conhecimento, mas não o suficiente para que eles queiram mudar a sua condição?

Gráfico 9 – Tipos de Cursos Ofertados - IBRACEDS



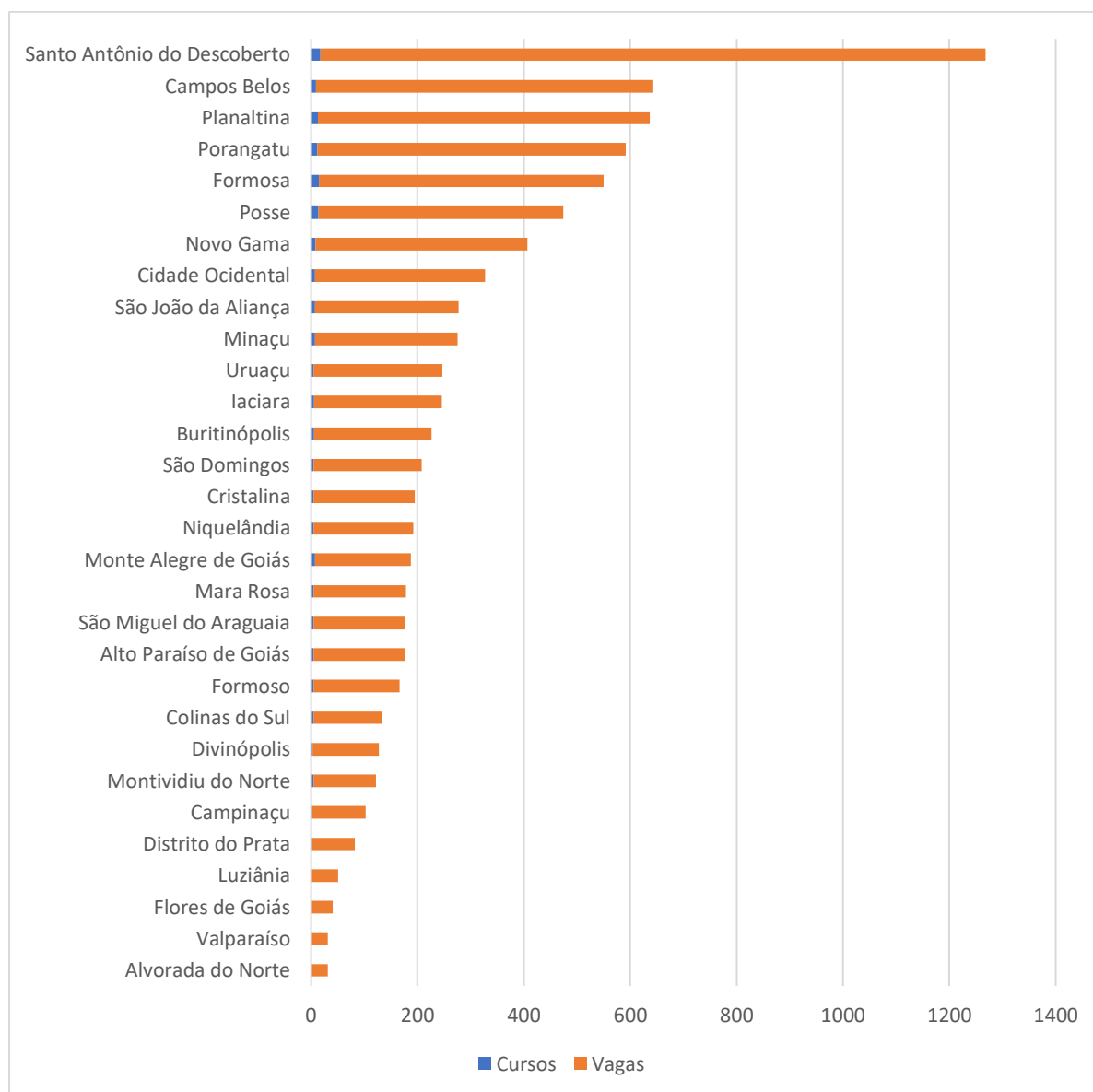
Fonte: IBRACEDS (2020).

O mesmo questionamento pode ser feito sobre os cursos de qualificação profissional (Cuidador de idoso, Assistente administrativo e Inglês básico). Com esses cursos, quando essas pessoas vão conseguir sair da condição de subalternos, ou seja, ter a possibilidade de emancipação social? O tipo de curso que mais poderia proporcionar a emancipação social apresentada por Santos (2006) seriam os cursos de técnico de nível médio, mas apenas 1020 vagas foram ofertadas durante todo o ano de 2019. O percentual de

disponibilização desse tipo de curso é pequeno perante a quantidade de pessoas que vivem à margem da sociedade, apesar de ser o curso que mais prepara para o mercado de trabalho e, conseqüentemente, o que mais possibilita conseguir acesso ao emprego formal e melhorar a sua renda. Como afirma Sen (2010, p.20), as “(...) facilidades econômicas (na forma de oportunidades de participação no comércio e na produção) podem ajudar a gerar a abundância individual, além de recursos públicos para os serviços sociais. (...)”

Seguindo a análise dos dados, os cursos ofertados pelos ITEGOs da regional 1, IBRACEDS, atenderam a 30 municípios goianos, principalmente nas regiões norte e leste do Estado. No gráfico 10 é possível visualizar as cidades nas quais a oferta de cursos foi maior. Para este trabalho, restringimos a análise dos cursos ofertados e o perfil do município das primeiras cinco cidades do ranking, sendo elas: Santo Antônio do Descoberto; Campos Belos; Planaltina; Porangatu e Formosa. As informações referentes aos municípios, e que são apresentadas a seguir, foram coletadas no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB).

Gráfico 10 – Quantidade de cursos e vagas ofertados nos municípios - IBRACEDS



Fonte: IBRACEDS (2020).

Santo Antônio do Descoberto e Planaltina estão situados na região leste do Estado e Campos Belos na região norte. Mesmo estando em regiões diferentes, são muito semelhantes em alguns quesitos, ver quadro 7, abaixo. As três cidades possuem os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH)²² municipal da amostra, os menores percentuais

²² “O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) compara indicadores de países nos itens riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros, com o intuito de avaliar o bem-estar de uma população, especialmente das crianças. Varia de zero a um e é divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) em seu relatório anual. Na divulgação feita em novembro de 2007, com dados referentes a 2005, o Brasil pela primeira vez alcançou o nível 0,80, passando a integrar o grupo de países com

de pessoas ocupadas (taxa de ocupação) e os menores PIBs²³, ou seja, cidades muito pobres, tanto no sentido econômico quanto no sentido de bem estar da população. A porcentagem de pessoas que recebem até um salário-mínimo em Santo Antônio do Descoberto é de 36,7%, em Campos Belos é de 40,8% e em Planaltina de 36,5%, os maiores da amostra. Esses percentuais são consideráveis se levados em consideração a renda média do trabalhador que é de 1,9 salário nos dois primeiros municípios e de 2,3 salários em Planaltina. Ao cruzarmos as informações referentes ao IDHM, a taxa de ocupação, o percentual de pessoas que recebem até um salário mínimo e a renda média do trabalhador é possível verificar que a desigualdade de renda nesses municípios é grande, principalmente em Planaltina o qual tem a maior média salarial dos trabalhadores, em contrapartida, a menor taxa de ocupação. Nesse ponto, Campos Belos também se destaca por apresentar o maior percentual de pessoas que recebem até meio salário-mínimo.

Quadro 7 – Dados dos municípios – IBRACEDS

	Santo Antônio do Descoberto	Campos Belos	Planaltina	Porangatu	Formosa
População	75.829	20.007	90.640	45.633	123.684
Localização	leste	norte	leste	norte	leste
Distância da capital (km)	176	601	258	395	283
IDHM	0,665	0,692	0,669	0,727	0,744
Pessoas ocupadas	6.305	2.670	7.218	6.771	17.591
Taxa de ocupação	8,6%	13,5%	8,1%	15,0%	14,7%
Renda média - trabalhador (salários)	1,9	1,9	2,3	1,8	2,1
Recebem até 1/2 salário	36,7%	40,8%	36,5%	35,3%	34,1%
Habitante área urbana	90%	88%	95%	84%	92,0%
Habitante área rural	10%	12%	5%	16%	8,0%
PIB per capita (R\$)	9.088,44	13.220,69	11.448,85	20.344,43	19.918,60
Participação das atividades no PIB do município					
Agropecuária	3%	6%	7%	15%	7%
Indústria	7%	6%	10%	14%	12%
Serviços	42%	54%	45%	50%	59%

Fonte: IBGE (2020) e IMB (2020).

IDH elevado. Países com IDH até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano baixo, e os com índices entre 0,50 e 0,799 são considerados de desenvolvimento humano médio” (SOUZA, 2008, p.1)

²³ O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano. O PIB per capita é a divisão do PIB pelo número de habitantes, ou seja, o que caberia a cada indivíduo caso todos recebesse partes iguais. Esse indicador econômico ajuda a compreender um país no sentido econômico, mas não mostra questões como distribuição de renda, qualidade de vidas, educação e saúde. (IBGE, 2020a)

Os outros municípios da amostra, Porangatu e Formosa, apesar de estarem em regiões diferentes do Estado, norte e leste, respectivamente, assemelham-se com os IDHMs, as taxas de ocupação e os PIBs mais altos da amostra, ver quadro 7. Não apresentaram as maiores médias salariais dos trabalhadores, mas apresentaram os menores percentuais de pessoas que recebem até maio salário mínimo, o que é positivo, principalmente quando consideramos também os valores de IDHM, o PIB e a taxa de ocupação dessas regiões, mostrando que a desigualdade social é menor em comparação com os outros municípios da amostra.

Outra semelhança se dá pelo maior percentual de industrialização, 14% e 12% respectivamente. Mediante esses dados, percebe-se que são municípios mais bem desenvolvidos, contudo, por motivos diferentes. Porangatu é uma das principais cidades da região norte, possui a maior participação agrícola da amostra e a maior parcela de pessoas que ainda vivem em área rural. Já Formosa sustenta seu desenvolvimento estimulado pela proximidade da capital do país, o Distrito Federal.

Então, observamos dois grupos de municípios com características diferentes, um menos e o outro mais desenvolvido. É louvável que os três municípios do primeiro grupo, Santo Antônio do Descoberto; Campos Belos e Planaltina estejam entre os cinco primeiros lugares no ranking das cidades em que mais foram ofertados cursos, já que são desprovidos de recursos e de investimentos. Por outro lado, os municípios do segundo grupo (os mais desenvolvidos), Porangatu e Formosa, também precisam ser atendidos. Sendo assim, é possível dizer que, com relação à quantidade de cursos ofertados, essa ação pública (exercida por meio da gestão da OS) é positiva. No entanto, em relação à efetividade apresentada por Jannuzzi (2016) é possível dizer que é positiva também? Ou seja, os cursos ofertados estão em consonância à realidade local e proporciona capacidade de mudança socioeconômica proporcionada aos alunos? É o que investigaremos a seguir nos quadros 8, 9 e 10.

Quadro 8 – Cursos em Santo Antônio do Descoberto, Campos Belos e Planaltina – IBRACEDS

	TIPO	CURSO	VAGAS
Santo Antônio do Descoberto	Capacitação	Conservação de alimentos	120
	Capacitação	Modelista de roupas	90
	Capacitação	Desenhista de modas	60
	Capacitação	Empreendedorismo cooperativo	60
	Capacitação	Produtor de eventos de moda	60
	Capacitação	Vitrinista básico	60
	Capacitação	Empreendedorismo	30
	Capacitação	Gestão de recursos humanos	30
	Capacitação	Preparador de massas	30
	Qualificação profissional	Alimentos e bebidas	164
	Qualificação profissional	Agronegócio	82
	Qualificação profissional	Controle de estoque	82
	Qualificação profissional	Logística reversa	82
	Técnico de Nível Médio	Cooperativismo	90
	Técnico de Nível Médio	Logística	90
	Técnico de Nível Médio	Alimentos	40
	Técnico de Nível Médio	Modelagem e vestuário	40
	Técnico de Nível Médio	Produção de moda	40
Campos Belos	Capacitação	Confeitagem de bolos artísticos	90
	Capacitação	Marketing digital	80
	Capacitação	Preparação de salgados	65
	Capacitação	Departamento Pessoal	60
	Capacitação	Empreendedorismo	60
	Capacitação	Horta orgânica	60
	Capacitação	Crochê avançado	55
	Qualificação profissional	Assistente administrativo	82
	Qualificação profissional	Eletricista	82
Planaltina	Capacitação	Confeitagem de bolos artísticos	50
	Capacitação	Design de sobancelhas	50
	Capacitação	Inglês básico	50
	Capacitação	Maquiagem profissional	50
	Capacitação	Massagista	50
	Capacitação	Excel intermediário	40
	Capacitação	Informática para o trabalho	40
	Capacitação	Manicure e pedicure	40
	Qualificação profissional	Assistente administrativo	82
	Qualificação profissional	Cuidador de idosos	82
	Qualificação profissional	Eletricista	30
	Qualificação profissional	Encanador	30
	Qualificação profissional	Pedreiro	30

Fonte: IBRACEDS (2020).

O Município de Santo Antônio do Descoberto é atendido pelo ITEGO Sarah Luísa Lemos Kubitscheck de Oliveira e ficou em primeiro lugar no ranking de maior oferta de cursos. Os cursos disponibilizados mostram certa possibilidade de continuidade visto que os alunos podem iniciar por um curso de capacitação (mais superficial) com 100h/a, passando por um curso de qualificação profissional (de aprofundamento médio) com 200h/a e finalizar com um curso técnico de nível médio com duração de dois anos. Analisando o quadro 8 é percebemos que os alunos podem usufruir desses cursos em três áreas distintas: alimentar; moda e agronegócio. Dentro da área alimentar o aluno tem a oportunidade de começar pelo curso de capacitação de conservação de alimentos, passar pelo curso de qualificação de alimentos e bebidas e finalizar pelo curso técnico de nível médio de alimentos.

Na área de moda o aluno tem a oferta de quatro cursos diferentes de capacitação, modelista de roupas; desenhista de modas; produtor de eventos de moda e vitrinista básico, além de complementar com outros cursos que podem capacitá-lo na gestão do negócio como empreendedorismo e gestão de recursos humanos. Após cursar os cursos de capacitação, os alunos podem se inscrever no curso técnico de nível médio em modelagem e vestuário ou produção de moda.

Já na área do agronegócio o aluno tem a possibilidade de iniciar pelo curso de capacitação em empreendedorismo cooperativo, seguir para o curso de qualificação profissional em agronegócio e, em sequência, cursar técnico de nível médio em cooperativismo. Ressalta-se que são cursos muito importantes, principalmente para o fortalecimento da agricultura familiar.

Os cursos oferecidos nessas três áreas têm a sua importância no sentido de capacitar pessoas tanto para trabalhar em empresas da região como em ter o próprio empreendimento, proporcionando um pouco mais de independência ao aluno.

Outro aspecto importante a ser considerado ainda acerca desse município se refere ao percentual de tipos de cursos ofertados, ver quadro 9. Santo Antônio do Descoberto é o único entre os três municípios mais desassistidos que possui certo equilíbrio entre a oferta de cursos de capacitação (43%), de qualificação profissional (33%) e de técnico de nível médio (24%), apesar de também não ter nenhum curso superior de tecnologia. Os outros dois municípios do grupo, Planaltina e Campos Belos, ofertaram somente cursos de capacitação e qualificação profissional, com uma porcentagem maior para o primeiro tipo de curso. Quanto aos cursos oferecidos, Campos Belos, apesar de estar em segundo lugar no *ranking*, ofereceu quase a metade dos cursos em comparação ao ITEGO de Santo Antônio do Descoberto, no entanto, se consideramos o número de habitantes, a quantidade de vagas ofertadas em

Campos Belos representa 3,16%, enquanto a quantidade de vagas disponibilizadas em Santo Antônio do Descoberto representa 1,64%.

Quadro 9 – Tipos de Cursos Ofertados – IBRACEDS

	Santo Antônio do Descoberto	Campos Belos	Planaltina	Porangatu	Formosa
Capacitação	43%	74%	59%	39%	66%
Qualificação profissional	33%	26%	41%	21%	11%
Técnico de Nível Médio	24%	0%	0%	40%	22%
Superior de Tecnologia	0%		0%	0%	0%

Fonte: IBRACEDS (2020).

Campos Belos é atendido pelo COTEC ligado ao ITEGO Carmem Dutra de Araújo, com sede em Formosa, e apesar de ter mostrado um desempenho melhor do que o município apresentado anteriormente, em relação à quantidade de vagas por habitante, o mesmo desempenho não se mostra em relação à efetividade.

Os cursos de característica mais superficial (capacitação), principalmente pela quantidade de horas, representam 74% do volume ofertado e os outros 26% da oferta são de cursos de qualificação profissional. Quanto aos cursos propriamente dito, a qualidade apresentada pelo ITEGO do município de Santo Antônio do Descoberto também não se repete no município de Campos Belos. A única área na qual o aluno pode ter uma sequência nos estudos é a área empresarial, mesmo assim, só consegue sair de um curso de 100 horas (departamento pessoal) para um de 200h (assistente administrativo). De qualquer forma, o aluno é capacitado para ser funcionário, não trazendo potencial de mudança na realidade socioeconômica, por se tratar de emprego com baixa remuneração com pouca possibilidade de crescimento.

O último município do grupo de menor desenvolvimento econômico e social, o terceiro no *ranking* dos municípios com mais oferta de cursos, é Planaltina. A cidade não possui ITEGO em seu território, mas é atendida por dois COTECs, um ligado ao ITEGO Carmem Dutra de Araújo, com sede em Formosa e o outro ligado ao ITEGO Sarah Luísa Lemos Kubitscheck de Oliveira, com sede em Santo Antônio do Descoberto.

Em Planaltina também não é ofertado nenhum curso técnico de nível médio, nem de nível superior de tecnologia, no entanto, há certo equilíbrio entre a oferta de cursos de capacitação e de qualificação profissional, 59% e 41%, respectivamente. Quanto à efetividade dos cursos, a percepção quanto à sequência nos estudos é a mesma observada em Campos Belos, somente para a área empresarial, saindo do curso de capacitação (Excel intermediário

e/ou informática para o trabalho) para o curso de qualificação profissional (assistente administrativo). Da mesma forma, não apresenta potencial de mudança na realidade socioeconômica do aluno. No entanto, vale pontuar os cursos de eletricista, encanador e pedreiro oferecidos no município, caso fossem de nível técnico até poderiam ensinar uma profissão, mas como são de apenas 200h se torna difícil passar todo o conhecimento necessário para formarem profissionais realmente capacitados. Logo abaixo, no quadro 10, veremos os cursos oferecidos nos outros municípios da amostra.

Quadro 10 – Porangatu e Formosa – IBRACEDS

	TIPO	CURSO	VAGAS
Porangatu	Capacitação	Inglês básico	70
	Capacitação	Excel intermediário	45
	Capacitação	Montagem e manutenção de computadores	44
	Capacitação	Administração de medicamentos	35
	Capacitação	Técnicas de atendimento ao cliente	35
	Qualificação profissional	Auxiliar de saúde bucal	94
	Qualificação profissional	Cadista para construção civil	27
	Técnico de Nível Médio	Enfermagem	70
	Técnico de Nível Médio	Cooperativismo	40
	Técnico de Nível Médio	Logística	40
	Técnico de Nível Médio	Qualidade	40
	Técnico de Nível Médio	Zootecnia	40
Formosa	Capacitação	Atendente de farmácia	60
	Capacitação	Espanhol básico	30
	Capacitação	Inglês básico	30
	Capacitação	Manicure e pedicure	30
	Capacitação	Maquiagem	30
	Capacitação	Práticas ambientais	30
	Capacitação	Corte e costura	25
	Capacitação	Garçon	25
	Capacitação	Preparação de doces e conservas	25
	Capacitação	Quitandas e salgados	25
	Capacitação	Salgadeiro	25
	Capacitação	Informática para o trabalho	20
	Qualificação profissional	Inglês básico	60
	Técnico de Nível Médio	Lazer	40
	Técnico de Nível Médio	Logística	40
	Técnico de Nível Médio	Meio ambiente	40

Fonte: IBRACEDS (2020).

Adiante, seguimos para a análise dos cursos ofertados do segundo grupo de municípios da amostra da OS IBRACEDS, o grupo dos municípios mais desenvolvidos socioeconomicamente, composto por Porangatu e Formosa, ver quadro 10.

Porangatu é atendido pelo ITEGO Maria Sebastiana da Silva que ofereceu, no ano de 2019, tanto curso de capacitação, quanto curso de qualificação profissional e técnico de nível médio, nas proporções de 39%, 21% e 40%, respectivamente. De todos os municípios da amostra, é o que oferta mais cursos de técnico de nível médio, ou seja, entre os três tipos de cursos, o que possui maior probabilidade de mudança na realidade socioeconômica do aluno. Observa-se que não há uma correlação entre os cursos oferecidos em cada uma das modalidades (capacitação, qualificação e técnico de nível médio), ou seja, o aluno não consegue uma sequência de aprendizado em áreas específicas, no entanto, o ITEGO de Porangatu oferta alguns cursos interessantes ao observarmos o quesito efetividade.

Por ser um município da amostra com o maior número de habitante na área rural e ter uma participação considerável da agropecuária no PIB municipal, os cursos técnicos de nível médio em zootecnia e cooperativismo são importantes e relevantes para o município. Para o setor de serviços, os cursos de montagem e manutenção de computadores (capacitação); enfermagem (técnico de nível médio) e logística (técnico de nível médio) qualificam profissionais. Para o setor industrial, no qual Porangatu também se destaca entre os municípios da amostra, o ITEGO Maria Sebastiana da Silva também oferece vagas, entre elas o curso de cadista para construção civil (qualificação profissional), muito específico e importante para a área, o curso de qualidade (técnico de nível médio) e o próprio curso de logística (técnico de nível médio), tão importante para o escoamento da produção industrial e também agrícola.

Por fim, Formosa, o último município do grupo e também da amostra. A cidade é contemplada com o ITEGO Carmem Dutra de Araújo e oferece tanto cursos de capacitação, quanto cursos de qualificação e técnico de nível médio na proporção de 66%, 11% e 22%, sendo os cursos de capacitação a sua maioria. A única área na qual os alunos podem ter uma sequência de aprendizado é a ambiental, começando com pelo curso de práticas ambientais (capacitação) e seguindo para o curso de meio ambiente (técnico de nível médio). Para os demais cursos não há uma correlação entre eles.

Em relação às demandas do município, há vários cursos de capacitação voltados ao setor de serviços, os quais são de maior impacto no PIB municipal, entre eles os cursos voltados para beleza e alimentação, contudo, não apresentam potencial de mudança significativa na vida dos alunos, salvo o curso técnico de nível médio em logística.

3.2.2.2 FAESPE

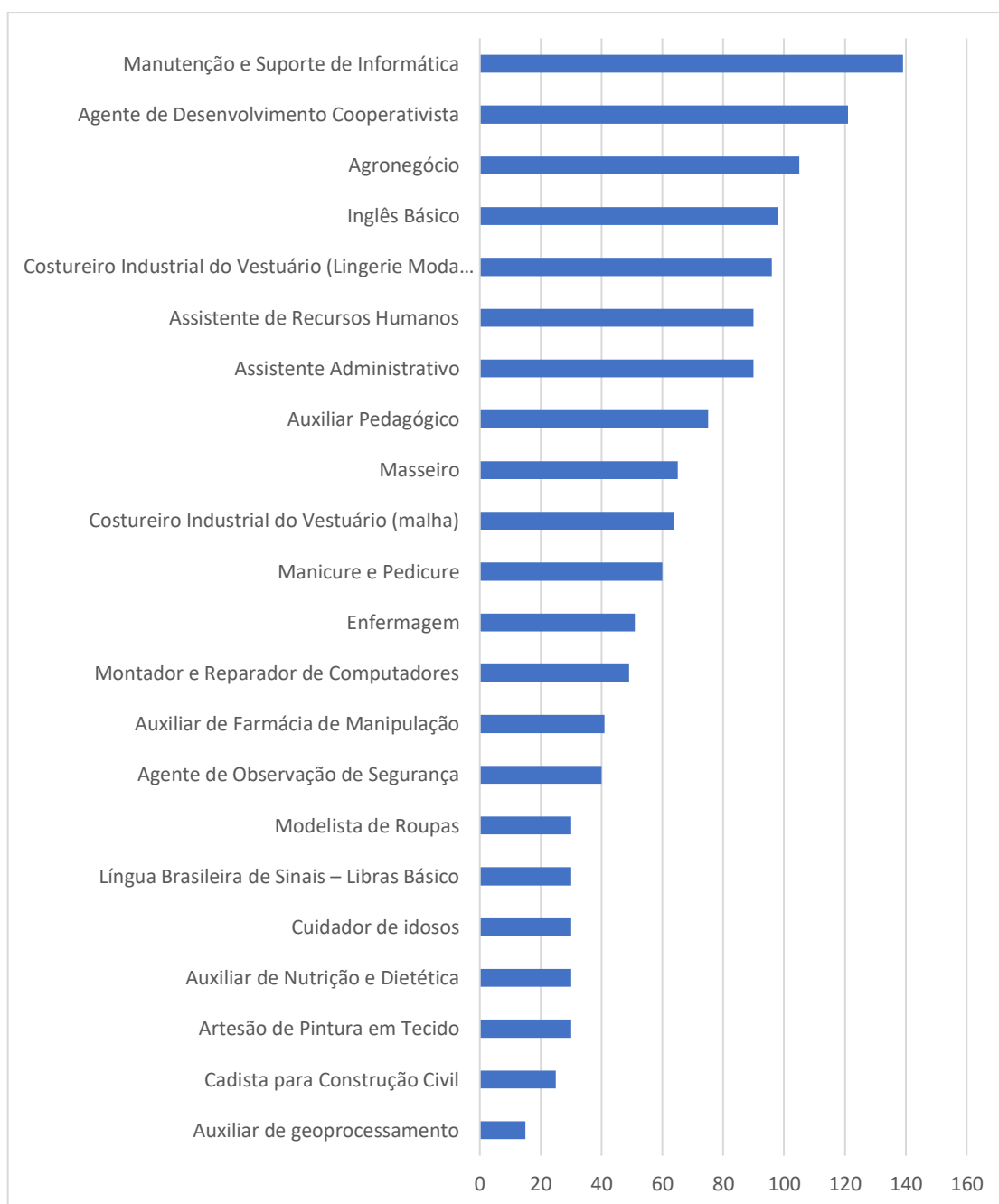
A Fundação Antares de Ensino Superior, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (FAESPE) celebrou com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação (SEDI) o Contrato de Gestão nº 05/2017-SED em atendimento ao Chamamento Público nº 006/2016-SED, assumindo seis ITEGOs e treze COTECs vinculados à Regional 2, ver quadro 4 e anexo III.

Para a análise da efetividade da gestão da OS em relação aos cursos presenciais ofertados por meio dos ITEGOs e COTECs vinculados à regional de sua responsabilidade, foram coletados dados dos 7 editais de divulgação de cursos publicados no ano de 2019, muito diferente dos 57 editais publicados no mesmo ano pela OS IBRACEDS, abordada anteriormente. De acordo com as informações obtidas no portal de transparência da OS, a FAESPE só começou a publicar os editais de seleção de alunos para cursos presenciais, em 2019, no mês de setembro, especificamente com o edital 001/2019 publicado no dia 09/09/2019.

Os ITEGOs que estão sob gestão da FAESPE ofereceram, no ano de 2019, 21 cursos diferentes, totalizando 1.374 vagas ofertadas. No gráfico 11, abaixo, é possível verificar todos os cursos ofertados, porém, para fazer a análise proposta neste trabalho, concentramos aos 10 primeiros cursos do ranking. Esses cursos são do tipo qualificação profissional e de técnico de nível médio, não havendo oferta de cursos de capacitação.

Como dito anteriormente, o que diferencia os tipos de cursos é o tempo de duração e, conseqüentemente, a profundidade do conhecimento compartilhado. As durações são, respectivamente: 2 meses; 5 meses e 2 anos. Os 10 primeiros cursos estão divididos da seguinte forma: Qualificação profissional²⁴ (Agente de Desenvolvimento Cooperativista, Assistente Administrativo; Assistente de Recursos Humanos; Auxiliar Pedagógico; Costureiro Industrial do Vestuário - Lingerie Moda Praia; Costureiro Industrial do Vestuário - Malha, Inglês Básico e Masseiro) e Técnico de nível médio (Agronegócio e Manutenção e Suporte de Informática).

²⁴ Os cursos de capacitação e qualificação profissional são considerados cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), instituído pelo Decreto 5.154/04. Compreendem as ofertas de capacitação, de aperfeiçoamento, de especialização e de atualização profissional e tem como objetivo o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social. São considerados cursos de capacitação aqueles que possuem carga horária entre 40 e 156 horas e cursos de qualificação profissional aqueles com carga horária entre 160 e 400 horas. No entanto, para fins de pagamento do setor público à OS, foi definido no contrato de gestão, 100 horas para os cursos de capacitação e 200 horas para os cursos de qualificação profissional. Os cursos técnicos de nível médio compreendem as habilitações técnicas e objetivam garantir a formação técnico-profissional numa determinada ocupação existente no mercado de trabalho. Destinam-se a matriculados e egressos do ensino médio regular e pode conter de 800 a 1.559 horas de acordo com a Lei nº 11.741/08, no entanto, o Estado paga à OS por aluno/matricula, diferentemente das outras duas modalidades (SED, 2016).

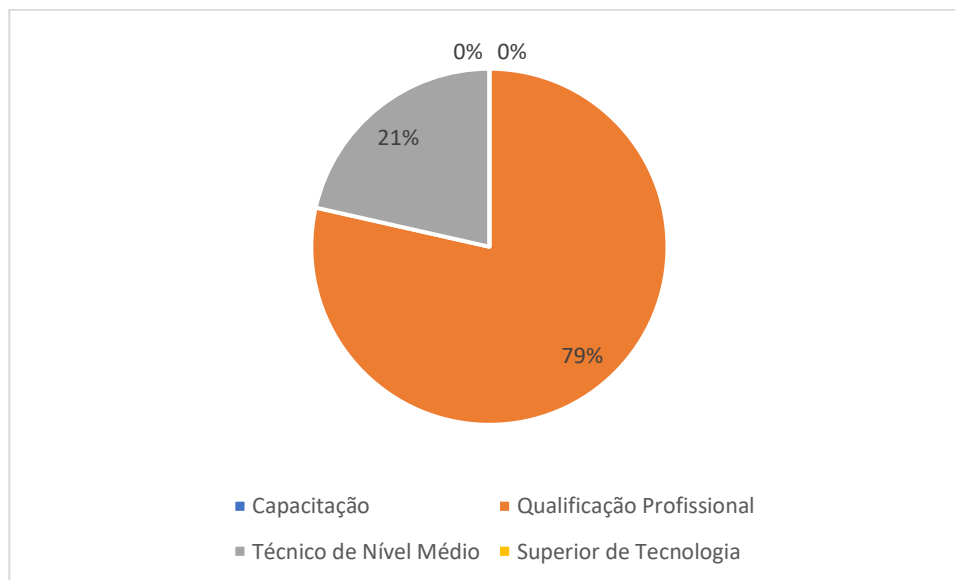
Gráfico 11 – *Ranking* dos Cursos Ofertados - FAESPE

Fonte: FAESPE (2020).

De acordo com o levantamento realizado, a maior parte dos cursos ofertados é do tipo qualificação profissional, 1.079 vagas, o que equivale a 79%. Em seguida aparece os cursos de técnico de nível médio com 295 vagas, representando 21% do total, ver gráfico 12. Apesar de oferecerem uma menor quantidade de cursos em comparação com a OS IBRACEDS, o percentual de cursos técnicos de nível médio é maior, quase o dobro. O que é positivo, pois são cursos que proporciona maior nível de conhecimento e segundo Platão (2019), o conhecimento proporciona liberdade. No entanto, apesar do percentual ser maior, a

quantidade de vagas ofertadas é consideravelmente menor, enquanto a OS IBRACEDS ofertou 1020 vagas em 2019, a FAESPE ofertou apenas 295 no mesmo ano. Considerando que a área de abrangência da OS FAESPE inclui seis ITEGOS e treze COTECs, esse número fica irrisório, levando em consideração a quantidade de pessoas que vivem em condições subalternas.

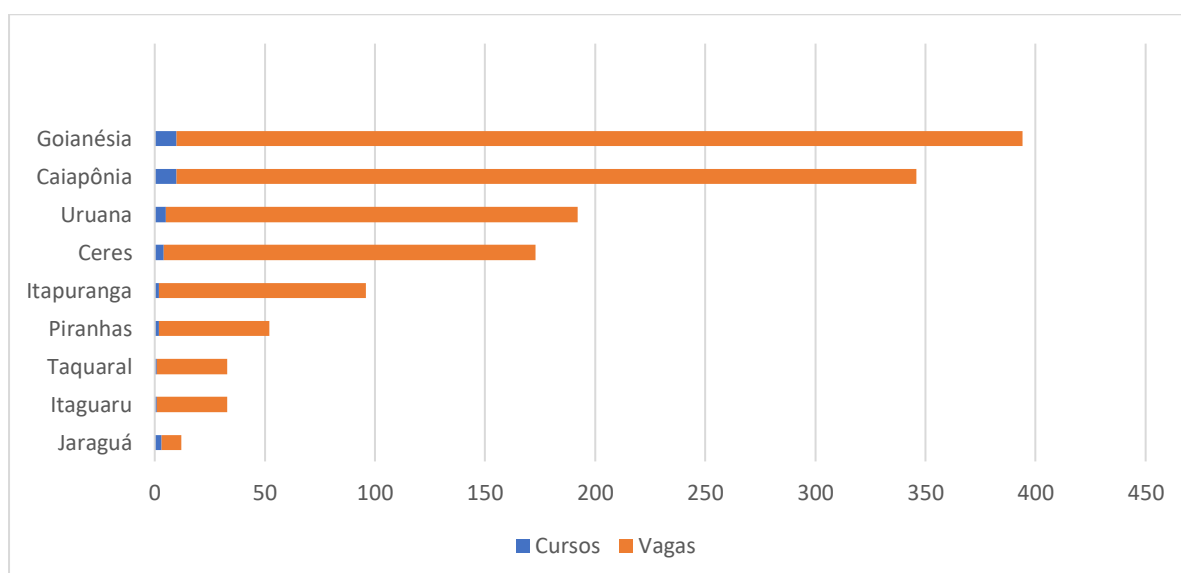
Gráfico 12 – Tipos de Cursos Ofertados - FAESPE



Fonte: FAESPE (2020).

Seguindo a análise dos dados, os cursos ofertados pelos ITEGOS da regional 2 (FAESPE) atenderam a 9 municípios goianos, principalmente nas regiões central e sul do Estado. No gráfico 13 é possível visualizar as cidades nas quais a oferta de cursos foi maior. Como nos resultados da OS anterior, restringimos a análise dos cursos ofertados e o perfil do município das primeiras cinco cidades do ranking, sendo elas: Goianésia; Caiapônia; Uruana; Ceres e Itapuranga. Da mesma forma, as informações referentes aos município, e apresentadas a seguir, foram coletadas no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e no site do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB).

Gráfico 13 – Quantidade de cursos e vagas ofertados nos municípios - FAESPE



Fonte: FAESPE (2020).

Os municípios de Goianésia e Ceres, ambos na região central do Estado, apesar de terem tamanho populacional bem diferentes, possuem algumas semelhanças, entre elas o IDH²⁵ que em Goianésia é 0,727 e em Ceres 0,775, sendo considerados municípios de médio desenvolvimento humano, o que não é ruim, uma vez que a partir de 0,8 é considerado IDH alto, ou seja, município de bem-estar populacional elevado. As taxas de ocupação também são as mais elevadas da amostra, 24,3% em Goianésia e 29,5% em Ceres, ver quadro 11.

Outra característica incomum se refere a quantidade de habitantes em área urbana, os maiores da amostra, além de possuírem o setor de serviço e a indústria com participação semelhante no PIB²⁶ dos municípios. Cruzando as informações relacionadas ao IDHM, a taxa de ocupação, a renda média do trabalhador, a porcentagem de pessoas que recebem até meio salário mínimo e o PIB, é possível dizer que a desigualdade socioeconômica não é tão elevada, o que não pode ser dito em relação ao município de Caiapônia, por exemplo.

²⁵ “O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) compara indicadores de países nos itens riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros, com o intuito de avaliar o bem-estar de uma população, especialmente das crianças. Varia de zero a um e é divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) em seu relatório anual. Na divulgação feita em novembro de 2007, com dados referentes a 2005, o Brasil pela primeira vez alcançou o nível 0,80, passando a integrar o grupo de países com IDH elevado. Países com IDH até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano baixo, e os com índices entre 0,50 e 0,799 são considerados de desenvolvimento humano médio” (Souza, 2008, p.1)

²⁶ O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano. O PIB per capita é a divisão do PIB pelo número de habitantes, ou seja, o que caberia a cada indivíduo caso todos recebesse partes iguais. Esse indicador econômico ajuda a compreender um país no sentido econômico, mas não mostra questões como distribuição de renda, qualidade de vidas, educação e saúde. (IBGE, 2020a)

Quadro 11 – Dados dos municípios – FAESPE

	Goianésia	Caiapônia	Uruana	Ceres	Itapuranga
População	71.075	19.107	13.818	22.306	25.681
Localização	centro	sul	centro	centro	centro
Distância da capital (km)	168	327	147	173	153
IDHM	0,727	0,693	0,703	0,775	0,726
Pessoas ocupadas	16.758	1579	1.165	6.506	3.417
Taxa de ocupação	24,3%	8,4%	8,4%	29,5%	13,2%
Renda média - trabalhador (salários)	2,1	2,6	2	2,3	1,8
Recebem até 1/2 salário	31,0%	37,8%	37,3%	30,5%	34,8%
Habitante área urbana	93%	73%	81%	96%	81%
Habitante área rural	7%	27%	19%	4%	19%
PIB (R\$)	19.655,61	33.657,19	15.016,68	23.981,17	15.419,78
Participação das atividades no PIB do município					
Agropecuária	8%	56%	28%	3%	20%
Indústria	19%	5%	5%	15%	7%
Serviços	50%	26%	39%	63%	46%

Fonte: IBGE (2020) e IMB (2020).

Caiapônia está situado na região sul do Estado e possui semelhança com os outros dois municípios da amostra, Uruana e Itapuranga, ambos situados na região central. As maiores semelhanças dos três municípios estão nas baixas taxas de ocupação, 8,4% nos municípios de Caiapônia e Uruana e 13,2% em Itapuranga, além dos mais altos índices de pessoas que recebem até meio salário mínimo (37,8%; 37,3% e 34,8% respectivamente), assim como uma quantidade considerável de pessoas habitando em área rural.

Analisando esses dados e somando-se a eles a renda média do trabalhador e o IDHM, pode-se inferir que Caiapônia é o município da amostra que possui a maior desigualdade socioeconômica, seguido de Uruana e na sequência Itapuranga. Dividindo os municípios da amostra em dois grupos, o primeiro grupo com os municípios mais desenvolvidos e o segundo com os municípios de menor desenvolvimento socioeconômico, ficará da seguinte forma: primeiro grupo (Goianésia e Ceres) e segundo grupo (Caiapônia, Uruana e Itapuranga). No quadro 12 são mostrados os cursos ofertados nos municípios de Goianésia e Ceres.

Quadro 12 – Cursos em Goianésia e Ceres – FAESPE

	TIPO	CURSO	VAGAS
Goianésia	Qualificação Profissional	Agente de Desenvolvimento Cooperativista	41
	Qualificação Profissional	Agente de Observação de Segurança	40
	Qualificação Profissional	Assistente de Recursos Humanos	30
	Qualificação Profissional	Auxiliar de Farmácia de Manipulação	41
	Qualificação Profissional	Auxiliar de Nutrição e Dietética	30
	Qualificação Profissional	Cadista para Construção Civil	25
	Qualificação Profissional	Cuidador de idosos	30
	Qualificação Profissional	Inglês Básico	98
	Qualificação Profissional	Manicure e Pedicure	15
	Qualificação Profissional	Montador e Reparador de Computadores	34
Ceres	Qualificação Profissional	Artesão de Pintura em Tecido	15
	Qualificação Profissional	Manicure e Pedicure	15
	Técnico de Nível Médio	Manutenção e Suporte de Informática	139

Fonte: FAESPE (2020).

Na sequência, analisaremos a efetividade dos cursos por meio da aderência à realidade local e à capacidade de mudança socioeconômica na vida dos alunos em cada um dos municípios da amostra, iniciando com o grupo um pouco mais desenvolvido, Goianésia e Ceres.

Goianésia é atendida pelo ITEGO Governador Otávio Lage e ficou em primeiro lugar no ranking de mais oferta de cursos. A totalidade dos cursos oferecidos é do tipo qualificação profissional, de 200h/a, por isso não possibilita aos alunos um aprofundamento no conhecimento de alguma área em específico, ver quadro 13. Os cursos ofertados servem tanto ao segmento de serviços, quanto a indústria e a agropecuárias (ver quadro 12), no entanto, não são cursos que possibilitam uma mudança significativa na realidade socioeconômica dos alunos, o que é negativo. Por ser o município mais populoso da amostra, os cursos deveriam ter mais efetividade.

Já em Ceres a realidade é diferente, apesar de ofertados poucos cursos e vagas, 82% da oferta é do tipo técnico de nível médio o que aumenta a possibilidade mudança na realidade dos alunos, no entanto, a quantidade de vagas oferecidas é irrisória mediante a quantidade de pessoas que estão à margem da sociedade, atende apenas a 0,75% da população do município.

Quadro 13 – Tipos de Cursos Ofertados – FAESPE

	Goianésia	Ceres	Caiapônia	Uruana	Itapuranga
Capacitação	0%	0%	0%	0%	0%
Qualificação profissional	100%	12%	85%	60%	68%
Técnico de Nível Médio	0%	82%	15%	40%	32%
Superior de Tecnologia	0%	0%	0%	0%	0%

Fonte: FAESPE (2020).

Seguindo a análise de efetividade dos cursos ofertados nos municípios da amostra, verificaremos os municípios que se enquadram no grupo dos menos desenvolvidos: Caiapônia, Uruana e Itapuranga, ver quadro 14.

Em Caiapônia, a maioria dos cursos ofertados é do tipo qualificação profissional (85%) e uma pequena parcela do tipo técnico de nível médio, 15%. Considerando a quantidade de cursos ofertados e a população do município, os cursos técnicos de nível médio representam 0,26%, assim como no município anterior, quantidade de oferta irrisória considerando a população da cidade. Os cursos oferecidos em Caiapônia, em sua maioria, com exceção do curso técnico de nível médio em enfermagem, não possibilitam conhecimento suficiente para que os alunos possam mudar a sua realidade socioeconômica, seja pelo pouco tempo de curso (200h/a) seja pela essência do curso que está mais voltado para manutenção do *status quo* do que de formar indivíduos pensantes e agentes da sua própria realidade.

Quadro 14 – Cursos em Caiapônia, Uruana e Itapuranga – FAESPE

	TIPO	CURSO	VAGAS
Caiapônia	Qualificação Profissional	Agente de Desenvolvimento Cooperativista	40
	Qualificação Profissional	Assistente Administrativo	60
	Qualificação Profissional	Assistente de Recursos Humanos	30
	Qualificação Profissional	Auxiliar de Geoprocessamento	15
	Qualificação Profissional	Auxiliar Pedagógico	30
	Qualificação Profissional	Língua Brasileira de Sinais – Libras Básico	30
	Qualificação Profissional	Manicure e Pedicure	30
	Qualificação Profissional	Masseiro	35
	Qualificação Profissional	Montador e Reparador de Computadores	15
	Técnico de Nível Médio	Enfermagem	51
Uruana	Qualificação Profissional	Agente de Desenvolvimento Cooperativista	20
	Qualificação Profissional	Artesão de Pintura em Tecido	15
	Qualificação Profissional	Auxiliar Pedagógico	45
	Qualificação Profissional	Costureiro Industrial do Vestuário	32
	Técnico de Nível Médio	Agronegócio	75
Itapuranga	Qualificação Profissional	Costureiro Industrial do Vestuário (Lingerie Moda Praia)	32
	Qualificação Profissional	Costureiro Industrial do Vestuário (Malha)	32
	Técnico de Nível Médio	Agronegócio	30

Fonte: FAESPE (2020).

Uruana e Itapuranga seguem o mesmo perfil de Caiapônia, tendo a maioria dos cursos ofertados do tipo qualificação profissional, no entanto, apresentam uma porcentagem maior de oferta de cursos técnico de nível médio, 40% e 32%, respectivamente. Apesar disso, ao considerarmos a quantidade de vagas ofertada do tipo técnico de nível médio e a população do município, constatamos que, em Itapuranga, o percentual é ainda menor, 0,1%, ou seja, a quantidade ofertada é insuficiente para atender o município.

Já em Uruana esse percentual é um pouco maior, 0,54%, mesmo assim, representa menos de 1% da quantidade de pessoas no município. No município os alunos ainda podem seguir uma sequência nos estudos, iniciando o curso de qualificação profissional em agente de desenvolvimento cooperativista e chegando ao curso técnico de nível médio em agronegócio. Fato que não pode ser observado em Itapuranga, onde os cursos de tipos diferentes não possuem qualquer relação, ver quadro 14, acima.

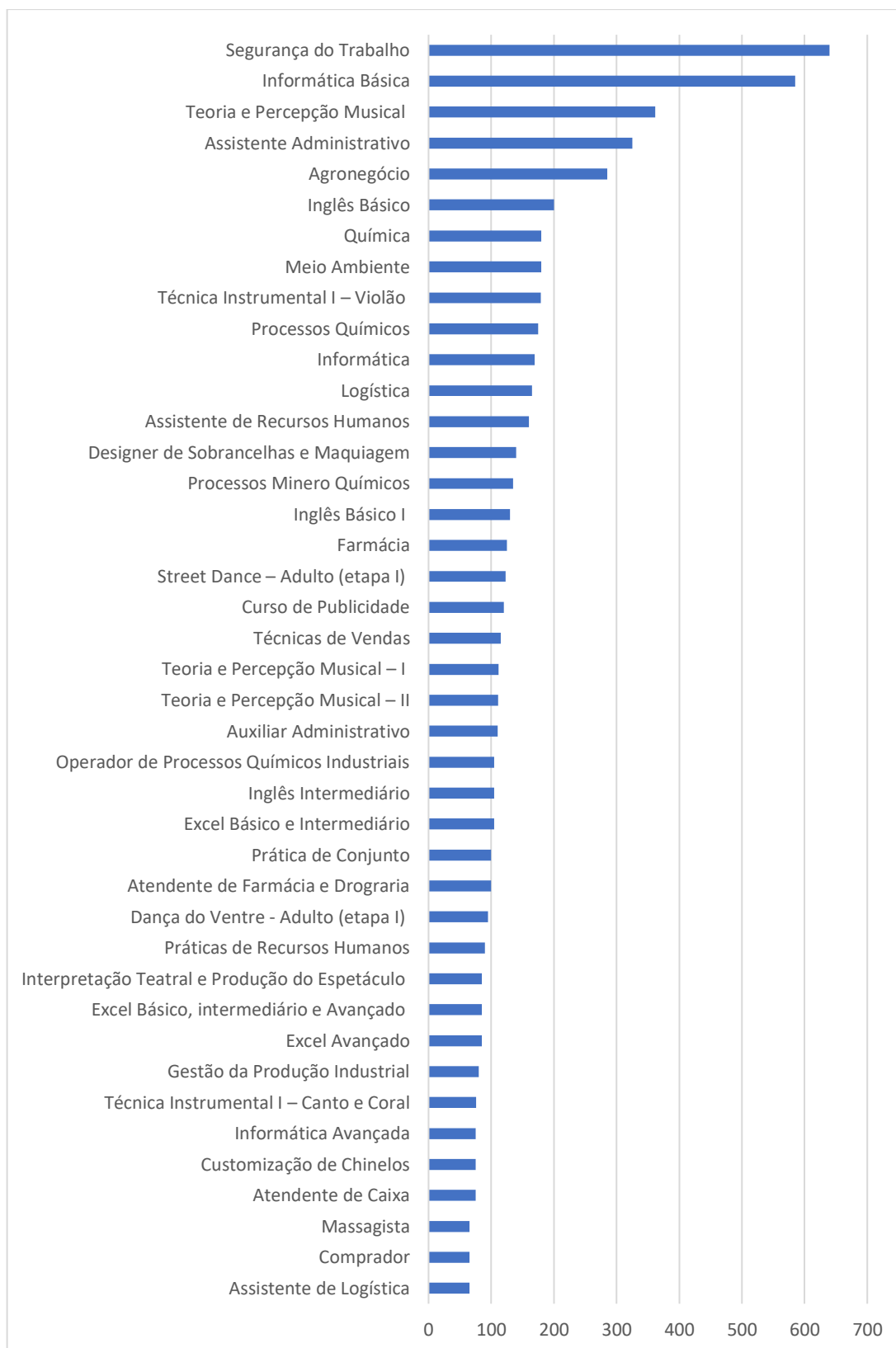
3.2.2.3 REGER

O Instituto Reger de Educação, Cultura e Tecnologia (REGER) celebrou com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação (SEDI) o Contrato de Gestão nº 01/2017-SED em atendimento ao Chamamento Público nº 007/2016-SED, assumindo três ITEGOs e nove COTECs vinculados à Regional 3, ver quadro 4 e anexo III.

Para a análise da efetividade da gestão da OS em relação aos cursos presenciais ofertados por meio dos ITEGOs e COTECs vinculados à regional de sua responsabilidade foram coletados dados dos 59 editais de divulgação de cursos publicados no ano de 2019.

Os ITEGOs que estão sob gestão do REGER ofereceram, no ano de 2019, 212 cursos diferentes, totalizando 10.029 vagas ofertadas. No gráfico 14 é possível verificar os 40 cursos com mais vagas disponibilizadas, porém, para fazer a análise proposta neste trabalho, concentramos aos 10 primeiros cursos do ranking. Esses cursos são tanto do tipo capacitação, quanto de qualificação profissional, de técnico de nível médio e do tipo Superior de Tecnologia. O que diferencia os tipos de cursos é o tempo de duração e, conseqüentemente, a profundidade das conhecimentos compartilhado. As durações são, respectivamente: 2 meses; 5 meses; 2 anos e 3 anos. Os 10 primeiros cursos estão divididos da seguinte forma: Capacitação²⁷ (Informática Básica, Inglês Básico, Técnica Instrumental I – Violão e Teoria e Percepção Musical); Qualificação profissional (Assistente administrativo, Inglês básico, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho); Técnico de nível médio (Agronegócio, Meio Ambiente, Química e Segurança do Trabalho) e Superior de tecnologia (Processos Químicos).

²⁷ Os cursos de capacitação e qualificação profissional são considerados cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), instituído pelo Decreto 5.154/04. Compreendem as ofertas de capacitação, de aperfeiçoamento, de especialização e de atualização profissional e tem como objetivo o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social. São considerados cursos de capacitação aqueles que possuem carga horária entre 40 e 156 horas e cursos de qualificação profissional aqueles com carga horária entre 160 e 400 horas. No entanto, para fins de pagamento do setor público à OS, foi definido no contrato de gestão, 100 horas para os cursos de capacitação e 200 horas para os cursos de qualificação profissional. Os cursos técnicos de nível médio compreendem as habilitações técnicas e objetivam garantir a formação técnico-profissional numa determinada ocupação existente no mercado de trabalho. Destinam-se a matriculados e egressos do ensino médio regular e pode conter de 800 a 1.559 horas de acordo com a Lei nº 11.741/08, no entanto, o Estado paga à OS por aluno/matricula, diferentemente das outras duas modalidades (SED, 2016).

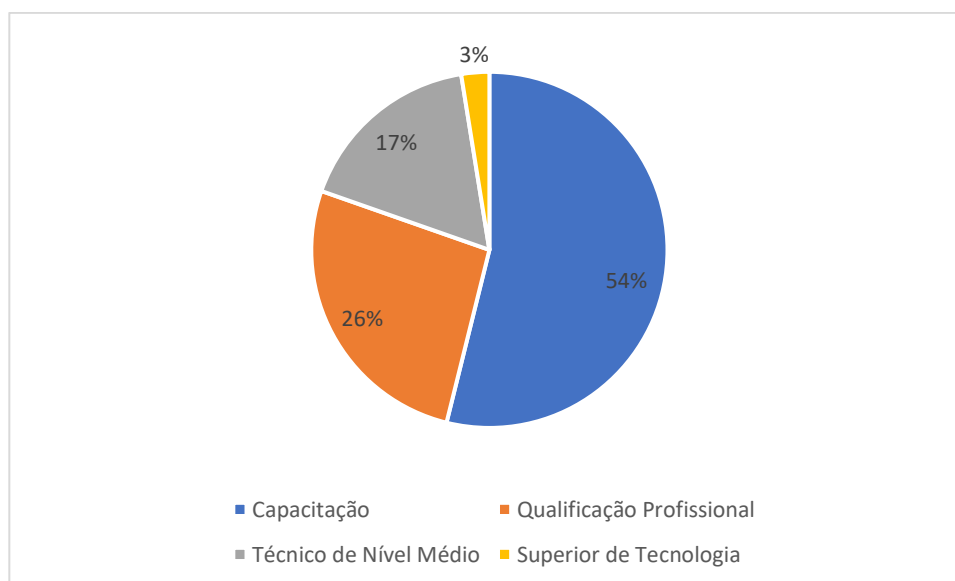
Gráfico 14 – *Ranking* dos Cursos Ofertados - REGER

Fonte: REGER (2020).

A maioria dos cursos ofertados são do tipo capacitação (54%), seguido dos cursos de qualificação profissional (26%), técnico de nível médio (17%) e superior de tecnologia

(3%), ver gráfico 15. O que mais diferencia os resultados dos ITEGOs geridos pela OS REGER é a existência dos cursos tipo superior em tecnologia, que são cursos de nível superior nos quais os alunos precisam ter terminado o ensino médio para ingressar, esse tipo de curso também é conhecido como curso tecnólogo. Das OSs apresentadas até agora, a OS REGER é a primeira que oferta esse tipo de curso. Como dito anteriormente, é importante a oferta de curso de maior duração e que realmente profissionalize e capacite as pessoas para o mercado de trabalho ou para iniciarem os seus próprios empreendimentos, assim a probabilidade desses alunos conseguirem mudar a sua realidade socioeconômica é maior, dessa forma, é importante que os ITEGOs ofertem cursos do tipo técnico de nível médio e no caso da OS REGER, além desse tipo de curso, oferta também curso de nível superior.

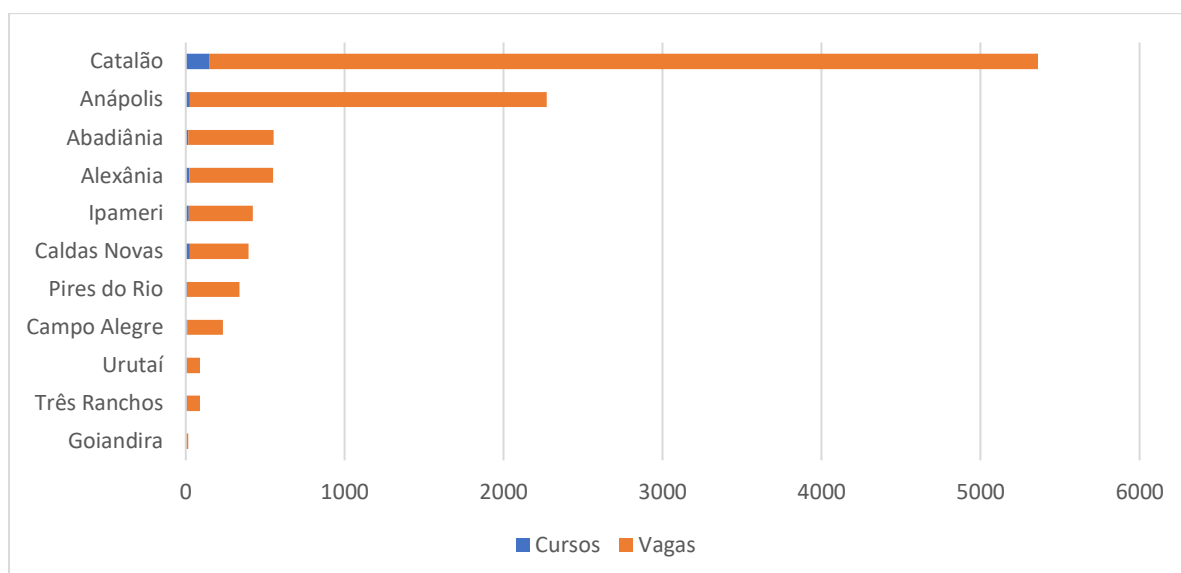
Gráfico 15 – Tipos de Cursos Ofertados - REGER



Fonte: REGER (2020).

Outro ponto que também diferencia a OS REGER das outras OSs apresentadas até aqui é a quantidade de vagas ofertadas (10.029) que é superior à OS IBRACEDS (8.182) e a OS FAESPE (1.374). Seguindo a análise dos dados, os cursos ofertados pelos ITEGOs da regional 3 (REGER) atenderam a 11 municípios goianos, principalmente nas regiões leste e sul do Estado, mas também na região central. No gráfico 16 é possível visualizar as cidades em que os cursos foram ofertados. Como nos resultados das OSs anteriores, priorizamos a análise dos cursos ofertados e o perfil do município das primeiras cinco cidades do ranking, sendo elas: Catalão; Anápolis; Abadiânia; Alexânia e Ipameri. Os resultados são mostrados a seguir.

Gráfico 16 – Quantidade de cursos e vagas ofertados nos municípios - REGER



Fonte: REGER (2020).

Catalão, situada na região sul do Estado, possui um setor industrial muito forte, superior, inclusive, ao setor de serviço, fato não visto nos municípios apresentados anteriormente. O percentual de participação desses setores no PIB do município é de 43% (industrial) e 42% (serviço), ver quadro 15. Possui o IDHM, a renda média do trabalhador e o PIB mais altos da amostra, além de possuir a menor porcentagem de pessoas que recebem até meio salário-mínimo. Relacionando esses dados com a taxa de ocupação, que é a segunda mais alta da amostra, percebe-se que é um município desenvolvido socioeconomicamente e com a menor desigualdade social da amostra.

Em seguida, nos quesitos desenvolvimento socioeconômico e desigualdade social, aparece o município de Anápolis com o segundo maior IDHM e a segunda maior renda média do trabalhador da amostra, além de possuir a maior taxa de ocupação, o segundo menor percentual de pessoas recebendo até meio salário mínimo e uma participação forte do setor industrial no PIB do município.

Quadro 15 – Dados dos municípios – REGER

	Catalão	Anápolis	Abadiânia	Alexânia	Ipameri
População	86.647	391.772	20.461	28.010	27.174
Localização	sul	centro	leste	leste	sul
Distância da capital (km)	258	53	85	115	193
IDHM	0,766	0,737	0,689	0,682	0,701
Pessoas ocupadas	27.692	105.452	2.392	5.396	4.602
Taxa de ocupação	26%	27,6%	12,2%	19,8%	17,2%
Renda média - trabalhador (salários)	2,8	2,7	1,8	2,2	2,2
Recebem até 1/2 salário	28,9%	31,9%	35,9%	37,1%	34,2%
Habitante área urbana	94%	98%	68%	83%	86%
Habitante área rural	6%	2%	32%	17%	14%
PIB (R\$)	60.853,88	37.863,85	16.157,24	29.187,12	50.745,18
Participação das atividades no PIB do município					
Agropecuária	7,0%	1%	14%	9%	25,0%
Indústria	43,0%	34%	8%	18%	28,0%
Serviços	42,0%	52%	52%	56%	38,0%

Fonte: IBGE (2020) e IMB (2020).

Na sequência está o município de Ipameri com o segundo maior PIB da amostra, no entanto, apresentando maior desigualdade social em relação a Catalão e a Anápolis. Ipameri, situado na região sul do Estado, possui uma participação equilibrada dos setores agropecuário, industrial e serviço no PIB do município, 25%; 28% e 38%, respectivamente, ver quadro 15, acima. Possui o IDHM acima de 0,7, contudo, apresenta uma taxa de ocupação consideravelmente menor em relação aos municípios da amostra apresentados no parágrafo anterior. Somando-se a isso o percentual mais elevado de pessoas que recebem até meio salário-mínimo e uma renda média do trabalhador de 2,2 salários.

Por fim, apresentam-se os municípios de Abadiânia e Alexânia com algumas semelhanças entre si, pois estão situadas na mesma região e pelo fato de serem os municípios de menor desenvolvimento socioeconômico.

Abadiânia e Alexânia possuem os menores IDHM da amostra, além de apresentarem o maior percentual de pessoas que recebem até meio salário-mínimo, 35,9% e 37,1%, respectivamente. Apesar de Alexânia apresentar maior taxa de ocupação, maior renda média salarial e maior PIB do que Abadiânia. Apresenta, também, maior percentual de pessoas que recebem até meio salário mínimo, por isso, não é possível afirmar que seja mais desenvolvida socioeconomicamente do que a outra cidade, porque a distribuição de renda é desigual. Sendo assim, após a análise dos dados, pode-se afirmar que Alexânia é mais

desenvolvida do que Abadiânia economicamente, mas não em relação ao quesito de bem estar social.

Findada a análise dos municípios, seguiremos com a avaliação da efetividade dos cursos oferecidos pelos ITEGOS da regional 3 em cada um dos municípios descritos acima, é o que apresenta os quadros 16, 17, 18 e 19.

Quadro 16 – Cursos em Catalão – REGER

TIPO	CURSO	VAGAS
Capacitação	Teoria e Percepção Musical	362
Capacitação	Técnica Instrumental I – Violão	174
Capacitação	Street Dance – Adulto (etapa I)	123
Capacitação	Excel Básico e Intermediário	105
Capacitação	Dança do Ventre - Adulto (etapa I)	95
Capacitação	Designer de Sobrancelhas e Maquiagem	95
Capacitação	Interpretação Teatral e Produção do Espetáculo	85
Capacitação	Teoria e Percepção Musical – I	80
Capacitação	Técnica Instrumental I – Canto e Coral	76
Capacitação	Informática Básica	70
Capacitação	Ballet Clássico	64
Capacitação	Dança de Salão e Ritmos	60
Capacitação	Dança do Ventre – Infantil (etapa I)	60
Capacitação	Ballet Clássico Jr. I	59
Capacitação	Customização de Chinelos	55
Capacitação	Inglês Básico I	55
Capacitação	Departamento Pessoal com atualização da Nova Legislação Trabalhista	50
Capacitação	Informática Básica com Internet	50
Capacitação	Canto Coral	45
Capacitação	Práticas de Recursos Humanos	45
Capacitação	Jazz	44
Capacitação	Comunicação Integrada	40
Capacitação	Ferramentas Gráficas	40
Capacitação	Violoncelo	36
Capacitação	Técnica Instrumental I – Canto	33
Capacitação	Teoria e Percepção Musical – III	32
Capacitação	Técnica Instrumental II – Violão	31
Capacitação	Canto	30
Capacitação	Coral	30
Capacitação	Excel Avançado	30
Capacitação	Excel Básico, Intermediário e Avançado	30
Capacitação	Manicure e Pedicure	30
Capacitação	Percussão Corporal e Improvisação Livre	30
Capacitação	Pintura em Tela	30
Capacitação	Técnicas de Artesanato: Bordado e Crochê	30
Capacitação	Técnica Instrumental I – Teclado	26
Capacitação	Inglês Básico	25
Capacitação	Street Dance – Infantil (etapa I)	25
Capacitação	Violino	24
Capacitação	Ballet Clássico Jr. II	21

Fonte: REGER (2020).

De todos os municípios da amostra, Catalão foi a cidade que mais contou com cursos ofertados pelos ITEGOs sob gestão da OS Reger. Foram 5.215 vagas ofertadas em 2019 distribuídas em 151 cursos distintos, contemplando os quatro tipos de cursos, capacitação; qualificação profissional; técnico de nível médio e superior de tecnologia. Tamanha oferta de curso foi possível porque o município possui em seu território dois ITEGOS sendo eles o ITEGO em Artes Labibe Faiad e o ITEGO Aguinaldo de Campos Netto. O primeiro possui o direcionamento em artes, desde músicas a bordados e o segundo possui direcionamento mais empresarial, atendendo as demandas das empresas e das indústrias da região, o que é facilmente observado nos quadros 16 (acima) e 17 (abaixo).

Quadro 17 – Cursos em Catalão – REGER

TIPO	CURSO	VAGAS
Qualificação Profissional	Processos Minero Químicos	135
Qualificação Profissional	Assistente Administrativo	115
Qualificação Profissional	Massagista	65
Qualificação Profissional	Artesanato em Bordado, Crochê e Chinelo	60
Qualificação Profissional	Assistente de Atendimento e Planejamento Publicitário	60
Qualificação Profissional	Excel Básico, Intermediário e Avançado	55
Qualificação Profissional	Assistente de Marketing	50
Qualificação Profissional	Assistente de Logística	40
Qualificação Profissional	Programador Web	40
Qualificação Profissional	Assistente de Criação Publicitária	34
Qualificação Profissional	Corte e Escova	30
Qualificação Profissional	Design de Sobancelha	30
Qualificação Profissional	Operador De Computador	25
Qualificação Profissional	Analista de Laboratório	20
Qualificação Profissional	Artesanato em Pintura em Tecido	20
Qualificação Profissional	Assistente Comercial	20
Qualificação Profissional	Combate e Controle de Endemias	20
Qualificação Profissional	Fotografia Digital	20
Qualificação Profissional	Curso de Qualificação Profissional correspondente à Etapa III	16
Qualificação Profissional	Alimentador de Linha de Produção	15
Qualificação Profissional	Auxiliar de Laboratório Químico	15
Qualificação Profissional	Costura	15
Qualificação Profissional	Excel Avançado	15
Qualificação Profissional	Francês Básico	15
Qualificação Profissional	Gerente de Riscos	15
Qualificação Profissional	Gestão em Logística	15
Qualificação Profissional	Inglês Básico	15
Qualificação Profissional	Inglês Intermediário	15
Qualificação Profissional	Jardinagem	15
Qualificação Profissional	Logística	15
Qualificação Profissional	Mineração e Tratamento de Minério	15
Qualificação Profissional	Operador de Caixa de Supermercado	15
Qualificação Profissional	Planejador de Manutenção	15
Técnico de Nível Médio	Agronegócio	285
Técnico de Nível Médio	Segurança do Trabalho	285
Técnico de Nível Médio	Informática	169
Técnico de Nível Médio	Logística	130
Técnico de Nível Médio	Curso de Publicidade	120
Técnico de Nível Médio	Instrumento Musical - Violão	20
Superior de Tecnologia	Gestão da Produção Industrial	80

Fonte: REGER (2020).

A divisão dos tipos de cursos ofertados nos dois ITEGOs de Catalão é a seguinte: os cursos do tipo capacitação representam 57% da amostra, enquanto os cursos tipo qualificação profissional representam 22%. Os cursos do tipo técnico de nível médio representam 19% e os cursos do tipo superior de tecnologia representam 2%.

É interessante observar esse fato uma vez que permite ao aluno iniciar com um curso simples para conhecer um pouco da área e seguir com os estudos até chegar a uma formação superior, se escolher a área industrial. Mas esse mesmo caminho pode ser seguido por alunos que queiram percorrer a área artística, começando com cursos de capacitação e chegando até os cursos técnicos de nível médio. Além dessas duas áreas citadas, muitos outros cursos são oferecidos e que atendem ao segmento empresarial do município, além dos profissionais autônomos.

Quanto à oferta de cursos pelos ITEGOs de Catalão, a análise da efetividade é positiva, pois possibilita aos alunos escolhera entre várias áreas e terem uma sequência nos estudos. Sem contar a quantidade de vagas ofertadas para um município do interior do Estado e o impacto positivo que esses cursos podem causar na vida profissional do aluno, mudando sua realidade socioeconômica.

Na sequência, abordamos os cursos ofertados no município de Anápolis, ver quadro 18.

Quadro 18 – Cursos em Anápolis – REGER

TIPO	CURSO	VAGAS
Capacitação	Informática Básica	255
Capacitação	Auxiliar Administrativo	70
Capacitação	Desenvolvimento Pessoal e Profissional	60
Capacitação	Auxiliar De Recursos Humanos	35
Capacitação	Oratória	35
Capacitação	Assistente de Recursos Humanos	30
Capacitação	Inglês Básico	30
Capacitação	Inglês Intermediário	30
Capacitação	Operador de Caixa	30
Capacitação	Técnicas em Vendas	30
Capacitação	Telemarketing	20
Qualificação Profissional	Assistente de Recursos Humanos	130
Qualificação Profissional	Segurança do Trabalho	125
Qualificação Profissional	Operador de Processos Químicos Industriais	105
Qualificação Profissional	Assistente Administrativo	65
Qualificação Profissional	Comprador	65
Qualificação Profissional	Inglês Básico	50
Qualificação Profissional	Assistente de Faturamento	35
Qualificação Profissional	Balconista de Farmácia	35
Qualificação Profissional	Língua Brasileira de Sinais Básico (LIBRAS)	35
Qualificação Profissional	Almoxarife	25
Qualificação Profissional	Operador de Microcomputador	25
Qualificação Profissional	Programador de Sistemas	25
Qualificação Profissional	Joalheiro	10
Qualificação Profissional	Lapidado de Gemas	10
Técnico de Nível Médio	Segurança do Trabalho	230
Técnico de Nível Médio	Química	180
Técnico de Nível Médio	Meio Ambiente	170
Técnico de Nível Médio	Farmácia	125
Superior de Tecnologia	Processos Químicos	175

Fonte: REGER (2020).

Anápolis é atendido pelo ITEGO Governador Onofre Quinan e ficou no segundo lugar no *ranking* dos municípios com maior oferta de cursos, totalizando 2.245 vagas em 2019. A divisão das vagas por tipo de cursos é bastante interessante se considerarmos a possibilidade de dar segmento nos estudos, oferece uma porcentagem maior para cursos mais avançados.

Os cursos de capacitação representaram, em 2019, 28% do total de oferta, os cursos de qualificação profissional representaram 33%, os cursos técnicos de nível médio

31% e os cursos do tipo superior em tecnologia 8% do total. Quanto aos cursos propriamente dito, a área que permitiu que os alunos tivessem uma sequência nos estudos foi a área química, principalmente para atender a demanda das indústrias farmacêuticas existentes na região. Nessa área os alunos puderam cursar desde um curso de qualificação profissional até um curso superior de tecnologia. Veremos adiante a análise dos outros três municípios da amostra, ver quadro 19.

Quadro 19 – Cursos em Abadiânia, Alexânia e Ipameri – REGER

	TIPO	CURSO	VAGAS
Abadiânia	Capacitação	Violão	60
	Capacitação	Atendente de Caixa	50
	Capacitação	Inglês Básico I	50
	Capacitação	Excel Avançado	40
	Capacitação	Informática Básica	40
	Capacitação	Oratória	25
	Capacitação	Qualidade no Atendimento	25
	Capacitação	Técnicas de Vendas	25
	Capacitação	Inglês Básico II	20
	Capacitação	Logística	20
	Qualificação Profissional	Cabelereiro	40
	Qualificação Profissional	Assistente Administrativo	25
	Qualificação Profissional	Assistente Contábil	25
	Qualificação Profissional	Assistente de Logística	25
	Qualificação Profissional	Panificação	25
	Qualificação Profissional	Pizzaiolo	25
	Qualificação Profissional	Corte e Costura	15
Alexânia	Capacitação	Atendente de Caixa	25
	Capacitação	Auxiliar Administrativo	25
	Capacitação	Excel Avançado em Macro e VBA	25
	Capacitação	Gestão de Microempresa	25
	Capacitação	Gestão de Pessoas	25
	Capacitação	Informática Básica	25
	Capacitação	Inglês Aplicado ao Turismo	25
	Capacitação	Inglês Básico I	25
	Capacitação	Inglês Básico II	25
	Capacitação	Inglês para Secretária	25
	Capacitação	Inglês Básico	20
	Capacitação	Internet para Melhor Idade	20
	Capacitação	Modelagem e Costura Roupas Infantil	20
	Capacitação	Montagem e Manutenção de Computadores	20
	Capacitação	Violão I	20
	Qualificação Profissional	Costureiro em Máquina Reta e Overlock	30

	Qualificação Profissional	Panificação	25
	Qualificação Profissional	Assistente Contábil	20
	Qualificação Profissional	Camareira	20
	Qualificação Profissional	Confeccionador de Lingerie e Moda Praia	20
	Qualificação Profissional	Cuidador de Idosos	20
	Qualificação Profissional	Garçom	20
	Qualificação Profissional	Modelagem e Costura de Lingerie	20
Ipameri	Capacitação	Informática Básica	60
	Capacitação	Informática Avançada	45
	Capacitação	Atendente de Farmácia e Drogeria	15
	Capacitação	Auxiliar de Laboratório	15
	Capacitação	Cabeleireiro Básico	15
	Capacitação	Inclusão Digital	15
	Capacitação	Montagem e Manutenção de Computadores	15
	Capacitação	Programação de Computadores	15
	Qualificação Profissional	Inglês Básico	45
	Qualificação Profissional	Inglês Intermediário	45
	Qualificação Profissional	Assistente Administrativo	15
	Qualificação Profissional	Cabeleireiro Avançado	15
	Qualificação Profissional	Cuidador de Idosos	15
	Qualificação Profissional	Edição Multimídia	15
	Qualificação Profissional	Linguagem "C" e Servidores SAMP	15
	Qualificação Profissional	Operador de Supermercado	15
	Qualificação Profissional	Recepcionista	15
	Qualificação Profissional	RPG (Role-playing game)	15

Fonte: REGER (2020).

Abadiânia, Alexânia e Ipameri só tiveram oferta de cursos do tipo capacitação e qualificação profissional, ou seja, cursos mais básicos. Abadiânia e Alexânia possuem em seus territórios COTECs ligados ao ITEGO Governador Onofre Quinan, além dessa similaridade, a quantidade de cursos ofertados também é bastante parecida, 535 e 525, respectivamente. A similaridade continua quando consideramos a divisão dos tipos de cursos. Em Abadiânia 66% dos cursos ofertados foram do tipo capacitação e 34% do tipo qualificação profissional. Em Alexânia a divisão ficou em 67% para cursos do tipo capacitação e 33% para cursos do tipo qualificação profissional.

Já em Ipameri, que é atendido pelo COTEC ligado ao ITEGO Aguinaldo de Campos Netto, possui uma divisão um pouco diferente das vagas ofertadas no município, 48% são do tipo capacitação e 52% do tipo qualificação profissional. Ao analisarmos os cursos propriamente dito, observamos que Abadiânia não oferece cursos sequenciais,

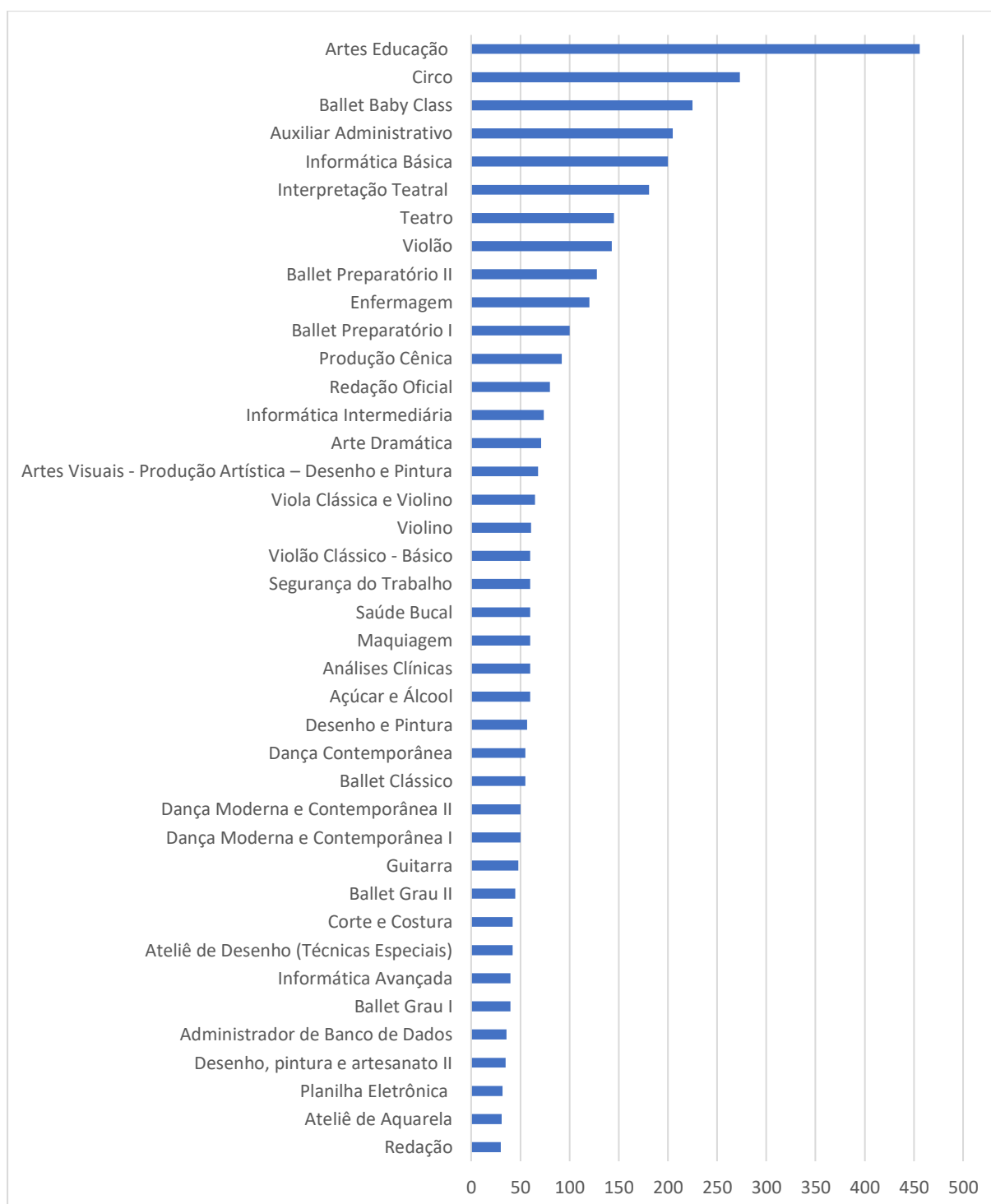
tampouco cursos que possuem relação entre si. Alexânia já apresenta um pouco de relação e sequência entre os cursos voltados para moda, o mesmo pode ser percebido nos cursos ofertados em Ipameri, relacionados a informática. Contudo, a sequência é limitada, por apresenta de cursos de capacitação e de qualificação profissional.

3.2.2.4 CEGECON

O Centro de Gestão em Educação Continuada (CEGECON) celebrou com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação (SEDI) o Contrato de Gestão nº 02/2017-SED em atendimento ao Chamamento Público nº 008/2016-SED, assumindo seis ITEGOs e sete COTECs vinculados a Regional 4, ver quadro 4 e anexo III.

Para a análise da efetividade da gestão da OS em relação aos cursos presenciais ofertados por meio dos ITEGOs e COTECs vinculados à regional de sua responsabilidade, foram coletados dados dos 71 editais de divulgação de cursos publicados no ano de 2019.

Os ITEGOs que estão sob gestão da OS CEGECON ofereceram, no ano de 2019, 168 cursos distintos, totalizando 5.984 vagas ofertadas. No gráfico 17 é possível verificar os 40 cursos com mais vagas disponibilizadas, porém, para fazer a análise proposta neste trabalho, restringimos aos 10 primeiros cursos do ranking. Na divulgação das vagas, a OS CEGECON não fez diferenciação entre os cursos de capacitação e qualificação profissional, enquadrando ambos no tipo “formação inicial e continuada”. Além da oferta de curso do tipo formação inicial e continuada, também foram ofertados cursos do tipo técnico de nível médio e do tipo Superior de Tecnologia. O que diferencia os tipos de cursos é o tempo de duração e, conseqüentemente, a profundidade das conhecimento compartilhado. As durações são, respectivamente: 2 a 5 meses; 2 anos e 3 anos. Os 10 primeiros cursos estão divididos da seguinte forma: Formação inicial continuada (Informática Básica, Auxiliar Administrativo, Artes Educação, Ballet Baby Class, Ballet Preparatório II, Teatro, Circo, Interpretação Teatral e Violão) e Técnico de nível médio (Enfermagem).

Gráfico 17 – *Ranking* dos Cursos Ofertados - CEGECON

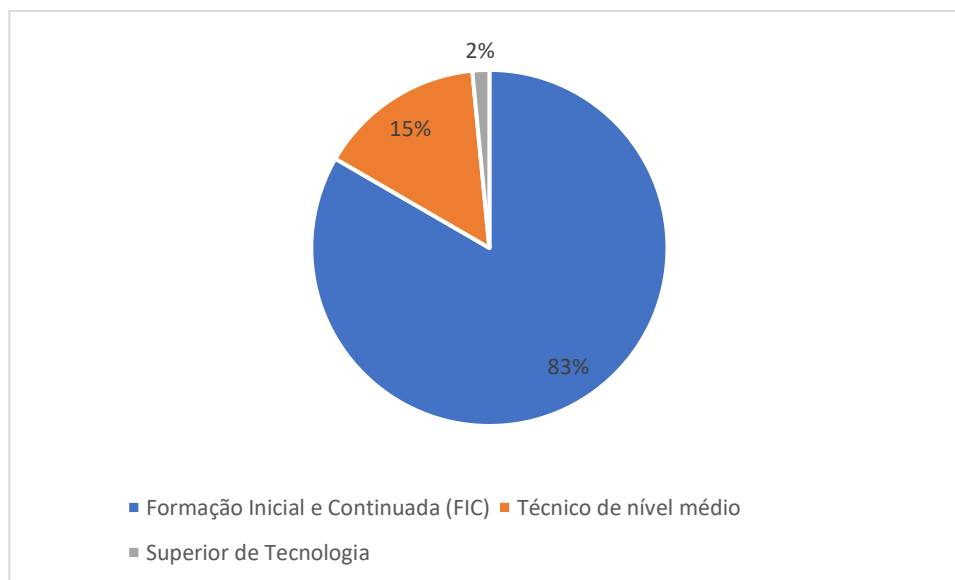
Fonte: CEGECON (2020).

A maioria dos cursos ofertados pelos ITEGOs da regional 4, são do tipo formação inicial continuada²⁸ (83%), seguido do tipo técnico de nível médio (15%) e superior de tecnologia (2%), ver gráfico 18. Assim como a OS REGER, apresentada anteriormente, a OS

²⁸ Considera-se cursos de formação inicial continuada os cursos de capacitação e de qualificação profissional.

CEGECON também oferta cursos de nível superior e possui sob sua gestão um ITEGO em artes (ITEGO Basileu França), responsável pela maior parte dos cursos ofertados, inclusive pelo único curso superior de tecnologia, o curso de produção cênica.

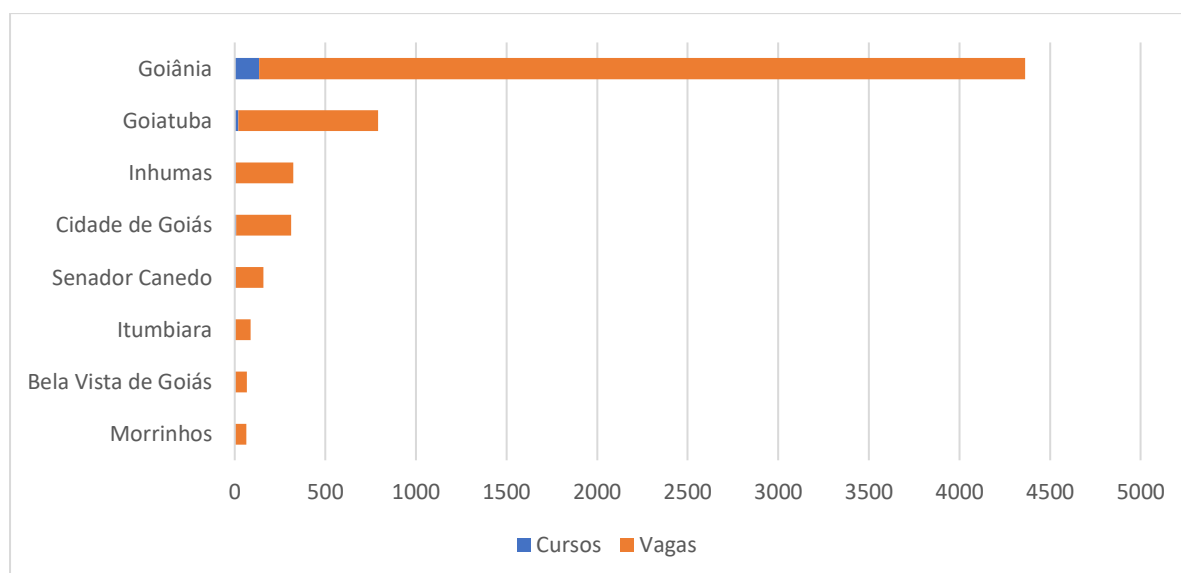
Gráfico 18 – Tipos de Cursos Ofertados - CEGECON



Fonte: CEGECON (2020).

Seguindo a análise dos dados, os cursos ofertados atenderam a 8 municípios goianos, principalmente na região central do Estado, mas também atenderam a região sul e noroeste. No gráfico 19 é possível visualizar todas as cidades nas quais houve oferta de cursos. Como nos resultados das OSs anteriores, priorizamos a análise dos cursos ofertados e o perfil do município das primeiras cinco cidades do ranking, sendo elas: Goiânia; Goiatuba; Inhumas; Cidade de Goiás e Senador Canedo. Da mesma forma, as informações referentes aos municípios e que são apresentadas a seguir, foram coletadas no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e no site do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB).

Gráfico 19 – Quantidade de cursos e vagas ofertados nos municípios - CEGECON



Fonte: CEGECON (2020).

Ao analisarmos o gráfico 19 é possível verificar a discrepância na quantidade de vagas ofertadas nos municípios, a diferença entre o primeiro e o segundo lugar no *ranking* é enorme.

O Município de Goiânia é o primeiro absoluto, ficando bem à frente dos outros municípios do *ranking*, uma das explicações se dá pelo fato de ser o município mais populoso. Goiânia está situada na região central do Estado e possui o maior IDHM da amostra (0,799), muito próximo de 0,8, fato que o coloca como município de alto índice de desenvolvimento humano, ver quadro 20, abaixo. Possui também a maior taxa de ocupação (44%) e a maior renda média do trabalhador (3,4 salários-mínimos), além de apresentar a menor porcentagem de pessoas que recebem até meio salário-mínimo. O município possui a maior parte dos seus trabalhadores em área urbana, tendo o setor de serviços como o mais impactante no PIB do município.

O segundo e terceiro lugares no *ranking*, Goiatuba e Inhumas, possuem o IDHM muito parecidos, 0,725 e 0,72, respectivamente, ver quadro 20, abaixo. O percentual de pessoas que recebem até meio salários-mínimo também são muito próximos, além de possuírem a maior parte dos seus habitantes em área urbana.

Goiatuba é uma cidade na qual predomina o setor de serviços, seguido do setor agropecuário. Possui o segundo maior percentual de pessoas ocupadas e a segunda maior renda média do trabalhador.

Inhumas também tem o setor de serviço forte, mas diferentemente de Goiatuba, possui como o segundo setor mais forte, o setor industrial e não o setor agropecuário. Segue a sequência em relação à taxa e ocupação, 21,6%, a terceira maior taxa da amostra e fica em último lugar no quesito renda média do trabalhador.

Quadro 20 – Dados dos municípios – CEGECON

	Goiânia	Goiatuba	Inhumas	Cidade de Goiás	Senador Canedo
População	1.536.097	34.202	53.259	22.381	118.451
Localização	centro	sul	centro	noroeste	centro
Distância da capital (km)	0	173	42	131	16
IDHM	0,799	0,725	0,72	0,709	0,701
Pessoas ocupadas	658.062	9.495	11.357	3.740	18.820
Taxa de ocupação	44,0%	27,9%	21,6%	16,3%	16,8%
Renda média - trabalhador (salários)	3,4	2,4	1,7	2,1	2,4
Recebem até 1/2 salário	27,8%	30,9%	30,1%	34,7%	31,8%
Habitante área urbana	99,6%	92%	93,0%	75%	99,6%
Habitante área rural	0,4%	8%	7,0%	25%	0,4%
PIB (R\$)	33.437,67	44.854,75	21.385,65	18.838,99	32.066,95
Participação das atividades no PIB do município					
Agropecuária	0,1%	31%	11%	21%	0,3%
Indústria	14,6%	17%	21%	6%	36,3%
Serviços	70,8%	40%	48%	50%	46,0%

Fonte: IBGE (2020) e IMB (2020).

Cidade de Goiás e Senador Canedo são os municípios com os menores IDHM da amostra, 0,709 e 0,701, respectivamente (quadro 20, acima). Possuem as menores taxas de ocupação e os maiores percentuais de pessoas que recebem até meio salário-mínimo, sendo a Cidade de Goiás um município caracterizado pela participação maior no PIB pelo setor de serviço e o setor agropecuário e Senador Canedo com a participação maior no PIB pelo setor de serviço seguido do setor industrial.

Mediante a análise dos dados, podemos dizer que Goiânia e Goiatuba são os municípios mais desenvolvidos socioeconomicamente e a Cidade de Goiás o município menos desenvolvido. Na sequência, analisaremos a efetividade dos cursos oferecidos pelos ITEGOs da regional 4 nos cinco municípios da amostra. Os resultados, iniciando com a análise dos cursos ofertados na cidade de Goiânia (ver quadros 21 e 22) são mostrados a seguir.

Quadro 21 – Cursos em Goiânia – CEGECON

TIPO	CURSO	VAGAS
Formação Inicial e Continuada (FIC)	Artes Educação	456
Formação Inicial e Continuada (FIC)	Circo	273
Formação Inicial e Continuada (FIC)	Ballet Baby Class	225
Formação Inicial e Continuada (FIC)	Interpretação Teatral	181
Formação Inicial e Continuada (FIC)	Teatro	145
Formação Inicial e Continuada (FIC)	Violão	143
Formação Inicial e Continuada (FIC)	Ballet Preparatório II	128
Formação Inicial e Continuada (FIC)	Ballet Preparatório I	100
Formação Inicial e Continuada (FIC)	Ballet Grau II	45
Formação Inicial e Continuada (FIC)	Violino	44
Formação Inicial e Continuada (FIC)	Ateliê de Desenho (Técnicas Especiais)	42
Formação Inicial e Continuada (FIC)	Ballet Grau I	40
Formação Inicial e Continuada (FIC)	Dança Moderna e Contemporânea I	35
Formação Inicial e Continuada (FIC)	Dança Moderna e Contemporânea II	35
Formação Inicial e Continuada (FIC)	Desenho, pintura e artesanato II	35
Formação Inicial e Continuada (FIC)	Guitarra	34
Formação Inicial e Continuada (FIC)	Ballet Grau IV	30
Formação Inicial e Continuada (FIC)	Corpo de Baile Fraldinha	30
Formação Inicial e Continuada (FIC)	Corpo de Baile Infantil	30
Formação Inicial e Continuada (FIC)	Corpo de Baile Juvenil de Dança Urbana	30
Formação Inicial e Continuada (FIC)	Dança Moderna Contemporânea Infante Juvenil	30
Formação Inicial e Continuada (FIC)	Dança Urbana I	30
Formação Inicial e Continuada (FIC)	Dança Urbana II	30
Formação Inicial e Continuada (FIC)	Escultura em Cerâmica	29
Formação Inicial e Continuada (FIC)	Pintura com Tinta Acrílica	28
Formação Inicial e Continuada (FIC)	Desenho e Ilustração Literária	27
Formação Inicial e Continuada (FIC)	Cenários de Miniatura	26
Formação Inicial e Continuada (FIC)	Confecção de Bonecas	26
Formação Inicial e Continuada (FIC)	Decoração de Festas Infantis	26
Formação Inicial e Continuada (FIC)	Mosaico em Pastinha de Vidro e Azulejo	26
Formação Inicial e Continuada (FIC)	Móveis e Objetos Repaginados	26
Formação Inicial e Continuada (FIC)	Pintura em Tecido	26
Formação Inicial e Continuada (FIC)	Serigrafia	26
Formação Inicial e Continuada (FIC)	Artes Circenses Adulto - iniciante	25
Formação Inicial e Continuada (FIC)	Artes Circenses Adulto - intermediário	25
Formação Inicial e Continuada (FIC)	Ballet Básico I	25
Formação Inicial e Continuada (FIC)	Dança Urbana Infantil	25
Formação Inicial e Continuada (FIC)	Interpretação para Musicais	25
Formação Inicial e Continuada (FIC)	Jazz I	25
Formação Inicial e Continuada (FIC)	Jazz II	25

Fonte: CEGECON (2020).

Goiânia é atendida pelo ITEGO em Artes Basileu França, responsável pela maior parte de oferta de cursos disponibilizadas pela OS CEGECON, representando 71% do total. A instituição que hoje é chamada de ITEGO Basileu França, nasceu em 1967 com a escola pública estadual de Artes Veiga Valle, sendo transformada em Centro de Educação Profissional em Artes nas áreas de Arte Visuais, Dança, Música e Teatro e Circo em 2001. A instituição tem como alvo a oferta de capacitação artística desde a iniciação, com crianças a partir de 5 anos, até a formação superior, o que é confirmado na prática mediante a pesquisa realizada. No entanto, é muito importante frisar que essa instituição de artes, tão importante para o município de Goiânia, já possuía esse alvo e já ofertava os cursos apresentados nos quadros 21 e 22 antes do contrato de gestão ser firmado com a OS CEGECON.

Quadro 22 – Cursos em Goiânia – CEGECON

TIPO	CURSO	VAGAS
Técnico de Nível Médio	Arte Dramática	71
Técnico de Nível Médio	Artes Visuais - Produção Artística – Desenho e Pintura	68
Técnico de Nível Médio	Ballet Clássico	55
Técnico de Nível Médio	Dança Contemporânea	55
Técnico de Nível Médio	Desenho e Pintura	44
Técnico de Nível Médio	Bateria	22
Técnico de Nível Médio	Artes Circenses	20
Técnico de Nível Médio	Percussão	19
Técnico de Nível Médio	Acordeon	18
Técnico de Nível Médio	Violino	17
Técnico de Nível Médio	Violão Popular	16
Técnico de Nível Médio	Guitarra	14
Técnico de Nível Médio	Piano Erudito	13
Técnico de Nível Médio	Trombone	12
Técnico de Nível Médio	Viola Clássica	12
Técnico de Nível Médio	Piano Popular	11
Técnico de Nível Médio	Contrabaixo Elétrico	9
Técnico de Nível Médio	Teclado	9
Técnico de Nível Médio	Contrabaixo Acústico	8
Técnico de Nível Médio	Canto Erudito	7
Técnico de Nível Médio	Oboé	7
Técnico de Nível Médio	Trompete	7
Técnico de Nível Médio	Clarinetas	6
Técnico de Nível Médio	Saxofone	6
Técnico de Nível Médio	Trompa	6
Técnico de Nível Médio	Flauta	5
Técnico de Nível Médio	Piano Correpetidor	4
Técnico de Nível Médio	Regência Coral	4
Técnico de Nível Médio	Violoncelo	4
Técnico de Nível Médio	Canto	3
Técnico de Nível Médio	Canto Popular	3
Técnico de Nível Médio	Flauta Transversal	2
Técnico de Nível Médio	Violão Erudito	2
Técnico de Nível Médio	Piano	1
Superior de Tecnologia	Produção Cênica	92

Fonte: CEGECON (2020).

Observando os quadros 21 e 22, acima, nos quais são apresentados os cursos ofertados pelo ITEGO Basileu França, é perceptível a grande variedade e quantidade de cursos oferecidos. Espera-se que uma capital (no caso Goiânia), ofereça para seu Estado arte e

entretenimento, o que muitas vezes não é possível ter acesso nos interiores e o ITEGO Basileu França apresenta essa oportunidade.

Por meio dessa instituição muitos alunos podem ingressar na área artística e seguir uma carreira, começando nos cursos básicos para crianças e chegando a uma formação superior em Produção Cênica. De todos os ITEGOs apresentados neste trabalho, o ITEGO Basileu França é o que mais proporciona uma mudança da realidade dos alunos. Pode até não proporcionar um impacto econômico, mas propicia ao aluno novos horizontes e a visão de que podem ser agentes da sua própria vida. Será que os outros municípios da amostra, atendidos por outros ITEGOs da regional, possuem resultados semelhantes? Observaremos a seguir no quadro 23.

Quadro 23 – Cursos em Goiatuba, Cidade de Goiás, Inhumas e Senador Canedo –
CEGECON

	TIPO	CURSO	VAGAS
Goiatuba	Capacitação	Auxiliar Administrativo	80
	Capacitação	Informática Básica	36
	Capacitação	Administração de Medicamentos	30
	Capacitação	Auxiliar de Recursos Humanos	30
	Capacitação	Auxiliar de Saúde Bucal	30
	Capacitação	Estética Facial	30
	Capacitação	Maquiagem Profissional	30
	Capacitação	Redação	30
	Capacitação	Costura Industrial Malharia e Tecido Plano	24
	Capacitação	Costura Moda Intima	24
	Capacitação	Informática para o trabalho	20
	Qualificação Profissional	Agente Comunitário de Saúde	30
	Qualificação Profissional	Assistente de Recursos Humanos	30
	Qualificação Profissional	Recreador Infantil	30
	Qualificação Profissional	Montagem e Manutenção de Computadores	18
	Técnico de Nível Médio	Açúcar e Álcool	60
	Técnico de Nível Médio	Análises Clínicas	60
	Técnico de Nível Médio	Saúde Bucal	60
	Técnico de Nível Médio	Segurança do Trabalho	60
	Técnico de Nível Médio	Enfermagem	30
Técnico de Nível Médio	Enfermagem	30	
Inhumas	Capacitação	Auxiliar Administrativo	80
	Capacitação	Redação Oficial	80
	Capacitação	Informática Básica	54
	Capacitação	Informática Intermediária	54
	Capacitação	Jogos Digitais	30
	Capacitação	Informática Para Melhor Idade	18
Cidade de Goiás	Capacitação	Maquiagem	60
	Capacitação	Informática Avançada	40
	Capacitação	Informática Básica	40
	Capacitação	Auxiliar Administrativo	20
	Capacitação	Empreendedorismo	20
	Qualificação Profissional	Corte e Costura	42
	Qualificação Profissional	Cuidadora de Idoso	20
	Técnico de Nível Médio	Enfermagem	60
Senador Canedo	Capacitação	Administrador de Banco de Dados	36
	Capacitação	Desenvolvedor de Web I	18
	Capacitação	Informática Básica	50
	Capacitação	Planilha Eletrônica	32
	Capacitação	Planilha Eletrônica Básica	18

Fonte: CEGECON (2020).

O município de Goiatuba, o segundo no *ranking* de maior oferta de cursos, é atendido pelo ITEGO Jerônimo Carlos do Prado, que diferentemente do ITEGO anterior, não possui foco em artes, mas sim na área empresarial. Foram ofertados 772 vagas de cursos divididas nos tipos capacitação (47%), qualificação profissional (14%) e técnico de nível médio (39%), ver quadro 24, abaixo. Percebe-se um percentual considerável de oferta no tipo de curso que pode proporcionar maior mudança na vida do aluno, que são os cursos do tipo técnico de nível médio. Analisando os cursos propriamente dito, ver quadro 23, acima, é possível verificar a possibilidade de sequência nos estudos para os alunos que se interessam pela área da saúde, somente. No entanto se percebe também que foram ofertados cursos específicos para atender a demanda das usinas da região, como os cursos técnicos de nível médio em açúcar e álcool e segurança do trabalho.

Quadro 24 – Tipos de Cursos Ofertados – CEGECON

	Goiânia	Inhumas	Senador Canedo	Goiatuba	Cidade de Goiás
Capacitação	85%	100%	100%	47%	60%
Qualificação profissional		0%	0%	14%	21%
Técnico de Nível Médio	13%	0%	0%	39%	20%
Superior de tecnologia	2%	0%	0%	0%	0%

Fonte: CEGECON (2020).

Na sequência apresentamos a cidade de Inhumas que é atendida pelo COTEC ligado ao ITEGO Goiandira Ayres do Couto, com sede na Cidade de Goiás. Foram ofertadas 316 vagas em 2019, 100% do tipo capacitação (ver quadros 23 e 24), ou seja, cursos muito básicos com baixo potencial de mudança na realidade socioeconômica dos alunos.

Senador Canedo segue o mesmo perfil, também é atendido por um COTEC, porém ligado ao ITEGO Basileu França, e teve, em 2019, 100% dos cursos ofertados enquadrados no tipo capacitação. A Cidade de Goiás se diferencia um pouco desses dois municípios. É atendida pelo ITEGO Goiandira Ayres do Couto e teve, em 2019, cursos ofertados nos três tipos, capacitação (60%); qualificação profissional (20%) e técnico de nível médio (20%). Apesar disso, não apresenta relação entre os cursos ofertados, capaz de possibilitar uma sequência nos estudos por parte dos alunos, ver quadro 23, no entanto, disponibiliza o curso técnico em enfermagem que pode ajudar a mudar sua realidade

socioeconômica. Também não é possível observar na Cidade de Goiás oferta de cursos na área do turismo, o que deveria ser prioridade, já que se trata de um município turístico.

3.2.2.5 CENTEDUC

O Centro de Soluções em Tecnologia e Educação (CENTEDUC) celebrou com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação (SEDI) o Contrato de Gestão nº 04/2017-SED em atendimento ao Chamamento Público nº 009/2016-SED, assumindo seis ITEGOs e nove COTECs vinculados à Regional 5, ver quadro 4 e anexo III.

Para a análise da efetividade da gestão da OS em relação aos cursos presenciais ofertados por meio dos ITEGOs e COTECs vinculados à regional de sua responsabilidade, foram coletados dados dos 10 editais de divulgação de cursos publicados no ano de 2019.

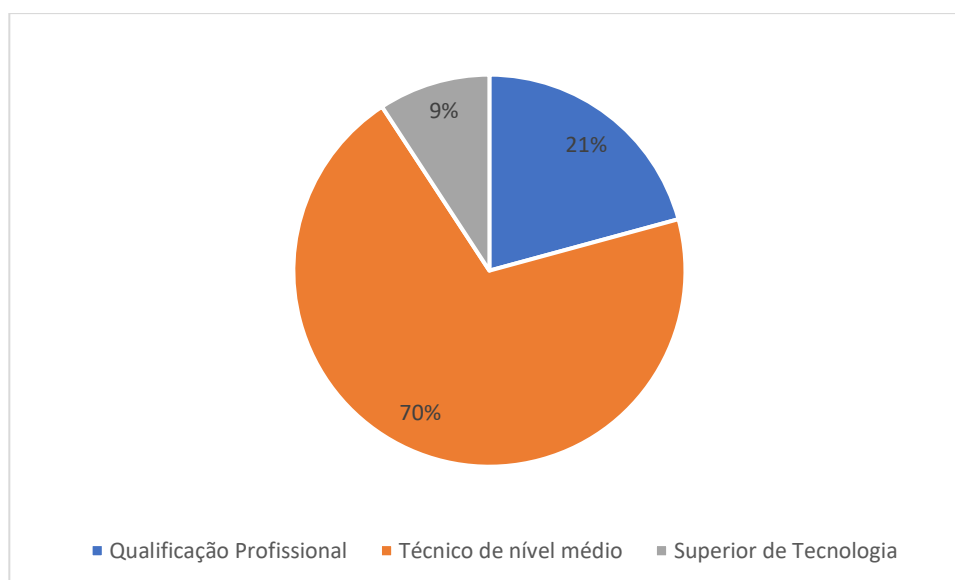
Os ITEGOs que estão sob gestão da OS CENTEDUC ofereceram, no ano de 2019, 14 cursos diferentes, totalizando 1.300 vagas ofertadas. No gráfico 20 é possível verificar todos os cursos com vagas disponibilizadas, porém, para fazer a análise proposta neste trabalho, priorizamos a análise dos 10 primeiros cursos do ranking. Esses cursos são tanto do tipo qualificação profissional, quanto do tipo técnico de nível médio e superior de tecnologia. O que diferencia os tipos de cursos é o tempo de duração e, conseqüentemente, a profundidade das conhecimentos compartilhados. Priorizamos a análise dos cursos, respectivamente: 5 meses; 2 anos e 3 anos. Os 10 primeiros cursos estão divididos da seguinte forma: Qualificação profissional (Assistente administrativo, Recepcionista Bilíngue e Balconista de Farmácia); Técnico de nível médio (Enfermagem, Segurança do Trabalho, Administração, Agronegócio, Recursos Humanos, Manutenção e Suporte em Informática) e Superior de tecnologia (Tecnologia em Logística).

Gráfico 20 – *Ranking* dos Cursos Ofertados - CENTEDUC

Fonte: CENTEDUC (2020).

De acordo com o levantamento realizado, a maior parte dos cursos ofertados são do tipo técnico de nível médio, 910 vagas, o que equivale a 70%, em seguida vêm os cursos de qualificação profissional com 270 vagas, representando 21% do total, ver gráfico 21. Apesar de oferecerem uma menor quantidade de cursos em comparação com as demais OSs, o percentual de cursos técnicos de nível médio é bem maior. O que é positivo, pois são cursos que proporcionam maior nível de conhecimento, no entanto, apesar do percentual ser maior, se compararmos a quantidade de vagas do tipo técnico de nível médio ofertadas pelos ITEGOs da OS CENTEDUC (910 vagas), com a quantidade de vagas ofertadas pelos ITEGOs da OS que atingiu o menor percentual de vagas de cursos do tipo técnico de nível médio, a OS IBRACEDS (1020), veremos que a quantidade é menor. Outro ponto importante a frisar é o percentual de cursos do tipo superior de tecnologia ofertados (9%), o maior entre todas as OS e o segundo maior em números absolutos, 120 vagas, perdendo apenas para a OS REGER com 255 vagas.

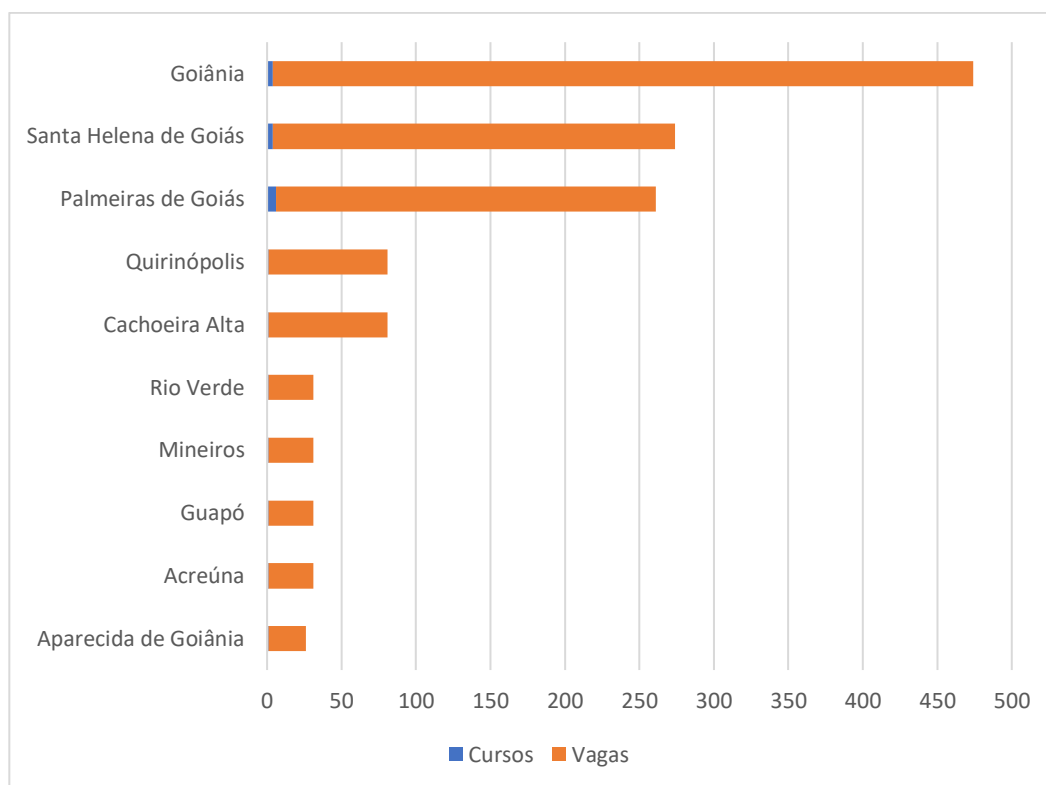
Gráfico 21 – Tipos de Cursos Ofertados - CENTEDUC



Fonte: CENTEDUC (2020).

Seguindo a análise dos dados, os cursos ofertados pelos ITEGOs da regional 5, CENTEDUC, atenderam a 10 municípios goianos, principalmente nas regiões sul e centro do Estado. No gráfico 22 (abaixo) é possível visualizar as cidades nas quais a oferta de cursos foi maior. Assim como nas outras OSs, restringimos a análise dos cursos ofertados e o perfil do município das primeiras cinco cidades do ranking, sendo elas: Goiânia; Santa Helena de Goiás; Palmeiras de Goiás; Quirinópolis e Cachoeira Alta. As informações sobre os municípios foram coletadas no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB), são apresentadas a seguir no quadro 25.

Gráfico 22 – Quantidade de cursos e vagas ofertados nos municípios - CENTEDUC



Fonte: CENTEDUC (2020).

Goiânia, a capital do Estado, com uma população estimada em 1,5 milhão de pessoas, situa-se na região central do Estado, ver quadro 25. Assim como nos resultados da amostra dos municípios atendidos pela OS CEGECON, Goiânia também apresenta o maior IDHM da amostra dos municípios atendidos pela OS CENTEDUC. Além de possuir a maior taxa de ocupação, a maior renda média salarial e o menor percentual de pessoas que recebem até meio salário-mínimo, também é o município mais urbano da amostra. Pode-se considerar que é o município com maior desenvolvimento socioeconômico da amostra, seguido do município de Quirinópolis, situado na região sul do Estado. Quirinópolis possui o segundo maior IDHM da amostra e, apesar de não ter a segunda maior taxa de ocupação, considera-se o segundo município em desenvolvimento socioeconômico, porque aliado a essas informações, possui a maior renda média e um baixo percentual de pessoas que recebem até meio salário-mínimo, mostrando que a desigualdade socioeconômica é menor do que nos outros três municípios da amostra.

Quadro 25 – Dados dos municípios – CENTEDUC

	Goiânia	Santa Helena de Goiás	Palmeiras de Goiás	Quirinópolis	Cachoeira Alta
População	1.536.097	38.808	29.392	50.701	12.666
Localização	centro	sul	sul	sul	sul
Distância da capital (km)	0	196	76	272	342
IDHM	0,799	0,724	0,698	0,74	0,71
Pessoas ocupadas	658.062	6.828	7.092	12.018	1.932
Taxa de ocupação	44,0%	17,7%	25,0%	24,3%	15,7%
Renda média - trabalhador (salários)	3,4	2,2	2	2,3	2,2
Recebem até 1/2 salário	27,8%	32,9%	31,6%	29,9%	29,2%
Habitante área urbana	99,6%	95%	82%	88%	79%
Habitante área rural	0,4%	5%	18%	12%	21%
PIB (R\$)	33.437,67	26.559,97	35.351,07	34.503,39	20.102,87
Participação das atividades no PIB do município					
Agropecuária	0,1%	28%	13%	23%	32%
Indústria	14,6%	13%	35%	24%	6%
Serviços	70,8%	42%	39%	40%	39%

Fonte: IBGE (2020) e IMB (2020).

Os outros três municípios da amostra, Santa Helena de Goiás; Palmeiras de Goiás e Cachoeira Alta podem ser considerados municípios menos desenvolvidos, ver quadro 25.

Santa Helena de Goiás, apesar de possuir o IDHM mais alto entre os três, possui uma taxa de ocupação baixa e o mais alto percentual de pessoas que recebem até meio salário-mínimo. Outra característica é que, apesar de poucas pessoas morarem em área rural, possui uma participação considerável desse setor no PIB do município, participação esta, também observada no município de Cachoeira Alta.

Palmeiras de Goiás, com um setor industrial forte, até possui uma taxa de ocupação alta, no entanto, possui também uma porcentagem alta de pessoas que recebem até meio salário-mínimo e o menor IDHM da amostra, mostrando uma desigualdade socioeconômica maior.

Por fim, Cachoeira Alta possui o IDHM um pouco melhor e uma porcentagem de pessoas que recebem até meio salário-mínimo também menor, mas tem um percentual baixo de taxa de ocupação, ou seja, poucas pessoas estão empregadas, cerca de 15,7% da população. No quadro 26 estão descritos os cursos ofertados nos municípios da amostra.

Quadro 26 – Cursos de Goiânia, Santa Helena de Goiás, Palmeiras de Goiás, Quirinópolis e Cachoeira Alta – CENTEDUC

	TIPO	CURSO	VAGAS
Goiânia	Técnico de Nível Médio	Enfermagem	150
	Técnico de Nível Médio	Segurança do Trabalho	120
	Técnico de Nível Médio	Administração	80
	Superior em Tecnologia	Tecnologia em Logística	120
Santa Helena de Goiás	Qualificação Profissional	Auxiliar Pedagógico	30
	Técnico de Nível Médio	Agronegócio	80
	Técnico de Nível Médio	Recursos Humanos	80
	Técnico de Nível Médio	Segurança do Trabalho	80
Palmeiras de Goiás	Qualificação Profissional	Recepcionista Bilíngue	35
	Qualificação Profissional	Estética facial e corporal básico	30
	Qualificação Profissional	Informática Avançada	30
	Técnico de Nível Médio	Segurança do Trabalho	80
	Técnico de Nível Médio	Manutenção e Suporte em Informática	40
	Técnico de Nível Médio	Recursos Humanos	40
Quirinópolis	Técnico de Nível Médio	Administração	80
Cachoeira Alta	Técnico de Nível Médio	Administração	80

Fonte: CENTEDUC (2020).

Na sequência são apresentadas as análises da efetividade dos cursos ofertado, a aderência à realidade local e a capacidade de mudança socioeconômica proporcionada aos alunos em cada um dos municípios da amostra, ver quadro 26.

Goiânia, apesar de ser atendida por dois ITEGOs da Regional 5, o ITEGO José Luiz Bittencourt e ITEGO Sebastião de Siqueira, ofertaram, em 2019, uma quantidade de vagas irrelevante se considerarmos a quantidade de habitantes do município, a oferta pôde atender apenas 0,03% da população, com apenas quatro cursos diferente (ver quadro 26). Apesar de serem cursos que proporcionam maior capacidade de mudança socioeconômica na vida dos alunos (74% técnico de nível médio e 26% superior de tecnologia) e estarem de acordo com as demandas locais.

Santa Helena de Goiás e Palmeiras de Goiás ofertaram tanto cursos de qualificação profissional quanto cursos do tipo técnico de nível médio na proporção de 11% e 89% para Santa Helena e na proporção de 37% e 63% para Palmeiras de Goiás, respectivamente. A quantidade de oferta representa 0,7% da população de Santa Helena de Goiás e 0,9% da população de Palmeiras de Goiás. A maioria dos cursos ofertados nesses dois municípios apresentam potencial de mudança na realidade socioeconômica do aluno e possuem aderência à realidade local, com destaque para o ITEGO Padre Antônio Vérmei, de Palmeiras de Goiás que proporciona uma sequência nos estudos aos alunos que queiram seguir na área da informática, ver quadro 26.

Já os municípios de Quirinópolis e Cachoeira Alta, os únicos da amostra atendidos por COTECs, ambos ligados ao ITEGO Luiz Humberto de Menezes, o mesmo ITEGO que atende a cidade de Santa Helena, ofertam apenas um curso, o técnico de nível médio em Administração, que apesar de não ser específico para a realidade local, atende bem aos setores da economia dos municípios. Cabe ressaltar que são os únicos municípios atendidos por COTECs que ofertaram, em 2019, cursos do tipo técnico de nível médio entre todas as OSs pesquisadas.

Para finalizar essa análise, no quadro 27 é apresentado um comparativo da oferta de cursos presenciais de todas as OSs.

Quadro 27 – Comparativo geral dos cursos ofertados em 2019

	IBRACEDS	FAESPE	REGER	CEGECON	CENTEDUC
Quantidade de ofertas	8.182	1.374	10.029	5.984	1.300
Cursos de capacitação	54%	0%	54%	83%	0%
Cursos de qualificação profissional	33%	79%	26%		21%
Cursos técnico de nível médio	12%	21%	17%	15%	70%
Cursos superior de tecnologia	0%	0%	3%	2%	9%

Fonte: IBRACEDS (2020); FAESPE (2020); REGER (2020); CEGECON (2020) e CENTEDUC (2020).

A discrepância da quantidade de cursos presenciais ofertados pelos ITEGOs geridos pelas Organizações Sociais em 2019 é enorme. Enquanto os ITEGOs da OS CENTEDUC ofertaram 1.300 vagas, os ITEGOs da OS REGER ofertaram 10.029. Por outro lado, a OS CENTEDUC concentrou a oferta nos tipos de cursos mais aprofundados, aqueles que podem proporcionar maior potencial de mudança socioeconômica na vida do aluno, no entanto, o volume ofertado pequeno.

Poderíamos fazer uma comparação do desempenho quantitativo nos cursos com a análise da eficácia e eficiência das OSs, mas não seria uma análise realista, já que tratamos somente da oferta de cursos presenciais, não incluímos na análise da efetividade a oferta de cursos em EAD. Contudo, ao observarmos o quadro 27, é perceptível o desempenho dos ITEGOs de cada regional.

3.2.3 Custo do Estado com a Rede ITEGO (por aluno)

Neste tópico se buscou relacionar o custo que o Estado teve com a Rede ITEGO, com a quantidade de alunos matriculados em cada ano do contrato de gestão frente a OS contratada. Em seguida, buscou-se comparar o resultado global dos custos do Estado com os contratos de gestão por aluno matriculado frente aos custos do Estado com a Educação Básica por aluno matriculado. Para tanto, utilizou-se os seguintes indicadores: $RI = RE/QA$; $EM = RE/QA$.²⁹

Na Rede ITEGO, considerou-se os alunos matriculados nos cursos presenciais e à distância (EAD). Na Rede Estadual de Educação se considerou os alunos matriculados na Educação básica que compreende a educação infantil, o ensino fundamental e médio, a educação profissional técnica de nível médio, a formação inicial continuada (FIC), a educação de jovens e adultos (EJA) e educação especial. Os resultados são mostrados a seguir no quadro 28.

²⁹ Lê-se: Rede ITEGO (RI); Recursos específicos (RE); Quantidade de alunos matriculados (QA); Ensino médio (EM). Rede ITEGO é igual aos recursos específicos divididos pela quantidade de alunos matriculados ($RI = RE/QA$). Ensino médio é igual aos recursos específicos divididos pela quantidade de alunos matriculados ($EM = RE/QA$).

Quadro 28 – Custo do Estado com a Rede ITEGO por aluno matriculado

	2017					
	IBRACEDS	FAESPE	REGER	CEGECON	CENTEDUC	TOTAL
Quantidade de matrículas*	3.110	4.666	5.352	6.407	4.192	23.727
Recursos específicos (R\$)	9.274.907,31	4.005.746,36	12.480.839,54	8.032.013,13	3.384.190,77	37.177.697,11
Custo médio (R\$)	2.982,29	858,50	2.332,00	1.253,63	807,30	1.566,89
	2018					
	IBRACEDS	FAESPE	REGER	CEGECON	CENTEDUC	TOTAL
Quantidade de matrículas*	0	13.928	14.585	11.225	6.709	46.447
Recursos específicos (R\$)	0,00	13.540.963,33	19.351.526,68	15.774.504,85	8.484.160,81	57.151.155,67
Custo médio (R\$)	0,00	972,21	1.326,81	1.405,30	1.264,59	1.230,46
	2019					
	IBRACEDS	FAESPE	REGER	CEGECON	CENTEDUC	TOTAL
Quantidade de matrículas*	19.122	18.618	16.563	10.091	16.262	80.656
Recursos específicos (R\$)	15.706.607,92	17.557.325,85	19.603.599,15	17.241.543,36	20.131.678,24	90.240.754,52
Custo médio por aluno (R\$)	821,39	943,03	1.183,58	1.708,61	1.237,96	1.118,83

*Quantidade de matrículas presenciais e EAD

Fonte: IBRACEDS (2020); FAESPE (2020); REGER (2020); CEGECON (2020) e CENTEDUC (2020).

Em 2017 o Estado teve o menor custo por aluno matriculado com a OS CENTEDUC e o maior custo com a OS IBRACEDS, que também apresentou o menor número de matrículas realizadas no ano, ver quadro 28.

Em 2018 o menor custo do Estado por aluno foi com a OS FAESPE e o maior custo com a OS CEGECON que, diferentemente do ano anterior, não foi a OS que realizou o menor número de matrículas. Os dados da OS IBRACEDS não constam no quadro de 2018 porque a OS ficou com as atividades suspensas durante todo o ano.

Já em 2019 o menor custo do Estado por aluno matriculado foi com a OS IBRACEDS e o maior custo com a OS CEGECON que, repetindo o resultado da OS IBRACEDS em 2017, também realizou o menor número de matrículas no ano. Na sequência, são apresentados os custos do Estado com a educação básica.

Quadro 29 – Custo do Estado com a Educação Básica por aluno matriculado

	ESTADO DE GOIÁS		
	2017	2018	2019
Quantidade de matrículas*	478.250	502.166	489.327
Recursos específicos (R\$)	4.047.827.191,52	4.338.444.896,43	4.818.905.259,51
Custo médio por aluno (R\$)	8.463,83	8.639,46	9.848,03

Fonte: INEP (2019a, 2019b e 2020) e GOIÁS (2017a, 2018 e 2019)

No quadro 29 estão expostos os custos do Estado com a Educação Básica por aluno matriculado. Percebe-se que o valor disponibilizado para a educação aumentou no decorrer dos três anos, o mesmo não aconteceu com o número de matrículas, visto que teve um aumento entre os anos de 2017 e 2018, mas reduziu em 2019.

Analisando os dois quadros, 28 e 29, são perceptíveis as diferenças de valores por cada aluno matriculado quando se trata da Rede ITEGO sob gestão das OS e da Educação Básica Estadual. Em 2017 a diferença do custo por aluno matriculado da Rede ITEGO chegou a 18,5% do custo que o Estado teve com a Educação Básica, essa porcentagem passou para 14,2% em 2018 e 11,3% em 2019.

Sendo assim, é possível afirmar que, se analisarmos o custo do Estado com a educação por aluno matriculado, veremos que é muito maior com a Educação Básica no geral do que com os ITEGOs geridos pelas OS. Obviamente, existem outros fatores que precisam ser considerados para explicar/justificar o motivo dessa diferença, mas que não foi objeto de estudo deste trabalho, sendo necessária uma pesquisa específica sobre os custos com a educação. Buscou-se aqui, fazer apenas uma análise simples que nos apontasse os resultados iniciais para estudos posteriores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando a Política Pública de gestão compartilhada por meio das fases apontada Wu et al (2014) (agendamento, formulação, tomada de decisão, implementação e avaliação), constatou-se que a escolha desse assunto por parte do governo como pauta para o agendamento, deu-se em decorrência do advento do neoliberalismo, a conseqüente redução do tamanho do Estado e aplicação da administração gerencial nas instituições estatais. Após o agendamento, procedeu-se a fase da formulação da Política por meio da criação de leis, possibilitando que a gestão compartilhada fosse administrativamente viável e tecnicamente sólida. Em seguida, na fase da tomada de decisão, foram definidas as ações para tornar a Política Pública de gestão compartilhada possível, por meio da publicização dos Institutos Tecnológicos do Estado de Goiás (ITEGOS) e da publicação dos Chamamentos Públicos. Na sequência, com a fase de implementação, foram firmados os contratos de gestão com as OSs selecionadas. Por fim, na fase da avaliação, foram mensuradas a eficácia, eficiência e efetividade social apresentadas por Jannuzzi (2016).

Por meio dos resultados da pesquisa foi possível identificar que a eficácia, ou seja, o cumprimento dos procedimentos programados (conformidade processual) foi evoluindo no decorrer dos três anos de contrato. Em 2017 as OSs IBRACEDS e FAESPE não atingiram as metas definidas no contrato de gestão, as OSs REGER e CEGECON atingiram as metas parcialmente e a OS CENTEDUC atingiu as metas totalmente. Em 2018 a eficácia melhorou consideravelmente, todas as OSs atingiram as metas estipuladas, com exceção da OS IBRACEDS que ficou suspensa durante todo o ano. Em 2019, a melhora nos indicadores de eficácia continuo a acontecer, todas as OSs atingiram as metas definidas no contrato e quatro delas superaram o programado (IBRACEDS, FAESPE, REGER e CENTEDUC). Sendo assim, é possível concluir que a avaliação da eficácia da Política Pública de gestão compartilhada da Rede ITEGO é positiva, principalmente se considerarmos os últimos dois anos de contrato, mostrando que as OSs aprenderam com seus erros e mudaram o posicionamento em relação ao ano 1 do contrato, caracterizado pelo ano de adaptação.

Já a avaliação da eficiência, ou seja, a qualidade do gasto público frente a outros usos que o mercado poderia fazer dos mesmos, avaliado pela quantidade de horas-aulas efetivamente realizadas comparando com meta de horas-aulas definidas em contrato, não foi positiva. Na maioria dos casos, houve uma involução. Em 2018, primeiro ano da mensuração do indicador de eficiência, a média dos indicadores das OSs foi de 71,64%, sendo que o menor indicador foi o da CENTEDUC (57,31%) e o maior foi o da OS CEGECON (80,42%).

Já em 2019 a média dos percentuais foi de 64,79%, sendo que o menor indicador foi o da OS IBRACEDS (47,59%) e o maior foi o da OS CEGECON (78,72%). Refutando assim, parte da hipótese geral que considerava que o “modelo de gestão compartilhada constitui-se numa possibilidade de concepção de Políticas Públicas mais eficientes, mas não efetivas”. Os resultados da pesquisa mostraram que a gestão compartilhada da Rede ITEGO é eficaz, mas que a eficiência é baixa.

Com relação à efetividade, que está relacionada ao aprimoramento em busca de maior impacto social das Políticas Públicas, mensurada por meio da análise dos cursos ofertados, a aderência à realidade local e a capacidade de mudança socioeconômica proporcionada aos alunos, os resultados não são homogêneos, nem mesmo entre os ITEGOs de cada regional. De modo geral pode-se dizer que alguns dos ITEGOs regidos pelas OSs REGER, CEGECON e CENTEDUC oferecem maior possibilidade de mudança da realidade socioeconômica dos alunos por ofertarem curso superior de tecnologia e curso técnicos de nível médio, os quais permitem maior aprofundamento e que, conseqüentemente, geram maior conhecimento, mas se trata da minoria dos ITEGOs. No entanto, outro fator precisa ser considerado, a quantidade de oferta de cursos que foi pequena nos ITEGOs geridos pela OS CENTEDUC (1.300), já nos ITEGOs geridos pela OS CEGECON (5.984) a quantidade ofertada foi quase a metade das vagas oferecidas pelos ITEGOs geridos pela OS REGER (10.029), reduzindo assim, a amplitude dos beneficiados.

Considerando a análise dos cursos ofertados pelos ITEGOs de uma mesma OS, percebe-se que os resultados não são semelhantes. No caso da regional atendida pela OS IBRACEDS, a avaliação da efetividade é positiva quando se trata dos cursos ofertados pelo ITEGO Sarah Luísa Lemos Kubitscheck de Oliveira, no município de Santo Antônio do Descoberto, havendo aderência ao perfil municipal, a existência de cursos técnicos, a possibilidade de continuação nos estudos em três áreas diferentes (alimentos, moda e agronegócio). O mesmo não pode ser dito dos ITEGOs que atendem aos municípios de Campos Belos e Planaltina onde são ofertados apenas cursos iniciais, com poucas horas de duração, sem conexão entre eles e que não oferecem a possibilidade de continuidade nos estudos. A cidade de Porangatu, por meio do ITEGO Maria Sebastiana da Silva, até recebeu oferta de cursos técnicos em consonância com o perfil do município, contudo, os cursos não possibilitavam aos alunos dar seqüência em seus estudos e não possuíam relação entre si. Já os cursos ofertados pelo ITEGO que atende o município de Formosa, possibilitavam a seqüência nos estudos apenas na área ambiental, quanto aos demais cursos, não havia relação entre eles.

Quanto à regional atendida pelos ITEGOs geridos pela OS FAESPE, a primeira conclusão em relação à efetividade é a baixa capacidade de abrangência, como a quantidade ofertada foi a segunda menor entre as OS, a quantidade retirar de alunos impactados por eles é pequena. Em relação à avaliação individual dos cursos ofertados pelos ITEGOs nos municípios, podemos dizer que em Goianésia os cursos não possibilitaram uma mudança significativa na realidade socioeconômica dos alunos, apesar de estar em conformidade com o perfil do município, uma vez que são cursos iniciais sem a possibilidade de continuidade. Os demais municípios da amostra (Ceres; Caiapônia; Uruana e Itapuranga) até receberam oferta de cursos técnicos em proporção considerável, no entanto, se considerarmos a quantidade de vagas ofertadas, não é possível dizer que foi efetiva, visto que a proporção populacional impactada é mínima, alcançando de 0,1% à 0,54% da população local.

Tratando da regional atendida pelos ITEGOs sob gestão da OS REGER começa a se diferenciar pela quantidade de cursos oferecidos, que é a maior entre as OSs, totalizando 10.029 vagas. Quanto à efetividade dos ITEGOs que atendem o município de Catalão (Aguinaldo de Campos Netto e Labibe Faiad) concluímos que é positiva, tanto no sentido de aderência às necessidades locais, quanto na possibilidade de sequência nos estudos por meio da oferta de cursos técnicos de nível médio e superior de tecnologia e no impacto positivo que esses cursos possibilitam aos alunos, além de ofertarem cursos que possuem relação entre si. O mesmo se constata no ITEGO Governador Onofre Quinan que atende o município de Anápolis, diferentemente dos municípios atendidos pelos COTECs ligados aos mesmos ITEGOs (Abadiânia, Alexânia e Ipameri) no qual a efetividade não é significativa.

A OS CEGECON possui apenas dois ITEGOs que apresentam uma efetividade positiva, o ITEGO em Artes Basileu França (Goiânia) e o ITEGO Jerônimo Carlos do Prado (Goiatuba). Ambos ofertaram cursos com aderência à demanda local e possibilitam a continuidade nos estudos, oferecendo cursos técnicos e, no caso do ITEGO Basileu França, também cursos superiores em tecnologia, além de ofertar cursos que possuem relação entre si. No caso de Inhumas e de Senador Canedo, municípios atendidos por COTECs, não foram feitas ofertas de cursos significativos e com potencial de mudança na realidade socioeconômica dos alunos. Em relação ao ITEGO Goiandira Ayres do Couto, na Cidade de Goiás, foi oferecido um curso técnico de nível médio, mas não atendeu à necessidade do município, que tradicionalmente é vocacionado ao turismo.

Por fim, a OS CENTEDUC, apesar de apresentar a menor quantidade de vagas ofertadas entre todas as OSs, foi a que apresentou a maior proporção de oferta de cursos de nível técnico. No entanto, ao transformarmos essa porcentagem em números absolutos, a

abrangência ficou pequena, proporcionando uma baixa possibilidade de impacto na população em geral. Mesmo assim, é possível constatar que os ITEGOs Luiz Humberto de Menezes (Santa Helena de Goiás) e Padre Antônio Vérmeij (Palmeiras de Goiás) foram avaliados com a efetividade positiva, visto que a maioria dos cursos ofertados nos dois municípios de abrangência apresentaram potencial de mudança na realidade socioeconômica do aluno, possuam aderência à realidade local e, em Palmeiras de Goiás, ainda proporcionou uma sequência nos estudos aos alunos que desejavam prosseguir na área da informática.

Considerando o apontamento de Platão (2019) no qual o conhecimento proporciona liberdade; o conceito de desigualdade e exclusão abordado por Santos (2006), cujo próprio capitalismo gera a desigualdade e a exclusão, mas também desenvolve mecanismos para mantê-los sobre controle, dentro de padrões aceitáveis; o desenvolvimento como liberdade apontado por Sen (2010), em que só se pode considerar que houve progresso (desenvolvimento) quando houve também o aumento das liberdades das pessoas; e o fato de que apenas 6 dos 27 ITEGOs participantes da Política Pública de gestão compartilhada e que estão sob gestão das OSs apresentaram efetividade nos cursos ofertados em 2019; é possível refutar totalmente a hipótese geral que dizia que “o modelo de gestão compartilhada constitui-se numa possibilidade de concepção de Políticas Públicas mais eficientes, mas não efetivas”.

O modelo de Políticas Públicas de gestão compartilhada, em geral, apesar de ser eficaz, apresenta baixa eficiência e não é efetivo em se tratando de proporcionar impacto social e provocar mudança socioeconômica aos alunos, visto que “(...) facilidades econômicas (na forma de oportunidades de participação no comércio e na produção) podem ajudar a gerar a abundância individual, além de recursos públicos para os serviços sociais. (...)” (SEN, 2010, p.20). Caracterizando-se num modelo que reforça o *status quo*, não possibilitando aos alunos sair da zona dos desiguais nem de se tornarem agentes de sua própria mudança, reforçando a exploração e concentração de riqueza, apresentando-se como instituições criadas para formar trabalhadores que ocuparão subempregos, porque eles são necessários para se manter o sistema. Pode-se afirmar isso, pelo fato de que os cursos ofertados, de modo geral, e não considerando apenas alguns ITEGOs em específico, não proporcionam conhecimento suficiente para gerar liberdade, nem desenvolvimento/progresso capazes de aumentar a liberdade das pessoas, tornando-as agentes da sua própria mudança.

Com isso, confirmamos a hipótese secundária de que a mão de obra formada pelos ITEGOS se caracteriza como mão de obra operacional para ocupar subempregos. Sendo os ITEGOs, institutos estaduais, contraria o que Rousseau (1997) defende. Para o autor, o Estado tem o papel de reduzir as desigualdades sociais criadas pela divisão do trabalho e pela

propriedade privada e promover a manutenção da liberdade, o que não acontece com a Política Pública de gestão compartilhada. Outra hipótese secundária possível de confirmar é que o impacto dos ITEGOs nas empresas da região na qual eles estão inseridos não é significativo, visto que a aderência ao perfil do município não pode ser constatada na maioria dos municípios atendidos pelos ITEGOs geridos pelas OSs, de acordo com os cursos ofertados em 2019.

Mas o fato desses cursos não possuírem um potencial de mudança significativo, não é de inteira responsabilidade das OSs que gerem os ITEGOs pesquisados, mas também do próprio Estado no momento de estabelecer as metas. Os tipos de cursos ofertados (capacitação, qualificação profissional, técnico de nível médio e superior de tecnologia), assim como a proporção de cada um dos tipos, foram acordados no contrato de gestão. Para termos uma sociedade mais igual e com desenvolvimento que proporciona liberdade, a mudança precisa ser mais profunda, no caso dos ITEGOs, deve vir do próprio governo, exigindo um ensino de excelência, realmente capaz de mudar a realidade das pessoas. Considerando que se trata de Institutos Tecnológicos do Estado de Goiás (ITEGO), espera-se que ofereçam cursos voltados para a tecnologia, para o desenvolvimento e para a inovação, o que não ocorre na prática, confirmando a hipótese secundária de que os ITEGOS não promovem inovação tecnológica.

Por fim, por meio do levantamento do custo que o Estado arcou com a Rede ITEGO por aluno matriculado e a comparação com o custo do Estado com a Educação Básica, também por aluno matriculado, a hipótese secundária que reflete o custo por aluno na rede ITEGO, após o contrato de gestão, manteve-se equiparado ao custo que o Estado tem em manter um aluno na educação básica não foi confirmada. Os resultados apontam que o custo do Estado com a educação básica é consideravelmente maior do que o custo do Estado com a Rede ITEGO após o contrato de gestão.

Entende-se que se trata de uma pesquisa inicial e que necessita ser aprofundada, tanto com relação aos custos quanto em relação à efetividade dos cursos ofertados. Sugere-se, para pesquisas futuras, analisar os cursos ofertados no ano de 2020 e verificar se houve evolução quanto à efetividade. Em relação à eficácia e à eficiência, é preciso acompanhar os indicadores para verificar se houve evolução ou involução.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGNES, Cláudia; BUFFON, Marciano; MORIGI, Valdir José. Evolução do Papel do Estado na Promoção dos Direitos Sociais. **Revista Destaques Acadêmicos**, Ano 3, n. 2, 2011 - Cchj/Univates. Disponível em: <<http://univates.br/revistas/index.php/destaques/article/view/98> >. Acesso em: 20 de jan. 2020.

ARISTÓTELES. **A Política**. São Paulo: Editora Ícone, 2007.

BARCELOS, Ana Paula de. Constitucionalização das Políticas Públicas em matéria de direitos fundamentais: o controle político-social e o controle jurídico no espaço democrático. In: SARLET, Ingo Wolfgang e TIMM, Luciano Benetti (orgs.). **Direitos Fundamentais orçamento e “reserva do possível”**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008. pp. 111-147.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post**, volume 2 / Casa Civil da Presidência da República ... [et al.]. – Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 02 de fev. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19637.htm>. Acesso em: 08 de fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. **Organizações sociais**. Brasília, 1997. (Cadernos MARE da Reforma do Estado).

BRASIL. Presidência da República. **Plano diretor da reforma do aparelho de estado**. Brasília: Presidência da República, Câmara da reforma do Estado, Ministério da Administração e da Reforma do Estado, 1995.

BUCCI, Maria P. D. As Políticas Públicas e o Direito Administrativo. **Revista Trimestral de Direito Público** 13:135/6, 1996.

_____. Método e Aplicações da Abordagem Direito e Políticas Públicas (DPP). **Revista Estudos Institucionais**, v. 5, n. 3, p. 791-832, set./dez. 2019.

CASA CIVIL. Secretaria de Estado da Casa Civil do Estado de Goiás. **Organizações sociais**. Goiânia, 2019. Disponível em:

<[http://www.casacivil.go.gov.br/component/content/article/7830-](http://www.casacivil.go.gov.br/component/content/article/7830-organiza%C3%A7%C3%B5es-sociais.html)

[organiza%C3%A7%C3%B5es-sociais.html](http://www.casacivil.go.gov.br/component/content/article/7830-organiza%C3%A7%C3%B5es-sociais.html)>. Acesso em: 31 de jan. 2020.

CEGECON – Centro de Gestão em Educação Continuada. **Editais**. Goiânia, 2020. Disponível em: <<https://cegecon.org.br/cadastro/cadastro-cursos/transparencia-cursos/>>. Acesso em: 20 de out. 2020.

CENTEDUC – Centro de Soluções em Tecnologia e Educação. **Processo Seletivo - Alunos**. Goiânia, 2020. Disponível em: <<https://centeduc.org.br/tipo/alunos/page/2/>>. Acesso em: 23 de out. 2020.

CHEVALLIER, Jacques. A governança e o direito. In: **Revista de Direito Público da Economia (PDPE)**, v. 3, n. 12, p. 129-146, out./dez., 2005.

DELLAGNEZZE, René. O estado de bem estar social, o estado neoliberal e a globalização no século XXI. Parte I: o estado clássico. **Revista Âmbito Jurídico**, São Paulo, n. 107, dez. 2012. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-107/o-estado-de-bem-estar-social-o-estado-neoliberal-e-a-globalizacao-no-seculo-xxi-parte-i-o-estado-classico/>>.

Acesso em: 20 de jan. 2020.

ELYSIUM - Elysium Sociedade Cultural. **Transparência**. Goiânia, 2020. Disponível em: <<http://elysium.org.br/transparencia/>>. Acesso em: 01 de fev. 2020.

EPSTEIN, Lee; KING, Gary. **Pesquisa empírica em direito** [livro eletrônico]: as regras de inferência. São Paulo: Direito GV, 2013.

FAESPE – Fundação Antares. **Processos Seletivos Alunos Presencial**. Goiânia, 2020. Disponível em: <<http://fundacaoantares.org.br/editais/processos-seletivos-alunos-presencial/>>. Acesso em: 29 de jul. 2020.

FIGUEIREDO, Marcus; FIGUEIREDO, Argelina. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. **Análise e Conjuntura**, v. 1, nº 3, 1986.

GAMBA, João Roberto Gorini. As Justificações do Estado e seu Fundamento Contratualista na Modernidade. **Revista Pensamento Jurídico**, São Paulo, v. 11, nº 2, jul./dez. 2017.

GERHARDT, T. E.; SOUZA, A. C. de. Aspectos teóricos e conceituais. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, p. 11-29, 2009.

GOIÁS. Lei n. 15.503 de 28 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais estaduais, disciplina o procedimento de chamamento e seleção públicos e dá outras providências. **Diário Oficial [do Estado de Goiás]**, Goiânia, GO, 09 jan. 2006.

GOIÁS. **Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno – Exercício 2017**. Volume I. Controladoria Geral do Estado, Goiânia, 2017a. Disponível em:

<<http://www.transparencia.go.gov.br/portaldatransparencia/demonstrativos-fiscais/acoes-e-programas-dos-orgaos-e-entidades>>. Acesso em: 17 de nov. 2020.

GOIÁS. Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno – Exercício 2018.

Volume I. Controladoria Geral do Estado, Goiânia, 2018. Disponível em: <<http://www.transparencia.go.gov.br/portaldatransparencia/demonstrativos-fiscais/acoes-e-programas-dos-orgaos-e-entidades>>. Acesso em: 17 de nov. 2020.

GOIÁS. Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno – Exercício 2019.

Volume I. Controladoria Geral do Estado, Goiânia, 2019. Disponível em: <<http://www.transparencia.go.gov.br/portaldatransparencia/demonstrativos-fiscais/acoes-e-programas-dos-orgaos-e-entidades>>. Acesso em: 17 de nov. 2020.

GOIÁS. Resolução Normativa n. 13 de 01 de dezembro de 2017. Dispõe sobre a fiscalização da qualificação de entidades como organizações sociais, da formalização e da execução dos contratos de gestão firmados pelo Estado de Goiás, e regulamenta as prestações de contas anuais a serem disponibilizadas aos órgãos ou entidades supervisoras e dá outras providências. **Tribunal de Contas [do Estado de Goiás]**, Goiânia, GO, 13 dez. 2017.

HOBBS, Thomas. **Do Cidadão**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Goiânia, 2020. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/panorama>>. Acesso em: 26 de out. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto - PIB**. Goiânia, 2020a. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>>. Acesso em: 20 de nov. 2020.

IBRACEDS – Instituto Brasileiro de Cultura, Educação, Desporto e Saúde. **Cursos**. Goiânia, 2020. Disponível em: <<http://ibraceds.org.br/>>. Acesso em: 29 de jul. 2020.

IMB – Instituto Mauro Borges. Perfil Socioeconômico dos Municípios Goianos. Governo do Estado de Goiás. Julho, 2020. Disponível em: <[https://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14&Itemid=218#:~:text=Perfil%20Socioecon%C3%B4mico%20dos%20Munic%C3%ADpios%20Goianos&text=Cont%C3%A9m%20s%C3%A9ries%20hist%C3%B3ricas%20de%20vari%C3%A1veis,mesorregi%C3%B5es\)%20do%20Estado%20de%20Goi%C3%A1s.](https://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14&Itemid=218#:~:text=Perfil%20Socioecon%C3%B4mico%20dos%20Munic%C3%ADpios%20Goianos&text=Cont%C3%A9m%20s%C3%A9ries%20hist%C3%B3ricas%20de%20vari%C3%A1veis,mesorregi%C3%B5es)%20do%20Estado%20de%20Goi%C3%A1s.)>. Acesso em: 27 de out. 2020.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2017**. Brasília: Inep, 2019a. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 17 de nov. 2020.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2018**. Brasília: Inep, 2019b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica> >. Acesso em: 17 de nov. 2020.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2019**. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica> >. Acesso em: 17 de nov. 2020.

JANNUZZI, Paulo. Eficiência econômica, eficácia procedural ou efetividade social: três valores em disputa na avaliação de políticas e programas sociais. **Desenvolvimento em Debate**, v. 4, nº 1, 2016.

LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o Governo Civil e outros escritos**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MAGALHÃES, Regina; VENDRAMINI, Annelise. Os Impactos da Quarta Revolução Industrial. Revista **GVEXECUTIVO**, v.17, n.1, jan/fev 2018. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvexecutivo/article/viewFile/74093/71080>>. Acesso em: 14 de jul. 2020.

MARX, Karl. **Le capital. Livros II e III**. Paris: Folio, 2010.

_____. “Introduction générale”, em Critique de l'économie politique. Philosophie. Edição organizada e anotada por Maximilien Rubel. Paris: Gallimard, 2009.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Direito internacional da integração**. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

MIRANDA, Jorge. **Manual de Direito Constitucional**. Tomo I. 6. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1997.

MORAES, Ricardo Quartim de. A evolução histórica do Estado Liberal ao Estado Democrático de Direito e sua relação com o constitucionalismo dirigente. **Revista de informação legislativa**, v. 51, n. 204, p. 269-285, out./dez. 2014. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/509938>>. Acesso em: 20 de jan. 2020.

OVG - Organização das Voluntárias de Goiás. **Acesso à Informação**. Goiânia, 2019. Disponível em: <<http://www.ovg.org.br/post/ver/225530>>. Acesso em: 01 de fev. 2020.

PLATÃO. **O Mito da Caverna**. Lebooks Editora, 2019.

PINTO, Isabela. Mudanças nas políticas públicas: a perspectiva do ciclo de política. **Revista Políticas Públicas**, v. 12, nº 1, 2008. pp. 27-36.

REGER – Instituto de Educação, Cultura e Tecnologia. **Processos Seletivos Alunos**. Goiânia, 2020. Disponível em: <<https://www.institutoreger.org.br/editais/alunos/>>. Acesso em: 29 de jul. 2020.

REGINATO, Andréa Depieri de A. Uma introdução à pesquisa documental. In: Maira Rocha Machado. (Org.). **Pesquisar empiricamente o Direito**. São Paulo: Rede de Pesquisa Empírica em Direito, 2017. cap. 6, p. 189-224.

RIBEIRO, Josuel Stenio da Paixão. Os Contratualistas em questão: Hobbes, Locke e Rousseau. **Revista Prisma Jurídico**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 3-24, 2017. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/934/93453803002.pdf>>. Acesso em: 13 de jan. 2020.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social: princípios de direito político**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

SADER, Emir. A refundação do Estado e da política. *In*: NOVAES, Adauto. **A crise do Estado-nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 307-322.

SANTOS, Boaventura Souza. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

SCHMIDT, João Pedro. **Para entender as políticas públicas: aspectos conceituais e metodológicos**. In: Direitos Sociais e políticas públicas: desafios contemporâneos. Tomo 8. Org. REIS, J. R.; LEAL, R. G. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

SED - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação. **EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2016-SED**. Goiânia, 2016. Disponível em: <<https://www.institutoreger.org.br/wp-content/uploads/2017/11/CHAMAMENTO-07.2016.pdf>>. Acesso em: 08 de mai. 2018.

SEDI - Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação do Estado de Goiás. **OS Transparência**. Goiânia, 2019. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.go.gov.br/os-transparencia.html>>. Acesso em: 01 de fev. 2020.

SEDI - Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação. **RELATÓRIO CONSUBSTANCIADO DE ANÁLISE DE EXECUÇÃO Nº 001/2018-SED-CACGOS**. Goiânia, 2018a. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.go.gov.br/images/imagens_migradas/upload/arquivos/2018-08/2---relatorio-da-comissao-de-avaliacao3.pdf>. Acesso em: 09 de jul. 2019.

_____. **RELATÓRIO CONSUBSTANCIADO DE ANÁLISE DE EXECUÇÃO Nº 002/2018-SED-CACGOS**. Goiânia, 2018b. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.go.gov.br/images/imagens_migradas/upload/arquivos/2018-08/2---relatorio-da-comissao-de-avaliacao4.pdf>. Acesso em: 09 de jul. 2019.

_____. **RELATÓRIO CONSUBSTANCIADO DE ANÁLISE DE EXECUÇÃO Nº 003/2018-SED-CACGOS.** Goiânia, 2018c. Disponível em: < http://www.desenvolvimento.go.gov.br/images/imagens_migradas/upload/arquivos/2018-08/2---relatorio-da-comissao-de-avaliacao1.pdf>. Acesso em: 09 de jul. 2019.

_____. **RELATÓRIO CONSUBSTANCIADO DE ANÁLISE DE EXECUÇÃO Nº 004/2018-SED-CACGOS.** Goiânia, 2018d. Disponível em: < http://www.desenvolvimento.go.gov.br/images/imagens_migradas/upload/arquivos/2018-08/2---relatorio-da-comissao-de-avaliacao.pdf>. Acesso em: 09 de jul. 2019.

_____. **RELATÓRIO CONSUBSTANCIADO DE ANÁLISE DE EXECUÇÃO Nº 005/2018-SED-CACGOS.** Goiânia, 2018e. Disponível em: < http://www.desenvolvimento.go.gov.br/images/imagens_migradas/upload/arquivos/2018-08/2---relatorio-da-comissao-de-avaliacao2.pdf>. Acesso em: 09 de jul. 2019.

_____. **RELATÓRIO FINAL Nº 001/2019 CACGOS - 16820.** Goiânia, 2019a. Disponível em: < <http://www.desenvolvimento.go.gov.br/files/OSS/CEGECON/Relatoriosmensais/2018/Anual2018Comissao.pdf>>. Acesso em: 09 de jul. 2019.

_____. **RELATÓRIO FINAL Nº 002/2019-CACGOS – Ano 2 - 2018.** Goiânia, 2019b. Disponível em: < <https://www.institutoreger.org.br/wp-content/uploads/2019/05/parecer-relatorio-final-ano-2-sedi-reger1.pdf>>. Acesso em: 09 de jul. 2019.

_____. **RELATÓRIO FINAL Nº 003/2019 CACGOS - 16820.** Goiânia, 2019c. Disponível em: < <http://www.desenvolvimento.go.gov.br/files/OSS/FAESPE/Relatoriosmensais/2018/Final2018.pdf>>. Acesso em: 09 de jul. 2019.

_____. **RELATÓRIO FINAL Nº 004/2019 CACGOS - 16820.** Goiânia, 2019d. Disponível em: < <http://www.desenvolvimento.go.gov.br/files/OSS/CENTEDUC/Relatoriosmensais/2018/2018.pdf>>. Acesso em: 09 de jul. 2019.

_____. **RELATÓRIO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO Nº 19/2019 CACGOS - 16820.** Goiânia, 2020a. Disponível em: < <https://www.desenvolvimento.go.gov.br/files/OSS/CENTEDUC/Relatoriocomissao/2019/Relatorion19-Centeduc.pdf>>. Acesso em: 17 de nov. 2020.

_____. **RELATÓRIO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO Nº 20/2019 CACGOS - 16820.** Goiânia, 2020b. Disponível em: <

<https://www.desenvolvimento.go.gov.br/files/OSS/FAESPE/Relatoriocomissao/Relatorion20-FAESPE.pdf>>. Acesso em: 17 de nov. 2020.

_____. **RELATÓRIO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO Nº 21/2019 CACGOS - 16820.** Goiânia, 2020c. Disponível em: <

<https://www.desenvolvimento.go.gov.br/files/OSS/IBRACEDS/Relatoriocomissao/Relatorion21-Ibraceds.pdf>>. Acesso em: 17 de nov. 2020.

_____. **RELATÓRIO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO Nº 22/2019 CACGOS - 16820.** Goiânia, 2020d. Disponível em: <

<https://www.desenvolvimento.go.gov.br/files/OSS/REGER/Relatoriocomissao/2019/Relatorio22-2020-final2019.pdf>>. Acesso em: 17 de nov. 2020.

_____. **RELATÓRIO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO Nº 06/2020 CACGOS - 16820.** Goiânia, 2020e. Disponível em: <

<https://www.desenvolvimento.go.gov.br/files/OSS/CEGECON/Relatoriocomissao/Relatorion06-CegeconFinal.pdf>>. Acesso em: 17 de nov. 2020.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SES - Secretaria de Estado da Saúde de Goiás. **OSS Transparência.** Goiânia, 2020. Disponível em: <<http://www.osstransparencia.saude.go.gov.br/>>. Acesso em: 01 de fev. 2020.

SILVA, José Afonso da. O estado democrático de direito. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 173, p. 15-24, jul. 1988. ISSN 2238-5177. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/45920/44126>>. Acesso em: 15 de fev. 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.12660/rda.v173.1988.45920>.

SOUZA, Maria José Galleno de. A Globalização da Pobreza. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 99, 2004, p.461-474.

SOUZA, Jorge Luiz. O que é? IDH. **Desafios do Desenvolvimento** - IPEA, Brasília, ano 5, ed. 39, 2008. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2144:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 20 de nov. 2020.

WU, Xun; RAMESH, M; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos.** Brasília: Enap, 2014. 160 p.

ANEXO I – LEGISLAÇÃO ESTADUAL

LEGISLAÇÃO ESTADUAL		
Nº LEI	PUBLICAÇÃO NO D.O.U	EMENTA
15.503	09/01/2006	Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais estaduais, disciplina o procedimento de chamamento e seleção públicos e dá outras providências.
Nº DECRETO	PUBLICAÇÃO NO D.O.U	EMENTA
8.564	22/02/2016	Institui Grupo de Apoio Operacional à Comissão Especial encarregada de promover o julgamento de propostas de trabalho apresentadas por organizações sociais de desenvolvimento tecnológico e de educação profissional e tecnológica.
8.559	12/02/2016	Altera a composição do Grupo de Apoio Operacional à Comissão Especial encarregada de promover o julgamento de propostas de trabalho apresentadas por organizações sociais de educação - Chamamento Público nº 001/2016, da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte (SEDUCE)
8.552	04/02/2016	Institui Grupo de Apoio Operacional à Comissão Especial encarregada de promover o julgamento de proposta de trabalho apresentadas por organizações sociais de educação - Chamamento Público nº 001/2016, da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte (SEDUCE)
8.528	14/01/2016	Institui Grupo de Trabalho com a finalidade que especifica e dá outras providências.
8.527	14/01/2016	Institui Grupo de Trabalho com a finalidade que especifica e dá outras providências.
8.441	01/09/2015	Institui Grupo de trabalho com a finalidade que especifica.
8.469	16/10/2015	Dispõe sobre medidas a serem adotadas pela Comissão Especial que especifica e dá outras providências.
Nº PORTARIA	PUBLICAÇÃO NO D.O.U	EMENTA
Portaria nº 32	16/01/2017	AUTORIZAR os servidores relacionados para comporem a Comissão de Seleção da Organização Social – OS.
Portaria nº 3388	19/09/2016	Institui à Comissão de Seleção, com a finalidade de prestar auxílio administrativo, operacional, proceder ao recebimento e julgamento das propostas de trabalho apresentadas por organizações sociais de educação interessadas em participar do Chamamento Público nº 003/2016, da Secretaria de Estado de Educação.
Portaria nº 1.692	14/06/2016	Designar o Procurador do Estado, OBERDAN HUMBERTO RODRIGUES VALLE, como representante da Secretaria de Estado da Casa Civil na Comissão Especial com atuação específica no âmbito das organizações sociais.
Portaria nº 15	20/01/2016	Designar o Procurador do Estado, RAFAEL ARRUDA OLIVEIRA, como representante da Secretaria de Estado da Casa Civil na Comissão Especial com atuação específica no âmbito das organizações sociais.
Nº DESPACHO	PUBLICAÇÃO NO D.O.U	EMENTA
Despacho nº 596	09/12/2015	PROCESSO No 201500006020341, quanto à transferência da gestão de unidades escolares da rede pública estadual a organizações sociais de educação, por meio da celebração de contratos de gestão – art. 6º, parágrafo único, da Lei estadual nº 15.503/05.

Fonte: CASA CIVIL, 2019.

**ANEXO II – ENTIDADES JÁ QUALIFICADAS COMO ORGANIZAÇÕES SOCIAIS,
NO ÂMBITO DO ESTADO DE GOIÁS**

ÁREA DE ATUAÇÃO: EDUCAÇÃO		
Nº DECRETOS	PUBLICAÇÃO NO D.O.U	EMENTA
8.888	16/02/2017	Instituto de Profissionalização, Aprendizagem e Cultura (IPAC)
8.864	09/01/2017	Associação de Ensino Profissionalizante, Qualificação Profissional e Fomento Cultural do Vale do São Patrício (ASTEQ)
8.759	16/09/2016	Instituto Destra de Educação (INDED)
8.671	15/06/2016	Instituto de Desenvolvimento Tecnológico e Humano - IDTECH -
8.653	23/05/2016	Instituto Pelicano de Promoção Humana
8.634	02/05/2016	Instituto de Educação e Cidadania (IEC)
8.611	28/03/2016	Associação Educacional Ser Saudável
8.605	21/03/2016	Instituto Brasileiro de Gestão Hospitalar (IBGH)
8.602	18/03/2016	Instituto de Capacitação Social e Profissional (ICASOP)
8.566	22/02/2016	Instituto Goiás Brasil (IGB)
8.565	22/02/2016	Associação Educacional de Goiânia (AEG)
8.558	11/02/2016	Associação Nacional de Ensino e Cultura (EDUCAR)
8.557	11/02/2016	Instituto de Gestão em Educação (IDGE)
8.556	11/02/2016	Grupo Tático Resgate (GTR)
8.555	11-02-2016	Instituto Brasil Central de Educação e Saúde (IBCES)
8.541	22/01/2016	Fundação Antares de Ensino Superior, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (FAESPE)
8.538	22/01/2016	Instituto Brasileiro de Educação e Gestão Ambiental (EBEG)
8.537	22/01/2016	Instituto Consolidar
8.532	18/01/2016	Associação Educacional Olimpo
8.510	28-12-2015	Instituto de Educação, Cultura e Meio Ambiente (ECMA)
8.509	17/12/2015	INOVE
8.447	08/09/2015	Instituto Brasileiro de Cultura, Educação, Desporto e Saúde (IBRACEDS)

ÁREA DE ATUAÇÃO: SAÚDE		
Nº DECRETOS	PUBLICAÇÃO NO D.O.U	EMENTA
9.553	18/11/2019	Instituto Reger de Educação, Cultura e Tecnologia - Instituto REGER
9.540	23/10/2019	Instituto Social Mais Saúde
9.539	23/10/2019	Associação Lar São Francisco de Assis na Providência de Deus
9.522	30/09/2019	Instituto dos Lagos - Rio
9.521	30/09/2019	Instituto Albatroz de Desenvolvimento Humano
9.482	23/07/2019	Fundação PIO XII
9.469	17/07/2019	Fundação Universitária Evangélica - FUNEV
9.468	17/07/2019	Instituto ACQUA - Ação, Cidadania, Qualidade Urbana e Ambiental
9.467	17/07/2019	Instituto Brasileiro de Saúde, Ensino, Pesquisa e Extensão para Desenvolvimento Humano - IBSAÚDE

9.466	17/07/2019	Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - SPDM
9.313	14/09/2018	Instituto Alcance Gestão em Saúde
9.198	06/03/2018	Associação Matervita
9.184	14/03/2018	Instituto CEM – Centro Hospitalar de Atenção e Emergências Médicas
9.173	06-03-2018	Instituto Haver
9.031	30/07/2017	Cruz Vermelha Brasileira (CVB) – Filial do Estado do Rio Grande do Sul
9.027	21/08/2017	Associação Brasileira de Entidades de Assistência Social (ABEAS)
8.987	06/07/2017	Instituto de Psicologia Clínica, Educacional e Profissional (IPCEP)
8.763	23/09/2016	Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano (INDSH)
8.636	02/05/2016	Instituto de Gestão Por Resultados (IGPR)
8.635	02/05/2016	Instituto Consolidar
8.556	11/02/2016	Grupo Tático Resgate (GTR)
8.503	15/12/2015	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento da Administração Hospitalar (IBDAH)
8.502	15/12/2015	Instituto de Medicina, Odontologia e Reabilitação (IMOR)
8.501	15/12/2015	a. Associação Goiana de Integralização e Readaptação (AGIR) b. Fundação de Assistência Social de Anápolis (FASA) c. Instituto de Desenvolvimento Tecnológico e Humano (IDTECH) d. Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico por Imagem (FIDI) e. Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar (Pró-Saúde) f. Instituto Sócrates Guanaes (ISG) g. Instituto de Gestão e Humanização (IGH)
8.472	06/11/2015	Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde (IABAS)
8.447	08/09/2015	Instituto Brasileiro de Cultura, Educação, Desporto e Saúde (IBRACEDS)
8.324	04/03/2015	Centro Nacional de Ajuda Comunitária - CENAC -
8.211	17-07-2014	INTS - Instituto Nacional de Amparo à Pesquisa, Tecnologia, Inovação e Saúde
8.150	25/04/2014	IMED - Instituto de Medicina, Estudos e Desenvolvimento
8.149	14/04/2014	Associação Comunidade Luz da Vida
8.075	23-01-2014	Instituto Brasileiro de Gestão Hospitalar (IBGH)
7.611	07-05-2012	Instituto de Gestão em Saúde – IGES

ÁREA DE ATUAÇÃO: CULTURA

Nº DECRETOS	PUBLICAÇÃO NO D.O.U	EMENTA
9.087	14/11/2017	Associação Quasar de Cultura
8.799	10/11/2016	Instituto de Educação, Cultura e Meio Ambiente (ECMA)
8.648	18/05/2016	Instituto Brasil Central de Educação e Saúde (IBCES)
8.557	11/02/2016	Instituto de Gestão em Educação (IDGE)
8.556	11/02/2016	Grupo Tático Resgate (GTR)

8.447	08/09/2015	Instituto Brasileiro de Cultura, Educação, Desporto e Saúde (IBRACEDS)
8.335	06/03/2015	Kultur - Instituto Terra Goyazes
8.187	16/06/2014	Elysium Sociedade Cultural

ÁREA DE ATUAÇÃO: ESPORTE E LAZER

Nº DECRETOS	PUBLICAÇÃO NO D.O.U	EMENTA
8.556	11/02/2016	Grupo Tático Resgate (GTR)
8.504	15/12/2015	Associação Zico - Fazendo a Diferença

ÁREA DE ATUAÇÃO: ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nº DECRETOS	PUBLICAÇÃO NO D.O.U	EMENTA
8.501	15/12/2015	Organização das Voluntárias de Goiás (OVG)

ÁREA DE ATUAÇÃO: SERVIÇOS SOCIAIS E AUXILIARES (Unid. Prisional)

Nº DECRETOS	PUBLICAÇÃO NO D.O.U	EMENTA
8.595	11/03/2016	Instituto de Desenvolvimento Tecnológico e Humano (IDTECH)

ÁREA DE ATUAÇÃO: INTEGRAÇÃO SOCIAL DO MENOR INFRATOR

Nº DECRETOS	PUBLICAÇÃO NO D.O.U	EMENTA
9.217	04/05/2018	Instituto de Promoção Humana, Aprendizagem e Cultura (Instituto Promover)
9.166	16/02/2018	Fundação de Assistência ao Menor Inhumense (FAMI)
8.623	06/04/2016	Instituto de Desenvolvimento Tecnológico e Humano (IDTECH)
8.612	28/03/2016	Instituto Consolidar

ÁREA DE ATUAÇÃO: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Nº DECRETOS	PUBLICAÇÃO NO D.O.U	EMENTA
8.962	02/06/2017	Instituto Blaise Pascal (IBP)
8.839	01-12-2016	Elysium Sociedade Cultural
8.838	01/12/2016	Grupo Tático de Resgate - GTR -
8.817	29-11-2016	Instituto Panamericano de Gestão - IPG -
8.816	25/11/2016	Fundação Antares de Ensino Superior, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão - FAESP -
8.815	25/11/2016	Instituto Brasileiro de Cultura, Educação, Desporto e Saúde - IBRACEDS -
8.814	25/11/2016	Instituto de Educação e Cidadania - IEC -
8.813	25/11/2016	Centro de Gestão em Educação Continuada (CEGECON)
8.804	22/11/2016	Instituto de Educação, Cultura e Meio Ambiente (ECMA)
8.803	22/11/2016	Associação de Ensino Profissionalizante
8.659	03/06/2016	Instituto Brasileiro de Educação e Gestão Ambiental (IBEG)
8.656	31/05/2016	INSTITUTO CIDADES - Centro Integrado de Desenvolvimento Administrativo, Estatística e Social
8.624	06/04/2016	Centro de Soluções em Tecnologia e Educação (CENTEDUC)
8.600	18/03/2016	Instituto Reger de Educação, Cultura e Tecnologia

8.594	11/03/2016	Instituto de Desenvolvimento Tecnológico e Humano (IDTECH)
8.541	22/01/2016	Fundação Antares de Ensino Superior, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (FAESPE)
8.538	22/01/2016	Instituto Brasileiro de Educação e Gestão Ambiental (EBEG)

ÁREA DE ATUAÇÃO: PESQUISA CIENTÍFICA		
Nº DECRETOS	PUBLICAÇÃO NO D.O.U	EMENTA
9.072	26/10/2017	Instituto de Desenvolvimento Tecnológico e Humano (IDTECH)
8.984	04/07/2017	Instituto Ampla
8.956	25/05/2017	Instituto Reger de Educação
8.541	22/01/2016	Fundação Antares de Ensino Superior, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (FAESPE)

ÁREA DE ATUAÇÃO: DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO		
Nº DECRETOS	PUBLICAÇÃO NO D.O.U	EMENTA
8.962	02/06/2017	Instituto Blaise Pascal (IBP)
8.839	01-12-2016	Elysium Sociedade Cultural
8.838	01/12/2016	Grupo Tático de Resgate - GTR -
8.804	22/11/2016	Instituto de Educação, Cultura e Meio Ambiente (ECMA)
8.803	22/11/2016	Associação de Ensino Profissionalizante
8.624	06/04/2016	Centro de Soluções em Tecnologia e Educação (CENTEDUC)
8.600	18/03/2016	Instituto Reger de Educação, Cultura e Tecnologia

Fonte: CASA CIVIL, 2019.

ANEXO III – DISTRIBUIÇÃO DOS COTECs

Regional 1	Regional 2	Regional 3	Regional 4	Regional 5
IBRACEDS	FAESPE	REGER	CEGECON	CENTEDUC
Cotecs	Cotecs	Cotecs	Cotecs	Cotecs
Alto Horizonte	Barro Alto	Abadiânia	Inhumas	Cachoeira Alta
Alto Paraíso de Goiás	Bom Jardim de Goiás	Alexânia	Morrinhos	Goiânia - CDTM
Campos Belos	Diorama	Anápolis - Centro de Gemologia	Pontalina	Goiânia - Real Conquista
Cavalcante	Iporá	Campo Alegre	Senador Canedo	Goiânia - OEC - Cândida de Moraes
Cidade Ocidental	Itaguaru	Catalão - Setor Ipanema	Bela Vista	Trindade - Setor Monte Cristo
Flores de Goiás	Itapaci	Catalão - Setor Santa Cruz	Tecendo o Futuro - Goiânia	Quirinópolis
Formosa	Itapuranga	Goiandira	Escola de Artes Veiga Valle	Rio Verde
Formoso	Taquaral	Ipameri		São Luís de Montes Belos
Iaciara	Jussara	Pires do Rio		São Simão
Luziânia	Mozarlândia	Pires Belo		
Mara Rosa	Padre Bernardo			
Minaçu	Pirenópolis			
Mutunópolis	Rubiataba			
Novo Gama				
Planaltina				
Posse				
São Miguel do Araguaia				
Uruaçu				

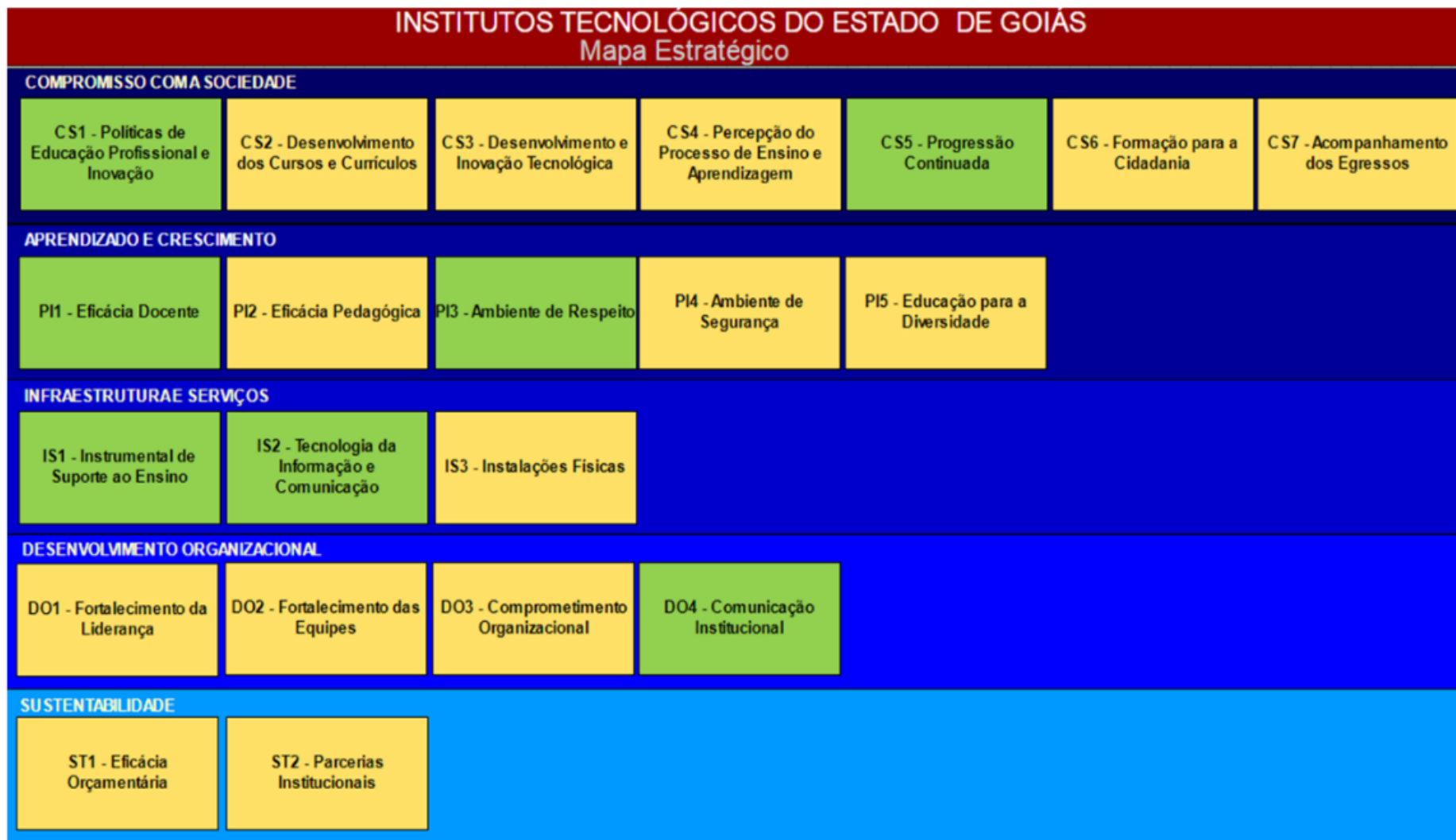
ANEXO IV - MAPA DE INDICADORES DE AVALIAÇÃO DE QUALIDADE

	DIMENSÃO (Indicador previsto no Chamamento)	INDICADORES (41)
INSTITUIÇÃO	Políticas de educação profissional e de inovação	CS1/1 - Aderência às Demandas Locais
	Políticas de educação profissional e de inovação	CS2/1 - Ensino, Pesquisa e Extensão
	Políticas de Educação profissional e de inovação	DO4/1 - Interação e Comunicação
	Infraestrutura Física e Material	DO1/2 - Ações de Implementação
	Infraestrutura Física e Material	IS1/2 - Recursos Audiovisuais
	Infraestrutura Física e Material	IS1/3 - Estrutura Específica para os Cursos
	Infraestrutura Física e Material	IS2/1 - Recursos TIC e Ferramentas de Gestão
	Infraestrutura Física e Material	IS2/3 - Plano de Atualização e Manutenção em TIC
	Infraestrutura Física e Material	IS2/4 - Equipamentos Obsoletos e Avariados
	Infraestrutura Física e Material	IS3/2 - Estrutura Predial para Gestão
	Infraestrutura Física e Material	IS3/3 - Estrutura Predial p/ Fins Pedagógicos
	Infraestrutura Física e Material	IS3/4 - Instalações Elétricas e Sanitárias
ENSINO	Currículo	CS2/2 - Documentos Institucionais e Didáticos
	Currículo	CS2/3 - Estágio Curricular
	Currículo	CS5/4 - Perfil Profissional de Conclusão
	Currículo	IS1/1 - Material Didático-Pedagógico
	Currículo	PI2/3 - Atividades Extracurriculares
	Currículo	PI5/1 - Participação em Fóruns Temáticos
	Corpo Docente	DO2/1 - Formação/Titulação Docente
	Corpo Docente	DO2/2 - Experiência Docente
	Corpo Docente	DO2/4 - Produção Docente
	Corpo Docente	DO2/5 - Atuação do Coordenador de Curso
	Corpo Docente	PI1/1 - Atuação dos Professores
	Curso	CS1/2 - Taxa de Ocupação de Curso
	Curso	CS5/1 - Taxa de Evasão
	Curso	CS5/2 - Taxa de Retenção no Período
	Curso	CS5/3 - Permanência e Êxito
	Desempenho e satisfação profissional	CS7/1 - Taxa de Inserção Profissional
	Desempenho e satisfação profissional	CS7/2 - Taxa de Vinculação Trabalho/Formação
	Desempenho e satisfação profissional	CS7/3 - Índice de Satisfação do Egresso
	Desempenho e satisfação profissional	CS7/4 - Índice de Satisfação do Empregador
	Percepção do Processo de Ensino e Aprendizagem	CS4/1 - Monitoria e Tutoria
Percepção do Processo de Ensino e Aprendizagem	CS4/2 - Extensão e Tecnologias Sociais	
Percepção do Processo de Ensino e Aprendizagem	CS4/3 - Projetos de Pesquisa & Inovação	
Percepção do Processo de Ensino e Aprendizagem	CS4/4 - Satisfação do Estudante/Mundo do Trabalho	
DIT³⁰	Ambientes de Inovação	CS3/2 - Ambiente para Geração de Novos Negócios
	Ambientes de Inovação	CS3/3 - Empreendedorismo Inovador
	Serviços Tecnológicos	CS3/1 - Prestação de Serviços Tecnológicos
	Serviços Tecnológicos	IS3/1 - Manutenção dos Laboratórios
	Transferência de Tecnologia	CS3/4 - Transferência de Tecnologia
	Transferência de Tecnologia	CS3/5 - Interação e Troca de Conhecimento

Fonte: SED, 2016.

³⁰ Desenvolvimento e Inovação tecnológica (DIT)

ANEXO V - SYSCORE



Fonte: SEDI, 2019b.